



Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Paraná
13ª Vara Federal de Curitiba

Av. Anita Garibaldi, 888, 2º andar - Bairro: Cabral - CEP: 80540-400 - Fone: (41)3210-1681 -
www.jfpr.jus.br - Email: prctb13dir@jfpr.jus.br

AÇÃO PENAL Nº 5030883-80.2016.4.04.7000/PR

AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

AUTOR: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS

RÉU: RENATO DE SOUZA DUQUE

RÉU: CARLOS EDUARDO DE SA BAPTISTA

RÉU: FLAVIO HENRIQUE DE OLIVEIRA MACEDO

RÉU: PAULO CESAR PEIXOTO DE CASTRO PALHARES

RÉU: JOSE DIRCEU DE OLIVEIRA E SILVA

RÉU: EDUARDO APARECIDO DE MEIRA

RÉU: LUIZ EDUARDO DE OLIVEIRA E SILVA

SENTENÇA

13.ª VARA FEDERAL CRIMINAL DE CURITIBA

PROCESSO n.º 5030883-80.2016.404.7000

AÇÃO PENAL

Autor: Ministério Público Federal

Réus:

1) **Carlos Eduardo de Sá Baptista**, brasileiro, casado, engenheiro, nascido em 05/12/1944, inscrito no CPF sob o nº 100638977-68, residente e domiciliado na Rua Belisario Leite de Andrade Neto, 364, apto 202, Barra da Tijuca, CEP 22.621-270, Rio de Janeiro/RJ;

2) **Eduardo Aparecido de Meira**, brasileiro, divorciado, empresário, nascido em 05/07/1969, filho de Abel de Meira e Antonieta Aparecida Matielo de Meira, portador do RG 180741962/SP, inscrito no CPF sob o nº 123.514.368-65, residente e domiciliado na Rua Itália, 885, Jardim Macarenko, CEP 13.171-670, Sumaré/SP, atualmente recolhido no Complexo Médico Penal, em Pinhais/PR;

3) **Flávio Henrique de Oliveira Macedo**, brasileiro, casado, engenheiro, nascido em 22/08/1977, filho de José Genebaldo de Oliveira Macedo e Maria Leticia Macedo, portador do RG 10101925/MG, inscrito no CPF sob o nº

280.629.548-38, residente e domiciliado na Rua Clodoaldo Frutuoso, 245, Jardim Residencial Parque da Floresta, CEP 13.172-754, Sumaré/SP, atualmente recolhido na Superintendência da Polícia Federal do Paraná, em Curitiba/PR;

4) **José Dirceu de Oliveira e Silva**, brasileiro, em união estável, advogado, nascido em 16/03/1946, filho de Olga Guedes e Castorino de Oliveira e Silva, portador do RG 3358423/SP, inscrito no CPF sob o nº 033.620.088-95, residente e domiciliado na Alameda Maracai, 274, Vale da Santa Fé, Vinhedo/SP e SQSW, 305, Bloco A, apto 610, Brasília/DF, atualmente custodiado no Complexo Médico Penal, em Pinhais/PR;

5) **Luiz Eduardo de Oliveira e Silva**, brasileiro, divorciado, aposentado, nascido em 23/05/1948, filho de Olga Guedes e Castorino de Oliveira e Silva, portador do RG 5535524-9/SP, inscrito no CPF sob o nº 030.769.038-53, residente e domiciliado na Rua Lamartine Belém Barbosa, 800, Ribeirânia, Ribeirão Preto/SP;

6) **Paulo Cesar Peixoto de Castro Palhares**, brasileiro, casado, empresário, nascido em 28/09/1946, inscrito no CPF sob o nº 006.684.277-87, residente e domiciliado na Avenida Visconde de Albuquerque, 1105, Leblon, CEP 22.450-001, Rio de Janeiro/RJ;

7) **Renato de Souza Duque**, brasileiro, casado, engenheiro, nascido em 29/09/1955, filho de Penor Duque e Elza de Souza, portador do RG 3.144.144/RJ, inscrito no CPF sob o n.º 510.515.167-49, residente e domiciliado na Rua Ivone Cavaleiro, 184, apto 301, CEP 22620-290, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro/RJ, atualmente custodiado na Superintendência da Polícia Federal em Curitiba/PR.

I. RELATÓRIO

1. Trata-se de denúncia formulada pelo MPF pela prática de crimes de corrupção (arts. 317 e 333 do CP), de lavagem de dinheiro (art. 1º, caput, e § 4º, da Lei n.º 9.613/1998) e de pertinência à organização criminosa (art. 2º, caput, da Lei n.º 12.850/2013), no âmbito da assim denominada Operação Lavajato contra os acusados acima nominados (evento 1).

2. A denúncia tem por base os inquéritos 5025433-59.2016.404.7000 e 5049557-14.2013.404.7000 e os processos conexos, especialmente os de n.os 5022192-77.2016.4.04.7000, 5048976-28.2015.404.7000, 5021300-71.2016.404.7000, 5021298-04.2016.404.7000, 5024941-67.2016.404.7000, 5068069-11.2014.404.7000 e 5085623-56.2014.404.7000. Todos esses processos, em decorrência das virtudes do sistema de processo eletrônico da Quarta Região Federal, estão disponíveis e acessíveis às partes deste feito e estiveram à disposição para consulta das Defesas desde pelo menos o oferecimento da denúncia, sendo a eles ainda feita ampla referência no curso da ação penal. Todos os documentos neles constantes instruem, portanto, os autos da presente ação penal.

3. Em síntese, segundo a denúncia, foram colhidas provas de um grande esquema criminoso de cartel, fraude, corrupção e lavagem de dinheiro no âmbito da empresa Petróleo Brasileiro S/A - Petrobras cujo acionista majoritário e controlador é a União Federal.

4. Empresas fornecedoras da Petrobrás, componentes ou não de cartel, pagariam sistematicamente propinas a dirigentes da empresa estatal, em bases percentuais sobre os grandes contratos e seus aditivos.

5. Receberiam propinas dirigentes da Diretoria de Abastecimento, da Diretoria de Engenharia ou Serviços e da Diretoria Internacional, especialmente Paulo Roberto Costa, Renato de Souza Duque, Pedro José Barusco Filho, Nestor Cuñat Cerveró e Jorge Luiz Zelada.

6. Surgiram, porém, elementos probatórios de que o caso transcende a corrupção - e lavagem decorrente - de agentes da Petrobrás, servindo o esquema criminoso para também corromper agentes políticos e financiar, com recursos provenientes do crime, partidos políticos.

7. Aos agentes e partidos políticos caberia dar sustentação à nomeação e à permanência nos cargos da Petrobrás dos referidos Diretores. Para tanto, recebiam remuneração periódica.

8. Entre as empreiteiras, os Diretores da Petrobrás e os agentes políticos, atuavam terceiros encarregados do repasse das vantagens indevidas e da lavagem de dinheiro, os chamados operadores.

9. A presente ação penal tem por objeto uma fração desses crimes do esquema criminoso da Petrobras.

10. Segundo a denúncia, a empresa Apolo Tubulars, fornecedora de tubos para a Petrobrás, por decisão de seus dirigentes, os acusados Paulo Cesar Peixoto de Castro Palhares e Carlos Eduardo de Sá Baptista, teria pago, entre 2009 a 2012, vantagem indevida, propinas, de cerca de R\$ 7.147.425,70 ao Diretor de Serviços e de Engenharia da Petrobrás, Renato de Souza Duque e ao grupo político que o sustentava, esse dirigido por José Dirceu de Oliveira e Silva.

11. A propina teria sido paga no âmbito do contrato nº 4600300851, celebrado, em 16/10/2009, entre a Apolo Tubulars e a Petrobrás, no montante inicial de R\$ 255.798.376,40, e pedidos de compras subsequentes.

12. Júlio Gerin de Almeida Camargo teria atuado como intermediador da proposta de propina, tendo Renato de Souza Duque exercido a sua influência para que a Apolo Tubulars fosse contratada pela Petrobrás. Já o grupo de José Dirceu de Oliveira e Silva recebeu parte da propina pela sustentação política concedida a Renato de Souza Duque.

13. Para ocultar e dissimular o repasse de propinas, foi celebrado, em 01/02/2010, contrato de prestação de serviço entre a Apolo Tubulars e a Piemonte Empreendimentos Ltda, empresa de Júlio Gerin de Almeida Camargo. Nos preços do contrato foram embutidos os custos dos repasses da propina aos agentes da

Petrobrás e políticos. Em decorrência do contrato, a Piemonte emitiu quarenta notas fiscais entre 11/05/2010 a 04/07/2013 contra a Apolo Tubulars no valor bruto de R\$ 7.147.425,78.

14. Desses valores, segundo a denúncia, cerca de R\$ 1.445.107,86 teriam sido repassados por Júlio Gerin de Almeida Camargo a José Dirceu de Oliveira e Silva "mediante o custeio dissimulado de despesas decorrentes da utilização por José Dirceu de aeronaves pertencentes a Júlio Camargo". Em outras palavras, José Dirceu de Oliveira e Silva utilizava os aviões de prefixo PT-XIB e PP-EVG de Júlio Camargo, arcando esse com os custos. Isso teria ocorrido cento e treze vezes entre 08/11/2010 a 03/07/2011.

15. Parte dos valores, R\$ 699.119,87, foi repassado, a pedido do irmão de José Dirceu, Luiz Eduardo de Oliveira e Silva, por Júlio Gerin de Almeida Camargo, entre 02/03/2012 a 23/07/2012, para a empresa Credencial Construtora Empreendimentos e Representações Ltda. - EPP, de propriedade de Eduardo Aparecido de Meira e Flávio Henrique de Oliveira Macedo.

16. Para tanto, foi celebrado contrato simulado de consultoria com data de 15/12/2011 entre a Auguri Empreendimentos, empresa de Júlio Gerin de Almeida Camargo, e a Credencial Construtora.

17. Identificadas pelo MPF cerca de trezentas ligações telefônicas entre março de 2012 a julho de 2012 da empresa Credencial para a empresa JD Assessoria e Consultoria, titularizada por José Dirceu de Oliveira e Silva.

18. Os repasses à JD teriam sido efetuados, em sua maioria, em espécie. Após o recebimento dos valores pela Credencial, esta os repassaria às contas dos sócios Eduardo Aparecido de Meira e Flávio Henrique de Oliveira Macedo, que os sacariam em espécie e entregariam a José Dirceu de Oliveira e Silva e seu grupo.

19. Foram ainda identificadas, entre 05/03/2008 a 12/11/2008, transferências de R\$ 168.930,00 da conta da Credencial para a conta da JD Assessoria e Consultoria.

20. Segundo a denúncia, a Credencial Construtora seria uma empresa de fachada, utilizada apenas para repasse dissimulado e ocultação de propinas.

21. Enquadra o MPF os fatos nos crimes de corrupção e de lavagem de dinheiro, pela utilização de expedientes de ocultação e dissimulação do produto da corrupção.

22. A Renato de Souza Duque, José Dirceu de Oliveira e Silva e Luiz Eduardo de Oliveira e Silva, são imputados os crimes de corrupção passiva.

23. A Carlos Eduardo de Sá Baptista e a Paulo Cesar Peixoto de Castro Palhares são imputados os crimes de corrupção ativa.

24. A todos os acusados, inclusive Eduardo Aparecido de Meira e Flávio Henrique de Oliveira Macedo, os crimes de lavagem de dinheiro.

25. Além dos crimes de corrupção e lavagem, vislumbra o MPF uma grande associação criminosa entre os acusados destinada a lesar a Petrobrás. Imputa ele, em decorrência, o crime de pertinência à organização criminosa aos acusados Carlos Eduardo de Sá Baptista, Paulo Cesar Peixoto de Castro Palhares, Eduardo Aparecido de Meira e Flávio Henrique de Oliveira Macedo. Quanto aos demais, já teriam sido acusados por esses crimes em outros processos.

26. Esta a síntese da denúncia.

27. A peça acusatória foi recebida em 29/06/2016 (evento 3).

28. Os acusados foram citados e apresentaram respostas preliminares por meio de defensores constituídos (José Dirceu de Oliveira e Silva, evento 50; Luiz Eduardo de Oliveira e Silva, evento 51; Eduardo Aparecido de Meira, evento 52; Flávio Henrique de Oliveira Macedo, evento 53; Renato de Souza Duque, evento 54; Paulo Cesar Peixoto de Castro Palhares, evento 60; Carlos Eduardo de Sá Baptista, evento 61).

29. As respostas preliminares foram examinadas pelas decisões de 26/07/2016 (evento 64), 29/08/2016 (evento 113) e 31/08/2016 (evento 126). Na segunda decisão, a Petrobras foi admitida como Assistente de Acusação.

30. Foram ouvidas as testemunhas de acusação (eventos 126 e 134) e de defesa (eventos 221, 223, 234, 243 e 260).

31. Foram trasladadas para este processo as declarações abonatórias das testemunhas arroladas pela Defesa de Luiz Eduardo de Oliveira e Silva, na qualidade de prova emprestada da ação penal nº 5045241-84.2015.404.7000, com o aval da referida Defesa (evento 67).

32. A Defesa de Paulo Cesar Peixoto de Castro Palhares promoveu, no evento 263, a juntada de declarações abonatórias de duas testemunhas.

33. Foi expedido pedido de cooperação jurídica internacional ao Panamá para a oitiva de duas testemunhas arroladas pela Defesa de Eduardo Aparecido de Meira. Posteriormente, a Defesa requereu a substituição da oitiva por declarações consularizadas, o que foi deferido, concedendo-se o prazo de 30 dias para apresentação. Decorrido o prazo em branco, e considerando-se que a expedição do pedido de cooperação não suspende o processo, facultei à Defesa a juntada a qualquer tempo das declarações, caso logre obtê-las, nos termos do artigo 222, § 2º do CPP (evento 316), o que até o presente momento não aconteceu.

34. Os acusados foram interrogados (eventos 278 e 282).

35. Os requerimentos das partes na fase do art. 402 do CPP foram apreciados nos termos da decisão de 25/10/2016 (evento 291).

36. O MPF, em alegações finais (evento 344), argumentou: a) que a denúncia não é inepta; b) que restou comprovada a materialidade e a autoria dos crimes de corrupção ativa, imputados a Paulo Cesar Peixoto de Castro Palhares e a Carlos Eduardo de Sá Baptista, da Apolo Tubulars, e de corrupção passiva,

imputados a Renato de Souza Duque, José Dirceu de Oliveira e Silva e a Luiz Eduardo de Oliveira e Silva, pelo respectivo pagamento e recebimento de vantagens indevidas no âmbito do contrato nº 4600300851, celebrado entre a Apolo Tubulars e a Petrobras, em 16/10/2009; c) que restou comprovada a materialidade e a autoria do crime de lavagem de dinheiro imputado a Paulo de Castro, Carlos Eduardo de Sá, Renato Duque, José Dirceu e Luiz Eduardo, pela realização de negócio jurídico simulado de consultoria entre a Apolo Tubulars e a Piemonte Empreendimentos Ltda, empresa de Julio Gerin de Almeida Camargo, que viabilizou o pagamento de vantagem indevida, de forma dissimulada, no valor de R\$ 7.147.425,70, no período compreendido entre 01/02/2010 a 15/07/2013; d) que restou comprovado que parcela da vantagem indevida direcionada a José Dirceu de Oliveira e Silva e a Luiz Eduardo de Oliveira e Silva foi paga mediante a disponibilização, por Julio Gerin de Almeida Camargo, de voos nas aeronaves de sua propriedade, de prefixos PT-XIB e PP-EVG, em benefício de José Dirceu de Oliveira e Silva, os quais totalizaram R\$ 1.445.107,86, no período de 08/11/2010 a 03/07/2011; e) que restou comprovada a materialidade e a autoria do crime de lavagem de dinheiro imputado a Eduardo Aparecido de Meira, Flávio Henrique de Oliveira Macedo, José Dirceu e Luiz Eduardo, pela realização de negócio jurídico simulado entre a Auguri, empresa de Julio Gerin de Almeida Camargo, e a Credencial Construtora Empreendimentos e Representações Ltda. - EPP, empresa representada por Eduardo de Meira e de Flávio Macedo, o que viabilizou o repasse dissimulado de R\$ 699.119,87, no período de 15/12/2011 a 30/07/2012, em benefício de José Dirceu e de Luiz Eduardo; f) que restou comprovada a materialidade e a autoria do crime de pertinência de organização criminosa imputado a Paulo Cesar Peixoto de Castro Palhares, Carlos Eduardo de Sá Baptista, Eduardo Aparecido de Meira e Flávio Henrique de Oliveira Macedo. Pleiteou a condenação dos acusados na forma da denúncia.

37. A Petrobrás, em sua alegações finais, ratificou as razões do Ministério Público Federal. Requereu, ainda, que seja fixado valor mínimo de reparação de danos em favor da Petrobras, que seja decretado o perdimento de bens e valores e que o produto do crime seja revertido em favor da Petrobras (evento 345).

38. A Defesa de Paulo Cesar Peixoto de Castro Palhares, em alegações finais (evento 356), argumenta: a) que o relacionamento do acusado com a Petrobras ocorreu não propriamente pela Apolo Tubulars, da qual nunca foi gestor, mas pela qualidade de membro do Conselho de Administração das empresas do Grupo Peixoto de Castro (GPC), realizando, ainda, um histórico profissional do Grupo Peixoto de Castro; b) que houve um declínio das atividades do GPC justo no período em que Renato de Souza Duque era Diretor da Petrobras; c) que caso tivesse havido o pagamento de propinas, essas teriam sido ajustadas para todo o GPC e não só para a Apolo Tubulars; d) que a denúncia é inepta; e) que após a instrução processual, não subsistem provas que sustentem a condenação do acusado; f) que foi lícita a contratação da Piemonte pela Apolo Tubulars; g) que desde 15 de dezembro de 2008, antes dos fatos, portanto, o acusado está afastado de seu cargo no Conselho de Administração da Apolo Tubulars, ostentando, desde então, apenas o vínculo de acionista indireto; h) que é atípica a conduta de corrupção ativa, seja pela ausência da elementar do prévio oferecimento ou promessa de vantagem a Renato de Souza Duque, seja pelo desconhecimento do

acerto lícito posterior ajustado por Julio Camargo; i) que é atípica a conduta de lavagem de dinheiro e de pertinência à organização criminosa e/ou associação criminosa. Pugnou, ao final, pela absolvição integral do acusado.

39. A Defesa de Carlos Eduardo de Sá Baptista, em alegações finais (evento 358), argumenta: a) que a denúncia é inepta; b) que a ação penal carece de justa causa; c) que este Juízo é incompetente para o presente caso penal; d) que há prova direta da inocência do acusado, consistente no teor do depoimento prestado pelo colaborador Julio Gerin de Almeida Camargo; e) que não restou comprovada a prática dos crimes imputados ao acusado. Pugnou, ao final, pela absolvição do acusado.

40. A Defesa de José Dirceu de Oliveira e Silva e Luiz Eduardo de Oliveira e Silva, em alegações finais (evento 359), argumenta: a) que a denúncia é inepta; b) que o feito deve ser convertido em diligência para que seja deferido o amplo acesso aos depoimentos prestados por todos os colaboradores no curso da Operação Lava Jato; c) que o feito deve ser convertido em diligência para que seja o MPF instado a juntar aos autos o resultado integral, inclusive ofícios remetidos pelas empresas de telefonia, da quebra de sigilo telefônico decretada nos autos de nº 5021298-04.2016.404.7000; d) que José Dirceu de Oliveira e Silva e Luiz Eduardo de Oliveira e Silva não tiveram participação nem receberam vantagens indevidas decorrentes do contrato formalizado entre a Apolo Tubulars e a Petrobras; e) que José Dirceu de Oliveira e Silva teve participação apenas institucional, na condição de então Ministro-Chefe da Casa Civil, na indicação de Renato de Souza Duque para a Diretoria de Serviços da Petrobras; f) que não houve qualquer ilícito na celebração do contrato entre a Apolo e a Petrobras; g) que inexistente qualquer relação entre a empresa Apolo e os acusados; h) que não pode ser imputado aos acusados o crime de lavagem de dinheiro considerando-se o valor total recebido da Apolo Tubulars pela Piemonte Empreendimentos, R\$ 7.147.425,78, eis que parcela dos valores permaneceram com Julio Gerin de Almeida Camargo; i) que não há comprovação de que os valores utilizados para custear os voos realizados por José Dirceu de Oliveira e Silva tinham origem nos valores recebidos pela Piemonte da Apolo; j) que não foram cento e treze as viagens realizadas por José Dirceu de Oliveira e Silva, eis que muitos dos voos apontados na tabela apresentada por Julio Gerin de Almeida Camargo eram escalas e outros sequer teriam sido custeados por Julio Camargo, mas por terceiros; k) que os acusados não têm qualquer relação com a contratação havida entre a Auguri Empreendimentos e a Credencial Construtora, sendo que o único vínculo existente entre eles e a Credencial é um contrato de consultoria firmado com a JD Assessoria e Consultoria no ano de 2008; l) que as ligações telefônicas entre os acusados e os representantes de Credencial sempre foram frequentes, e não só no período de março a outubro de 2012; m) que a alegação contida no relatório 14/2016 do MPF de que a quase totalidade das ligações telefônicas realizadas entre março a outubro de 2012 ocorreram no mesmo dia ou em dias próximos a eventos de saída de recursos nas contas da Credencial Construtora e do sócio Flávio Henrique de Oliveira Macedo não resiste a uma análise mais acurada dos dados contidos no próprio relatório; n) que o crime de corrupção passiva imputado aos acusados é atípico pois não ostentavam eles a qualidade de funcionários públicos à época dos fatos; o) que a conduta é ainda atípica por faltar o elemento objetivo do crime de corrupção passiva consistente na solicitação, aceitação ou recebimento de vantagens indevidas; p) que não restaram comprovados os crimes antecedentes e os próprios crimes de lavagem de dinheiro imputados aos acusados; q) que o tipo

penal de lavagem de dinheiro somente admite o dolo direto e não o dolo eventual; r) que na hipótese de condenação, os crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro devem ser computados como crimes únicos, afastando-se a ocorrência do concurso de crimes; s) que na hipótese de condenação seja a pena fixada no patamar mínimo legal, reconhecendo-se, ainda, em relação a ambos os acusados, a participação de menor importância. Pugnou, ao final, pela absolvição de José Dirceu de Oliveira e Silva e Luiz Eduardo de Oliveira e Silva.

41. A Defesa de Eduardo Aparecido de Meira, em alegações finais (evento 360), argumenta: a) que a denúncia é inepta; b) que a conduta de pertinência à organização criminosa é atípica, pois os fatos imputados ao acusado ocorreram antes da entrada em vigor da Lei 12.850/2013; c) que tampouco seria o caso de fazer incidir o artigo 288 do Código Penal, eis que não preenchidos os elementos normativos do referido tipo penal; d) que houve efetiva prestação de serviços de representação comercial para a Apolo Tubulars; e) que embora o contrato firmado entre a Credencial e a Auguri Empreendimentos tenha sido simulado, foi o meio utilizado para os sócios da Credencial receberem pelos serviços prestados a Apolo Tubulars, e não instrumento para a prática do crime de lavagem de dinheiro; f) que não é possível um juízo de condenação com base exclusivamente nas declarações do colaborador Julio Gerin de Almeida Camargo; g) que não há se falar em crime de lavagem de dinheiro pois os valores repassados à Credencial eram provenientes do contrato lícito formalizado entre a Apolo Tubulars e a Piemonte Empreendimentos; h) que se não for esse o entendimento do Juízo, deve ser operada a desclassificação do delito de lavagem de dinheiro para o de falsidade ideológica, previsto no artigo 299 do Código Penal; i) que não é passível de aplicação o instituto da cegueira deliberada no crime de lavagem de dinheiro; j) que restou comprovado que a Credencial não é uma empresa de fachada e que há comprovação de que ela efetivamente prestou serviços de representação comercial; k) que não há provas de que os dinheiros sacados pelos sócios da Credencial a partir de depósitos da Auguri Empreendimentos tenham sido entregues a José Dirceu de Oliveira e Silva; l) que caso haja condenação pelo crime de lavagem de dinheiro, esse deve ser considerado como delito único, afastando-se, assim, a continuidade delitiva; m) que a revogação da prisão preventiva do acusado é medida que se impõe. Pugnou, ao final, pela absolvição do acusado.

42. A Defesa de Flávio Henrique de Oliveira Macedo, em alegações finais (evento 361), argumenta: a) que a denúncia é inepta; b) que a conduta de lavagem de dinheiro imputada ao acusado é atípica, pois não foram comprovados os crimes antecedentes; c) que embora o contrato firmado entre a Credencial e a Auguri Empreendimentos tenha sido simulado, foi o meio utilizado para os sócios da Credencial receberem pelos serviços prestados a Apolo Tubulars, e não instrumento para a prática do crime de lavagem de dinheiro; d) que as diversas ligações telefônicas havidas entre os terminais da Credencial e os da JD Assessoria justificam-se pela relação de amizade existente entre os sócios das referidas empresas; e) que os saques havidos nas contas da Credencial pelos seus sócios representaram distribuição de lucros; f) que restou comprovado que a Credencial não é uma empresa de fachada; g) que no ano de 2008 em que a Credencial pagou à JD Assessoria o valor de R\$ 168.930,00 por serviços de consultoria o acusado sequer integrava o quadro societário da Credencial; h) que o acusado deve ser absolvido do crime de lavagem de dinheiro por não terem sido comprovados os elementos objetivo e subjetivo do tipo penal; i) que caso haja condenação pelo

crime de lavagem de dinheiro, esse deve ser considerado como delito único, afastando-se, assim, a continuidade delitiva; j) que a conduta de pertinência à organização criminosa é atípica, pois os fatos imputados ao acusado ocorreram antes da entrada em vigor da Lei 12.850/2013; k) que tampouco seria o caso de fazer incidir o artigo 288 do Código Penal, eis que não preenchidos os elementos normativos do referido tipo penal. Pugnou, ao final, pela absolvição do acusado.

43. A Defesa de Renato de Souza Duque, em alegações finais (evento 366), argumenta: a) que a conduta de corrupção passiva imputada ao acusado é objetivamente atípica, eis que não houve omissão de dever de ofício por parte do acusado nem a prática de atos indevidos; b) que a configuração do crime de corrupção passiva, seja próprio ou impróprio, demanda a identificação de um ato de ofício incluível na esfera de atribuições do "intraneus"; c) que no máximo poderia se imputar ao acusado o delito de advocacia administrativa; d) que o acusado não interferiu no procedimento licitatório que culminou com a contratação da Apolo Tubulars e nem tinha competência para tanto; e) que não restou comprovado o pagamento de propinas em benefício do acusado, sendo impossível fundamentar um juízo condenatório com base exclusivamente nos depoimentos dos colaboradores; f) que não restou comprovado que o acusado estava ciente ou tenha participado dos atos de lavagem de dinheiro supostamente praticados pelos demais acusados. Pugnou, ao final, pela absolvição do acusado.

44. Ainda na fase de investigação, foi decretada, a pedido do Ministério Público Federal, a prisão preventiva de Renato de Souza Duque no processo 5073475-13.2014.404.7000 (evento 173). A prisão, precedida por temporária, foi implementada em 14/11/2014. Em 02/12/2014, o acusado foi solto por liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal no HC 125.555. Em decorrência de fatos novos, foi novamente, a pedido do Ministério Público Federal, decretada a prisão preventiva de Renato de Souza Duque por decisão de 13/03/2015 no processo 5012012-36.2015.4.04.7000. A prisão foi implementada em 16/03/2015 e ele remanesce preso. A referida prisão cautelar é instrumental para a ação penal conexa 5012331-04.2015.4.04.7000 pela qual ele já foi julgado em primeira instância, com condenação criminal. Caso haja dupla condenação, o período de prisão cautelar poderá ser considerado em unificação de penas na fase de execução.

45. Ainda na fase de investigação, foi decretada, a pedido da autoridade policial e do Ministério Público Federal, a prisão preventiva do acusado José Dirceu de Oliveira e Silva (decisão de 27/07/2015, evento 10, do processo 5031859-24.2015.4.04.7000). A prisão foi implementada em 03/08/2015 e ele remanesce preso. A referida prisão cautelar é instrumental para a ação penal conexa 5045241-84.2015.4.04.7000. Caso haja dupla condenação, o período de prisão cautelar poderá ser considerado em unificação de penas na fase de execução.

46. Ainda na fase de investigação, foi decretada, a pedido do Ministério Público Federal, e em 19/05/2016, a prisão preventiva de Eduardo Aparecido de Meira e Flávio Henrique de Oliveira Macedo (evento 3 do processo 5022192-77.2016.4.04.7000). A prisão cautelar foi implementada em 24/05/2016 e permanecem ambos presos preventivamente até a presente data. A referida prisão cautelar é instrumental para a presente ação penal.

47. No decorrer do processo, foram interpostas as exceções de incompetência 5035059-05.2016.404.7000, pela Defesa de Carlos Eduardo de Sá Baptista, e 5035058-20.2016.404.7000, pela Defesa de Paulo Cesar Peixoto de Castro Palhares, as quais foram rejeitadas, constando cópia das decisões nos eventos 353 e 354 .

48. Os autos vieram conclusos para sentença.

II. FUNDAMENTAÇÃO

II.1

49. As Defesas de Carlos Eduardo de Sá Baptista e de Paulo Cesar Peixoto de Castro Palhares questionaram a competência deste Juízo.

50. Entretanto, a mesma questão foi veiculada nas exceções de incompetência de n.os 5035059-05.2016.404.7000 e 5035058-20.2016.404.7000 e que foram rejeitadas, constando cópia da decisão nos eventos 353 e 354.

51. Remeto ao conteúdo da decisão, desnecessário aqui reiterar todos os argumentos. Transcrevo trecho pertinente:

"2. Tramitam por este Juízo diversos inquéritos, ações penais e processos incidentes relacionados à assim denominada Operação Lavajato.

A investigação, com origem nos inquéritos 2009.7000003250-0 e 2006.7000018662-8, iniciou-se com a apuração de crime de lavagem consumado em Londrina/PR, sujeito, portanto, à jurisdição desta Vara, tendo o fato originado a ação penal 5047229-77.2014.404.7000.

Em grande síntese, na evolução das apurações, foram colhidas provas, em cognição sumária, de um grande esquema criminoso de cartel, fraude, corrupção e lavagem de dinheiro no âmbito da empresa Petróleo Brasileiro S/A - Petrobras cujo acionista majoritário e controlador é a União Federal.

Grandes empreiteiras do Brasil, entre elas a OAS, UTC, Camargo Correa, Odebrecht, Andrade Gutierrez, Mendes Júnior, Queiroz Galvão, Engevix, SETAL, Galvão Engenharia, Techint, Promon, MPE, Skanska, IESA e GDK teriam formado um cartel, através do qual teriam sistematicamente frustrado as licitações da Petrobras para a contratação de grandes obras.

Além disso, as empresas componentes do cartel, pagariam sistematicamente propinas a dirigentes da empresa estatal calculadas em percentual, de um a três por cento em média, sobre os grandes contratos obtidos e seus aditivos.

Também constatado que outras empresas fornecedoras da Petrobrás, mesmo não componentes do cartel, pagariam sistematicamente propinas a dirigentes da empresa estatal, também em bases percentuais sobre os grandes contratos e seus aditivos.

A prática, de tão comum e sistematizada, foi descrita por alguns dos envolvidos como constituindo a "regra do jogo".

Receberiam propinas dirigentes da Diretoria de Abastecimento, da Diretoria de Engenharia ou Serviços e da Diretoria Internacional, especialmente Paulo Roberto Costa, Renato de Souza Duque, Pedro José Barusco Filho, Nestor Cuñat Cerveró e Jorge Luiz Zelada.

Surgiram, porém, elementos probatórios de que o caso transcende a corrupção - e lavagem decorrente - de agentes da Petrobrás, servindo o esquema criminoso para também corromper agentes políticos e financiar, com recursos provenientes do crime, partidos políticos.

Aos agentes e partidos políticos cabia dar sustentação à nomeação e à permanência nos cargos da Petrobrás dos referidos Diretores. Para tanto, recebiam remuneração periódica.

Entre as empreiteiras, os Diretores da Petrobrás e os agentes políticos, atuavam terceiros encarregados do repasse das vantagens indevidas e da lavagem de dinheiro, os chamados operadores.

É possível realizar afirmação mais categórica em relação aos casos já julgados.

Destaco, entre outras, as ações penais 5083258-29.2014.4.04.7000, 5083376-05.2014.4.04.7000, 5083838-59.2014.4.04.7000, 5012331-04.2015.4.04.7000, 5083401-18.2014.4.04.7000, 5083360-51.2014.4.04.7000, 5083351-89.2014.4.04.7000 e 5036528-23.2015.4.04.7000, nas quais restou comprovado, conforme sentenças, o pagamento de milhões de reais e de dólares em propinas por dirigentes das empreiteiras Camargo Correa, OAS, Mendes Júnior, Setal Óleo e Gás, Galvão Engenharia, Engevix Engenharia e Odebrecht a agentes da Diretoria de Abastecimento e da Diretoria de Engenharia da Petrobrás.

Merecem igualmente referência as sentenças prolatadas nas ações penais 5023135-31.2015.4.04.7000, 5023162-14.2015.4.04.7000 e 5045241-84.2015.4.04.7000, nas quais foram condenados por crime de corrupção passiva e lavagem de dinheiro, os ex-parlamentares federais Pedro da Silva Correa de Oliveira Andrade Neto, João Luiz Correia Argolo dos Santos e José Dirceu de Oliveira e Silva, por terem, em síntese, recebido e ocultado recursos provenientes do esquema criminoso.

Além dos casos já julgados, tramitam ainda diversas outras ações penais e inquéritos e que têm por objeto crimes que integrariam o mesmo esquema criminoso, como, v.g., a ação penal 5036518-76.2015.4.04.7000, que tem por objeto suposta propina paga por dirigentes da Andrade Gutierrez em contratos da Petrobrás e a ação penal 5027685-35.2016.4.04.7000, que tem por objeto suposta propina paga na aquisição pela Petrobrás de campo de exploração de petróleo em Benin.

Não é possível, nessa fase, negar a vinculação e a necessidade de processamento conjunto desses casos.

Mecanismos comuns de pagamento de propina e de lavagem de dinheiro foram utilizados nesses casos. Ilustrativamente, considerando os casos já julgados, o profissional da lavagem Alberto Youssef intermediou o pagamento de propinas para várias empreiteiras, como a Camargo Correa, a OAS, a Engevix, a Galvão Engenharia e a Braskem. Mario Frederico de Mendonça Goes teria intermediado propinas para Pedro José Barusco Filho não só provenientes da Andrade Gutierrez, mas de outras empresas, como da OAS.

O intermediador de propinas no presente caso penal, o colaborador Julio Gerin de Almeida Camargo, atuava igualmente como operador em diversos outros casos relacionados ao esquema de corrupção que vitimou a Petrobras.

Exemplo disso é a ação penal 5083838-59.2014.4.04.7000, na qual foi ele condenado por crimes de corrupção ativa e de lavagem de dinheiro, no âmbito dos contratos dos Navios-sondas da Petrobras 10000 e Vitória 10000, pelo

pagamento de vantagem indevida à Diretoria Internacional da Petrobras, ocupada à época por Nestor Cerveró, mediante operações simuladas de consultoria e utilização de contas secretas em nome de offshores.

De forma similar, na ação penal nº 5012331-04.2015.404.7000, Julio Gerin de Almeida Camargo foi condenado pelos crimes de corrupção ativa e de lavagem de dinheiro no âmbito do contrato do Consórcio Interpar, pela intermediação do pagamento de vantagem indevida à Diretoria de Serviços e Engenharia da Petrobras, ocupada por Renato de Souza Duque e Pedro José Barusco Filho, por intermédio de contas secretas em nome de offshores.

No presente caso, embora confessadamente tenha atuado nos fatos, Julio Gerin de Almeida Camargo não foi denunciado por haver atingido o patamar máximo de pena privativa de liberdade com trânsito em julgado previsto em seu acordo de colaboração premiada (quinze anos), restando, assim, suspensa em relação a ele a tramitação dos demais inquéritos e ações penais (autos 5073441-38.2014.404.7000).

O mesmo ocorre em relação aos valores de propina, segundo a acusação, que teriam sido passados através da Credencial Construtora, dos coacusados Eduardo Aparecido de Meira e Flávio Henrique de Oliveira Macedo. Como consta na decisão da preventiva de 19/05/2016 (evento 3) no processo 5022192-77.2016.4.04.7000, a empresa teria sido supostamente utilizado no desvio e lavagem de recursos em outros contratos da Petrobrás, como no Consórcio CMMS na Refinaria de Paulínea da Petrobrás. E, mais recentemente, no processo 5035133-59.2016.4.04.7000, surgiram indícios da utilização da Credencial para repasse de propinas e lavagem de dinheiro em contratos da Petróleo Brasileiro S/A - Petrobras com o Consórcio Integra Offshore para construção de duas FPSO's (Floating Production Storage Offloading) para exploração do petróleo na camada do Pré-Sal.

Enfim, os elementos de vinculação são vários e óbvios e o conjunto probatório comum, com o que o reconhecimento da conexão e continência entre os casos, com a conseqüente reunião dos processos, é medida necessária para evitar dispersão de provas e julgamentos contraditórios.

O pior que poderia acontecer seria dispersar todos esses casos e provas envolvendo desvios em contratos da Petrobrás e de lavagem de dinheiro por mecanismos comuns, com o que, na prática, a investigação e a persecução perder-se-iam.

Por outro lado, como adiantado, a investigação do esquema criminoso, com origem nos inquéritos 2009.7000003250-0 e 2006.7000018662-8, iniciou-se com a apuração de crime de lavagem consumado em Londrina/PR, sujeito, portanto, à jurisdição desta Vara, tendo o fato originado a referida ação penal 5047229-77.2014.404.7000.

Não importa que a ação penal 5047229-77.2014.404.7000 que determinou a fixação da competência já tenha sido julgada, se há outras posteriores, também conexas, que não o foram, como o processo 5035133-59.2016.4.04.7000 que ainda não originou ação penal.

Diante da prevenção e da conexão e continência entre todos os casos da Operação Lavajato, a competência é deste Juízo.

A presente ação penal, de n.º 5030883-80.2016.404.7000, insere-se nestes contexto. Tem por objeto uma fração desses crimes do esquema criminoso da Petrobras.

Em breve síntese, segundo a denúncia, a empresa Apolo Tubulars, fornecedora de tubos para a Petrobrás, por decisão de seus dirigentes, os acusados Paulo Cesar Peixoto de Castro Palhares e Carlos Eduardo de Sá Baptista, teria pago, entre 2009 a 2012, propinas de cerca de R\$ 7.147.425,70 ao Diretor de Serviços e de Engenharia da Petrobrás, Renato de Souza Duque e ao grupo político que o sustentava, esse dirigido por José Dirceu de Oliveira e Silva.

Júlio Gerin de Almeida Camargo teria atuado como intermediador da proposta de propina, tendo Renato de Souza Duque exercido a sua influência para que a Apolo Tubulars fosse contratada pela Petrobrás. Já o grupo de José Dirceu de Oliveira e Silva recebeu parte da propina pela sustentação política concedida a Renato de Souza Duque.

Para ocultar e dissimular o repasse de propinas, foi celebrado contrato de prestação de serviço entre a Apolo Tubulars e a Piemonte Empreendimentos Ltda, empresa de Júlio Gerin de Almeida Camargo, com a emissão de notas fiscais no valor bruto de R\$ 7.147.425,78.

Desses valores, segundo a denúncia, cerca de R\$ 1.445.107,86 teriam sido repassados por Júlio Gerin de Almeida Camargo a José Dirceu de Oliveira e Silva, mediante o custeio dissimulado de despesas decorrentes da utilização de aeronaves pertencentes a Júlio Camargo.

Parte dos valores, R\$ 699.119,87, foi repassado, a pedido do irmão de José Dirceu, Luiz Eduardo de Oliveira e Silva, por Júlio Gerin de Almeida Camargo, para a empresa de fachada Credencial Construtora Empreendimentos e Representações Ltda. - EPP, titularizada por Eduardo Aparecido de Meira e Flávio Henrique de Oliveira Macedo, mediante a contratação simulada de consultoria entre a Auguri Empreendimentos, empresa de Júlio Gerin de Almeida Camargo, e a Credencial Construtora.

Enquadra o MPF as condutas nos crimes de corrupção, de lavagem de dinheiro e de pertinência à organização criminosa.

A imputação, ora sintetizada, integra o conjunto de fatos em investigação e processo no esquema criminoso que vitimou a Petrobrás, com o pagamento, como praxe, de propinas em grandes contratos da estatal a agentes da empresa, a agentes políticos e a partidos políticos.

Ainda que a Apolo Tubulars não integre, aparentemente, o denominado cartel das empreiteiras, há um conjunto de fatos comuns aos demais crimes que compõem o âmbito da Operação Lavajato, como, segundo a acusação, identidade entre os agentes beneficiários da propina (Diretor da Petrobrás Renato de Souza Duque e José Dirceu de Oliveira e Silva), identidade dos intermediários da propina e operadores de lavagem de dinheiro (Júlio Gerin de Almeida Camargo, Eduardo Aparecido de Meira e Flávio Henrique de Oliveira Macedo), bem como do modus operandi utilizado para o repasse das supostas vantagens indevidas, com a formalização de contratos fictícios de prestação de serviços fictícios e a utilização as mesmas empresas, como a Auguri Empreendimentos e a Credencial Construtora, com o que o reconhecimento da ligação entre o objeto da ação penal n.º 5030883-80.2016.404.7000 e o objeto de outras persecuções ou investigações no âmbito da assim denominada Operação Lavajato é inegável.

A competência é ainda da Justiça Federal, pois, embora a Petrobrás seja sociedade de economia mista, considerando os demais processos no âmbito do esquema criminoso, há diversos crimes federais, como a corrupção e a lavagem, com depósitos no exterior, de caráter transnacional, ou seja iniciaram-se no Brasil e consumaram-se no exterior. O Brasil assumiu o compromisso de prevenir ou reprimir os crimes de corrupção e de lavagem transnacional, conforme Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção de 2003 e que foi

promulgada no Brasil pelo Decreto 5.687/2006. Havendo previsão em tratado e sendo os crimes de corrupção e lavagem transnacionais, incide o art. 109, V, da Constituição Federal, que estabelece o foro federal como competente.

Além disso, conforme descrição acima, o esquema criminoso servia também à remuneração de agentes públicos federais, como parlamentares federais, definindo a competência da Justiça Federal, salvo os casos mantidos no Egrégio Supremo Tribunal Federal pela prerrogativa de foro.

E embora parcela dos fatos delitivos tenha ocorrido provavelmente no Rio de Janeiro, sede da Petrobras e no local de residência dos excipientes, a competência é deste Juízo, em decorrência da conexão e continência com os demais casos da Operação Lavajato e da prevenção, já que a primeira operação de lavagem, como adiantado, consumou-se em Londrina/PR e foi primeiramente distribuída a este Juízo, tornando-o prevento para as subseqüentes.

Assim, competente a 13ª Vara Federal de Curitiba para os crimes apurados no âmbito da assim denominada Operação Lavajato, entre eles os que constituem objeto da ação penal 5030883-80.2016.404.7000.

Não há qualquer violação do princípio do juiz natural, se as regras de definição e prorrogação da competência determinam este Juízo como o competente para a ação penal, tendo aliás os diversos fatos criminosos surgido em um desdobramento natural das investigações.

3. Ante o exposto, rejeito a exceção de incompetência".

52. Na referida decisão, demonstrado que o objeto da presente ação penal insere-se em um contexto maior, no qual, em síntese, agentes dirigentes da Petrobrás assumiram postos-chaves na estatal em decorrência de indicação de partidos ou agentes políticos, cobravam vantagem indevida de empresas fornecedoras da Petrobrás, em espécie de "regra do jogo", apropriavam-se de parte da propina, utilizando mecanismos de recebimento, de ocultação e de dissimulação comuns, como, v.g., os mesmos intermediadores de propina e contratos de prestação de serviços fictícios e/ou dissimulados, e destinavam parte da propina aos agentes políticos e partidos que lhes davam sustentação.

53. Também demonstradas, a título ilustrativo, diversas vinculações entre o caso que é objeto da presente ação penal com os demais processos da assim denominada Operação Lavajato.

54. Tendo-se presente o quadro geral, ou seja, todas as ações penais propostas na Operação Lavajato, o esquema criminoso envolvia o pagamento e a cobrança sistemática de propinas em contratos da Petrobrás para enriquecimento ilícito de agentes públicos, incluindo políticos, e para financiamento criminoso de partidos políticos.

55. A esse respeito, já foram prolatadas sentenças nas ações penais 5036528-23.2015.404.7000, 5027422-37.2015.404.7000, 5023135-31.2015.404.7000, 5023162-14.2015.404.7000, 5045241-84.2015.404.7000, 5083258-29.2014.4.04.7000, 5083376-05.2014.4.04.7000, 5083838-59.2014.4.04.7000, 5012331-04.2015.4.04.7000, 5083401-18.2014.4.04.7000, 5083360-51.2014.4.04.7000, 5083351-89.2014.4.04.7000 e 5047229-77.2014.4.04.7000 (evento 292).

56. Várias outras ações penais e inquéritos ainda tramitam perante este Juízo sobre crimes nesse contexto, por exemplo as ações penais 5036518-76.2015.4.04.7000, 5027685-35.2016.4.04.7000 e 5019727-95.2016.404.7000.

57. Se, em algum momento do passado, havia alguma dúvida acerca da conexão e continência entre todos estes crimes que vitimaram a Petrobrás, ela não pode mais ser negada, pelo menos com honestidade intelectual, no presente momento.

58. Trata-se de um mesmo esquema criminoso, no qual as imputações foram fracionadas pelo Ministério Público Federal, a fim de evitar uma única e gigante ação penal.

59. A competência é inequívoca da Justiça Federal, pela existência de crimes federais, e deste Juízo pela ocorrência, no contexto geral, de crimes de lavagem no Paraná e pela prevenção deste Juízo para o processo e julgamento de crimes conexos.

60. A competência deste Juízo só não abrange os crimes praticados por autoridades com foro privilegiado, que remanescem no Supremo Tribunal Federal, que desmembrou os processos, remetendo os destituídos de foro a este Juízo.

61. O fato é que a dispersão das ações penais, como pretende parte das Defesas, para vários órgãos espalhados do Judiciário no território nacional (foram sugeridos, nas diversas ações penais conexas, destinos como São Paulo, Rio de Janeiro, Recife e Brasília), não serve à causa da Justiça, tendo por propósito pulverizar o conjunto probatório e dificultar o julgamento.

62. A manutenção das ações penais em trâmite perante um único Juízo não é fruto de arbitrariedade judicial, nem do desejo do julgador de estender indevidamente a sua competência. Há um conjunto de fatos conexos e um mesmo conjunto probatório que demanda apreciação por um único Juízo, no caso prevento.

63. Enfim a competência é da Justiça Federal de Curitiba/PR.

II.2

64. Parcela das Defesas alega que a denúncia seria inepta e/ou que faltaria justa causa para a presente ação penal.

65. Em síntese, aduzem que a peça acusatória seria inepta, pois genérica e por falta de individualização ou de descrição adequada das condutas delitivas.

66. Tais questões, inépcia e justa causa da imputação, já foram examinadas e superadas na decisão de recebimento da denúncia de 29/06/2016 (evento 3).

67. A denúncia é bastante simples e discrimina as razões de imputação em relação de cada um dos denunciados, bastando ler a síntese efetuada por este Juízo nos itens 1-26, retro.

68. Não há nenhuma dificuldade de compreensão.

69. Outra questão diz respeito à presença de provas suficientes para condenação, mas isso é próprio do julgamento e não diz respeito aos requisitos da denúncia.

II. 3

70. A Defesa de José Dirceu de Oliveira e Silva e Luiz Eduardo de Oliveira e Silva afirma, em sede de alegações finais, que o feito deve ser convertido em diligência para que seja deferido o amplo acesso aos depoimentos prestados por todos os colaboradores no curso da Operação Lava Jato.

71. A questão havia sido inicialmente aventada pela Defesa na resposta e foi apreciada por este Juízo em decisão proferida na data de 26/07/2016 (evento 64):

*"Relativamente aos processos dos acordos de colaboração, observo que a denúncia está instruída com cópia do acordos celebrados com os criminosos colaboradores que serão ouvidos como testemunhas de acusação, Júlio Gerin de Almeida Camargo e Milton Pascowitch (evento 1, out8, out9out11 out25, out28, out37, out38, out56 e out57), o que é suficiente para a ampla defesa. Em acréscimo, **traslade** a Secretaria cópia das decisões de homologação dos dois acordos para estes autos. Quanto ao acesso ao próprio processo do acordo, a medida não é necessária e poderia colocar em risco os colaboradores, já que há ali detalhes sobre endereço, rotina e deslocamento que devem ser preservadas.*

Quanto ao acesso a outros processos, observo que, pelo processo eletrônico, a Defesa já tem acesso a um número significativo de processos e nos quais a investigação foi desenvolvida. Se tiver algum específico ao qual não esteja tendo acesso, deve especificar".

72. Na fase de diligências complementares, a Defesa reiterou o pedido. Apreciei-o e rejeitei-o novamente nos seguintes termos (evento 291):

"3. Pleiteia a Defesa de José Dirceu de Oliveira e Silva e de Luis Eduardo de Oliveira e Silva "amplo acesso ao inteiro teor de todos os depoimentos prestados por todos os colaboradores no curso da Operação Lavajato" (evento 283).

Já apreciei a questão na decisão de 26/07/2016 (evento 64):

"Requer acesso a todos os procedimentos relacionados ao feito e à Operação Lavajato, inclusive aqueles que se referem a colaborações premiadas.

*Relativamente aos processos dos acordos de colaboração, observo que a denúncia está instruída com cópia do acordos celebrados com os criminosos colaboradores que serão ouvidos como testemunhas de acusação, Júlio Gerin de Almeida Camargo e Milton Pascowitch (evento 1, out8, out9, out11, out25, out28, out37, out38, out56 e out57), o que é suficiente para a ampla defesa. Em acréscimo, **traslade** a Secretaria cópia das decisões de homologação dos dois acordos para estes autos. Quanto ao acesso ao próprio processo do acordo, a medida não é necessária e poderia colocar em risco os colaboradores, já que há ali detalhes sobre endereço, rotina e deslocamento que devem ser preservadas."*

A denúncia também está instruída com cópia de todos os depoimentos que dizem pertinência com o objeto da ação penal e com os documentos apresentados pelos criminosos colaboradores que dizem respeito à presente ação penal (evento 1, out26).

Não é necessário ao exercício da ampla defesa que a Defesa tenha acesso a todos os depoimentos prestados pelos criminosos colaboradores, inclusive aos estranhos ao objeto da ação penal, o que poderia colocar em risco inclusive investigações em andamento.

Indefiro, portanto".

73. A Defesa insiste na assertiva de que deveria ter acesso a todos os depoimentos já prestados por colaboradores, a fim de poder decidir, per si, quais eventualmente interessariam à teses defensivas.

74. Ocorre que se houvesse acesso indistinto a todos os depoimentos de todos os colaboradores, como quer a Defesa, o êxito das investigações instauradas a partir deles estaria frontalmente prejudicado.

75. Além disso, a pretensão da Defesa vai de encontro ao disposto na Lei 12850/2013, que prevê o sigilo do acordo e dos termos não só como forma de resguardar a investigação, mas igualmente para salvaguardar a segurança do colaborador.

76. O fato é que não há um direito genérico e amplo de acesso a todos os depoimentos e acordos formalizados por todos os colaboradores.

77. Os documentos que dizem respeito diretamente ou indiretamente ao objeto do presente caso penal foram já disponibilizados à Defesa, como de seu direito, desde o oferecimento da denúncia.

78. Indefiro, assim, o pedido de baixa em diligências feito pela Defesa de José Dirceu e de Luiz Eduardo de Oliveira e Silva, a fim de obter acesso indistinto a todos os depoimentos de todos os colaboradores, pelas razões acima expostas, e por esse pleito extravasar o objeto deste processo penal.

II. 4

79. A Defesa de José Dirceu de Oliveira e Silva e Luiz Eduardo de Oliveira e Silva afirma, em sede de alegações finais, que o feito deve ser convertido em diligência para que seja o MPF instado a juntar aos autos o resultado integral da quebra de sigilo telefônico decretada nos autos de nº 5021298-04.2016.404.7000.

80. Nos referidos autos de nº 5021298-04.2016.404.7000 foi decretada, a pedido do MPF, a quebra de sigilo telefônico, dentre outras, de pessoas vinculadas à Apolo Tubulars, à Credencial Construtora e à Petrobras, por meio de decisão proferida em 19 de maio de 2016 (evento 4 dos autos em comento).

81. Após a obtenção do resultado e, portanto, ausência de risco à eficácia das diligências, determinei, na data de 29 de junho de 2016, o levantamento do sigilo que recaia sob os autos de quebra, permitindo, assim, o

acesso das partes.

82. Posteriormente, o MPF promoveu a juntada àqueles autos do resultado da quebra deferida (eventos 21 e 22 dos autos 5021298-04.2016.404.7000).

83. Nesta ação penal, e na fase do artigo 402 do CPP, a pedido da Defesa de José Dirceu de Oliveira e Silva e de Luiz Eduardo de Oliveira e Silva, determinei, por meio de decisão proferida em 25/10/2016, que o MPF apresentasse o resultado integral da quebra deferida nos autos 5021298-04.2016.404.7000 (evento 291).

84. O MPF peticionou então no evento 313 apresentando o resultado integral em mídia, dada a sua extensão e impossibilidade técnica de juntada ao processo.

85. A Defesa alegou, não obstante, que apesar de a quebra haver abarcado o período compreendido entre 01/01/2006 a 29/04/2016, o resultado juntado limitou-se ao interregno compreendido entre maio de 2011 a abril de 2016.

86. Espontaneamente o MPF esclareceu que não dispunha das informações requeridas, uma vez que não teriam elas sido transmitidas pelas empresas de telefonia, ante a permissão legal de somente armazenar os dados referentes aos últimos cinco anos (evento 332).

87. A Defesa pretende, em sede de alegações finais, reaventar questão já devidamente analisada e que não mais subsiste diante da justificativa apresentada pelo MPF, conforme inclusive consignei na decisão proferida em 12/12/2016 (evento 337).

88. A prova pretendida pela Defesa é, portanto, impossível.

89. Indefiro, assim, o pedido da Defesa de baixa dos autos em diligência para a juntada do resultado integral da quebra deferida nos autos 5021298-04.2016.404.7000, eis que o resultado disponível já foi devidamente apresentado pelo MPF e permaneceu à disposição das partes.

II.5

90. Parte da prova relevante da presente ação penal consiste em depoimentos e documentos providenciados por criminosos colaboradores ouvidos como testemunhas neste processo.

91. Os acordos de colaboração premiada celebrados entre o Ministério Público Federal e as testemunhas Júlio Gerin de Almeida Camargo e Milton Pascowitch, ambos assistidos por seus defensores, foram homologados por este Juízo e os depoimentos pertinentes a esta ação penal foram disponibilizados às partes no evento 1, out8, out9, out21, out26, out28, out37, out38, out56 e out57, evento 65 e evento 66.

92. Foram eles ouvidos em Juízo como testemunhas colaboradores, com o compromisso de dizer a verdade, garantindo-se aos defensores dos coacusados o contraditório pleno, sendo-lhes informado da existência dos acordos.

93. Nenhum dos colaboradores foi coagido ilegalmente a colaborar, por evidente. A colaboração sempre é voluntária ainda que não espontânea. Nunca houve qualquer coação ilegal contra quem quer que seja da parte deste Juízo, do Ministério Público ou da Polícia Federal na assim denominada Operação Lavajato. As prisões cautelares foram requeridas e decretadas porque presentes os seus pressupostos e fundamentos, boa prova dos crimes e principalmente riscos de reiteração delitiva dados os indícios de atividade criminal grave reiterada, habitual e profissional. Jamais se prendeu qualquer pessoa buscando confissão e colaboração.

94. As prisões preventivas decretadas no presente caso e nos conexos devem ser compreendidas em seu contexto. Embora excepcionais, as prisões cautelares foram impostas em um quadro de criminalidade complexa, habitual e profissional, servindo para interromper a prática sistemática de crimes contra a Administração Pública, além de preservar a investigação e a instrução da ação penal.

95. A ilustrar a falta de correlação entre prisão e colaboração, vários dos colaboradores celebraram o acordo quando estavam em liberdade, como Pedro Barusco, Júlio Camargo, Augusto Mendonça, Ricardo Ribeiro Pessoa e José Adolfo Pascowitch.

96. Argumentos recorrentes por parte das Defesas, neste e nas conexas, de que teria havido coação, além de inconsistentes com a realidade do ocorrido, é ofensivo ao Supremo Tribunal Federal que homologou os acordos de colaboração mais relevantes, certificando-se previamente da validade e voluntariedade.

97. A única ameaça contra os colaboradores foi o devido processo legal e a regular aplicação da lei penal. Não se trata, por evidente, de coação ilegal.

98. Agregue-se que não faz sentido que a Defesa de coacusado alegue que a colaboração foi involuntária quando o próprio colaborador e sua Defesa negam esse vício.

99. De todo modo, a palavra do criminoso colaborador deve ser corroborada por outras provas e não há qualquer óbice para que os delatados questionem a credibilidade do depoimento do colaborador e a corroboração dela por outras provas.

100. Em qualquer hipótese, não podem ser confundidas questões de validade com questões de valoração da prova.

101. Argumentar, por exemplo, que o colaborador é um criminoso profissional ou que descumpriu acordo anterior é um questionamento da credibilidade do depoimento do colaborador, não tendo qualquer relação com a validade do acordo ou da prova.

102. Questões relativas à credibilidade do depoimento resolvem-se pela valoração da prova, com análise da qualidade dos depoimentos, considerando, por exemplo, densidade, consistência interna e externa, e, principalmente, com a existência ou não de prova de corroboração.

103. Ainda que o colaborador seja um criminoso profissional e mesmo que tenha descumprido acordo anterior, como é o caso de Alberto Youssef, se as declarações que prestou soarem verazes e encontrarem corroboração em provas independentes, é evidente que remanesce o valor probatório do conjunto.

104. Como ver-se-á adiante, a presente ação penal sustenta-se em prova independente, resultante principalmente das quebras de sigilo bancário, telefônico e das buscas e apreensões. Rigorosamente, foi o conjunto probatório robusto que deu causa às colaborações e não estas que propiciaram o restante das provas. Há, portanto, robusta prova de corroboração que preexistia, no mais das vezes, à própria contribuição dos colaboradores.

105. Não desconhece este julgador as polêmicas em volta da colaboração premiada.

106. Entretanto, mesmo vista com reservas, não se pode descartar o valor probatório da colaboração premiada. É instrumento de investigação e de prova válido e eficaz, especialmente para crimes complexos, como crimes de colarinho branco ou praticados por grupos criminosos, devendo apenas serem observadas regras para a sua utilização, como a exigência de prova de corroboração.

107. Sem o recurso à colaboração premiada, vários crimes complexos permaneceriam sem elucidação e prova possível. A respeito de todas as críticas contra o instituto da colaboração premiada, toma-se a liberdade de transcrever os seguintes comentários do Juiz da Corte Federal de Apelações do Nono Circuito dos Estados Unidos, Stephen S. Trott:

"Apesar disso e a despeito de todos os problemas que acompanham a utilização de criminosos como testemunhas, o fato que importa é que policiais e promotores não podem agir sem eles, periodicamente. Usualmente, eles dizem a pura verdade e ocasionalmente eles devem ser usados na Corte. Se fosse adotada uma política de nunca lidar com criminosos como testemunhas de acusação, muitos processos importantes - especialmente na área de crime organizado ou de conspiração - nunca poderiam ser levados às Cortes. Nas palavras do Juiz Learned Hand em United States v. Dennis, 183 F.2d 201 (2d Cir. 1950) aff'd, 341 U.S. 494 (1951): 'As Cortes têm apoiado o uso de informantes desde tempos imemoriais; em casos de conspiração ou em casos nos quais o crime consiste em preparar para outro crime, é usualmente necessário confiar neles ou em cúmplices porque os criminosos irão quase certamente agir às escondidas.' Como estabelecido pela Suprema Corte: 'A sociedade não pode dar-se ao luxo de jogar fora a prova produzida pelos decaídos, ciumentos e dissidentes daqueles que vivem da violação da lei' (On Lee v. United States, 343 U.S. 747, 756 1952).

Nosso sistema de justiça requer que uma pessoa que vai testemunhar na Corte tenha conhecimento do caso. É um fato singelo que, freqüentemente, as únicas pessoas que se qualificam como testemunhas para crimes sérios são os próprios criminosos. Células de terroristas e de clãs são difíceis de penetrar. Líderes da Máfia usam subordinados para fazer seu trabalho sujo. Eles permanecem em seus luxuosos quartos e enviam seus soldados para matar, mutilar, extorquir,

vender drogas e corromper agentes públicos. Para dar um fim nisso, para pegar os chefes e arruinar suas organizações, é necessário fazer com que os subordinados virem-se contra os do topo. Sem isso, o grande peixe permanece livre e só o que você consegue são bagrinhos. Há bagrinhos criminosos com certeza, mas uma de suas funções é assistir os grandes tubarões para evitar processos. Delatores, informantes, co-conspiradores e cúmplices são, então, armas indispensáveis na batalha do promotor em proteger a comunidade contra criminosos. Para cada fracasso como aqueles acima mencionados, há marcas de triunfos sensacionais em casos nos quais a pior escória foi chamada a depor pela Acusação. Os processos do famoso Estrangulador de Hillside, a Vovó da Máfia, o grupo de espionagem de Walker-Whitworth, o último processo contra John Gotti, o primeiro caso de bomba do World Trade Center, e o caso da bomba do Prédio Federal da cidade de Oklahoma, são alguns poucos dos milhares de exemplos de casos nos quais esse tipo de testemunha foi efetivamente utilizada e com surpreendente sucesso." (TROT, Stephen S. O uso de um criminoso como testemunha: um problema especial. Revista dos Tribunais. São Paulo, ano 96, vo. 866, dezembro de 2007, p. 413-414.)

108. Em outras palavras, crimes não são cometidos no céu e, em muitos casos, as únicas pessoas que podem servir como testemunhas são igualmente criminosos.

109. Quem, em geral, vem criticando a colaboração premiada é, aparentemente, favorável à regra do silêncio, a omertà das organizações criminosas, isso sim reprovável. Piercamilo Davigo, um dos membros da equipe milanesa da famosa Operação Mani Pulite, disse, com muita propriedade: "A corrupção envolve quem paga e quem recebe. Se eles se calarem, não vamos descobrir jamais" (SIMON, Pedro coord. Operação: Mãos Limpas: Audiência pública com magistrados italianos. Brasília: Senado Federal, 1998, p. 27).

110. É certo que a colaboração premiada não se faz sem regras e cautelas, sendo uma das principais a de que a palavra do criminoso colaborador deve ser sempre confirmada por provas independentes e, ademais, caso descoberto que faltou com a verdade, perde os benefícios do acordo, respondendo integralmente pela sanção penal cabível, e pode incorrer em novo crime, a modalidade especial de denúncia caluniosa prevista no art. 19 da Lei n.º 12.850/2013.

111. No caso presente, agregue-se que, como condição dos acordos, o MPF exigiu o pagamento pelos criminosos colaboradores de valores milionários, na casa de dezenas de milhões de reais.

112. Ilustrativamente, o colaborador Pedro José Barusco Filho, em 05/05/2015, já havia devolvido R\$ 204.845.582,11 repatriados de contas da Suíça e depositados em conta judicial para destinação à Petrobrás (evento 292), enquanto que o acusado Paulo Roberto Costa devolveu R\$ 78.188.562,90 repatriados de contas da Suíça e depositados em conta judicial (evento 292), além de se comprometer, conforme termos do acordo em indenizações adicionais. Já Milton Pascowitch, até 29/01/2016, havia depositado, em conta judicial, cerca de R\$ 30.000.000,00 para restituição aos cofres públicos (evento 292), enquanto Júlio Gerin de Almeida Camargo, cerca de R\$ 20.000.000,00 (evento 1, out56).

113. Ainda muitas das declarações prestadas por acusados colaboradores precisam ser profundamente checadas, a fim de verificar se encontram ou não prova de corroboração.

114. Mas isso diz respeito especificamente a casos em investigação, já que, quanto à presente ação penal, as provas de corroboração são abundantes.

II.6

115. Tramitam por este Juízo diversos inquéritos, ações penais e processos incidentes relacionados à assim denominada Operação Lavajato.

116. A investigação, com origem nos inquéritos 2009.7000003250-0 e 2006.7000018662-8, iniciou-se com a apuração de crime de lavagem consumado em Londrina/PR, sujeito, portanto, à jurisdição desta Vara, tendo o fato originado a ação penal 5047229-77.2014.404.7000, posteriormente julgada.

117. Em grande síntese, na evolução das apurações, foram colhidas provas, em cognição sumária, de um grande esquema criminoso de cartel, fraude, corrupção e lavagem de dinheiro no âmbito da empresa Petróleo Brasileiro S/A - Petrobras cujo acionista majoritário e controlador é a União Federal.

118. Grandes empreiteiras do Brasil, entre elas a OAS, UTC, Camargo Correa, Odebrecht, Andrade Gutierrez, Mendes Júnior, Queiroz Galvão, Engevix, SETAL, Galvão Engenharia, Techint, Promon, MPE, Skanska, IESA e GDK teriam formado um cartel, por meio do qual teriam sistematicamente frustrado as licitações da Petrobras para a contratação de grandes obras.

119. Além disso, as empresas componentes do cartel, pagariam sistematicamente propinas a dirigentes da empresa estatal calculadas em percentual, de um a três por cento em média, sobre os grandes contratos obtidos e seus aditivos.

120. Também constatado que outras empresas fornecedoras da Petrobrás, ainda que não componentes do cartel, pagariam sistematicamente propinas a dirigentes da empresa estatal, também em bases percentuais sobre os grandes contratos e seus aditivos.

121. A prática, de tão comum e sistematizada, foi descrita por alguns dos envolvidos como constituindo a "regra do jogo".

122. Na Petrobrás, receberiam propinas dirigentes da Diretoria de Abastecimento, da Diretoria de Engenharia ou Serviços e da Diretoria Internacional, especialmente Paulo Roberto Costa, Renato de Souza Duque, Pedro José Barusco Filho, Nestor Cuñat Cerveró e Jorge Luiz Zelada e Eduardo Costa Vaz Musa.

123. Surgiram, porém, elementos probatórios de que o caso transcende a corrupção - e lavagem decorrente - de agentes da Petrobrás, servindo o esquema criminoso para também corromper agentes políticos e financiar, com recursos provenientes do crime, partidos políticos.

124. Aos agentes e partidos políticos cabia dar sustentação à nomeação e à permanência nos cargos da Petrobrás dos referidos Diretores. Para tanto, recebiam remuneração periódica.

125. Entre as empreiteiras, os Diretores da Petrobrás e os agentes políticos, atuavam terceiros encarregados do repasse das vantagens indevidas e da lavagem de dinheiro, os chamados operadores.

126. Várias ações penais e inquérito envolvendo esses crimes tramitam perante este Juízo, parte delas já tendo sido julgada.

127. A presente ação penal tem por objeto uma fração desses fatos.

128. A Apolo Tubulars é uma empresa fornecedora de tubulações para a Petrobras.

129. A denúncia aponta que no contrato nº 4600300851, celebrado entre a Petrobras e a Apolo Tubulars, em 16/10/2009, no valor de R\$ 255.798.376,40, houve o pagamento de propinas no valor de R\$ 7.147.425,70.

130. O objeto do contrato era o fornecimento de tubos de revestimento de aço carbono, acessórios e serviços associados, destinados à Área de Negócio de Exploração e Produção da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras.

131. A documentação relativamente a esse contrato foi juntada pelo MPF com a denúncia (evento 1, out3, out16, out17, out22, out23, out30 e out32), e posteriormente complementada pela Petrobras, que apresentou cópia do contrato nº 4600300851, de seus anexos, e demais documentação correlata, em mídia, que permaneceu acautelada em Secretaria e à disposição das partes (eventos 135 e 137).

132. O intermediador do pagamento das vantagens indevidas, nesse caso, seria Julio Gerin de Almeida Camargo.

133. Segundo a denúncia, após ter sido contatado inicialmente pelos sócios da Apolo Tubulars, Paulo Cesar Peixoto de Castro Palhares e Carlos Eduardo de Sá Baptista, que visavam inserir a empresa em grandes contratos da Petrobras, Julio Gerin de Almeida Camargo teria entrado em contato com Renato de Souza Duque, então Diretor de Serviços e de Engenharia da Petrobrás, para que esse, utilizando a sua influência, interviesse para que a Apolo Tubulars obtivesse contratos de maior monta na seara de tubulações com a Petrobrás.

134. Após lograr êxito em ser contratada pela Petrobras em um contrato de R\$ 255.798.376,40, instrumento firmado em 16/10/2009, a Apolo Tubulars formalizou contrato de prestação de serviços de representação comercial com a Piemonte Empreendimentos, empresa de Julio Gerin de Almeida Camargo, na data de 01/02/2010. Em decorrência do contrato, a Piemonte emitiu quarenta notas fiscais entre 11/05/2010 a 04/07/2013 contra a Apolo Tubulars no valor bruto de R\$ 7.147.425,78.

135. Em contrapartida, após a contratação, por orientação de Renato de Souza Duque, o montante de propina a ele devido no negócio espúrio teria sido destinado por Julio Gerin de Almeida Camargo ao grupo comandado por José Dirceu de Oliveira e Silva, eis que seria ele o responsável pela sustentação política concedida a Renato de Souza Duque.

136. Desses valores, segundo a peça acusatória, cerca de R\$ 1.445.107,86 teriam sido repassados por Júlio Gerin de Almeida Camargo a José Dirceu de Oliveira e Silva, mediante o custeio dissimulado de despesas decorrentes da utilização, por cento e treze vezes, por José Dirceu de Oliveira e Silva, de duas aeronaves pertencentes a Júlio Camargo, no período compreendido entre 08/11/2010 a 03/07/2011.

137. Parcela remanescente da propina devida, no valor de cerca de R\$ 699.119,87, teria sido repassada à empresa Credencial Construtora, cujos sócios eram Eduardo Aparecido de Meira e Flávio Henrique de Oliveira Macedo, a pedido de Luiz Eduardo de Oliveira e Silva, irmão de José Dirceu, no interregno compreendido entre 02/03/2012 a 23/07/2012.

138. Para tanto, foi celebrado contrato simulado de consultoria com data de 15/12/2011 entre a Auguri Empreendimentos, empresa de Júlio Gerin de Almeida Camargo, e a Credencial Construtora.

139. Após o recebimento dos valores, Eduardo Aparecido de Meira e Flávio Henrique de Oliveira Macedo, em regra, sacavam o numerário em espécie, repassando-o a emissários do grupo comandado por José Dirceu de Oliveira e Silva.

140. Passa-se a verificar a prova do pagamento das propinas.

141. Julio Gerin de Almeida Camargo, como adiantado, celebrou acordo de colaboração premiada com o Ministério Público Federal e que foi homologado por este Juízo (item 91). Declarou, em Juízo, em síntese, que foi procurado por Paulo Cesar Peixoto de Castro Palhares, da Apolo Tubulars, para atuar como representante da empresa junto à Petrobras, eis que a Apolo não lograva obter contratos vultosos com a Petrobras por oferecer tubos com costura (soldados), considerados tecnicamente inferiores aos tubos sem costura. Julio Camargo teria então contatado Renato de Souza Duque, à época Diretor de Serviços da Petrobras, e exposto a questão. Renato Duque teria lhe informado, em seguida, que iria determinar a realização de uma avaliação técnica na Apolo Tubulars a fim de avaliar a possibilidade de participação da empresa em certames da Petrobras:

"Ministério Público Federal:- Senhor Júlio especificamente sobre a sua participação na contratação da empresa Apolo Tubulars pela Petrobras, o que o Senhor tem a dizer?"

Julio Gerin de Almeida Camargo:- Bom, eu, eu tenho algumas empresas que têm como atividade representação comercial e consultoria e fui procurado pelo conhecido comum de rotatividade, Doutor Paulo César de Castro aqui presente dizendo que ele tinha uma fábrica de tubos, que havia se associado com uma empresa americana de alto porte, de grande porte, de grande tecnologia, tinha feito um investimento bastante grande na área tecnológica e que tinha já feito várias visitas à Petrobras, várias reuniões, várias tratativas, mas que não tinha logrado êxito em nenhuma delas e que o ponto principal de alegação da Petrobras, é que a fabricação dos tubos da Apolo eram tubos com costura e a Petrobras tradicionalmente costumava comprar tubos sem costura. Ocorre que a tecnologia evoluiu e os tubos com costura passaram a ter aplicação aprovada em áreas de exploração e produção da Petrobras. Então, essa alegação que vinha sendo utilizada para não participação da Apolo era uma, era uma, era uma alegação não válida no momento, uma vez que a parte tecnológica já havia

superado esse problema. Doutor Paulo César me procurou, "Ah, Júlio eu estou nessa situação não consigo vender e, eu sei que você tem outros assuntos com a Petrobras, que não tem nada que ver com a nossa área e eu gostaria de ver se você poderia me dar uma ajuda no sentido de conseguir que a gente comece... a pelo menos". Eles eram convidados para o certame, mas após o certame eles eram inabilitados em virtude dessa característica do tubo. Eu disse: Olha, Paulo eu vou procurar saber o que está acontecendo na Petrobras e depois retorno a você para dizer se temos possibilidade ou não temos possibilidade de ajudar. Se tiver, vamos em frente fazemos um contrato, como é a norma absolutamente regular num relacionamento e se não tiver condições, então, abandonamos e tudo isso. Bom, então, eu nesse momento fui procurar o Doutor Renato Duque, que era o diretor de Serviços e Materiais da Petrobras, parte de serviços e que englobava a parte de engenharia e materiais da Petrobras e contei para ele a história, exatamente isso que acabei de reportar e confesso que ele ficou surpreso e falou: "Olha Júlio eu estou surpreso com isso, não era do meu conhecimento. É de interesse da Petrobras que a gente tenha mais empresas fornecendo, porque nós estamos na mão praticamente de duas empresas somente, que é Mannesman e a CONFAB e, com certeza, se essa empresa tiver condições técnicas para fornecer e tiver preço, for competitivo não tem porque a gente não contratar. Então, eu vou fazer o seguinte, eu vou nomear um grupo de trabalho para fazer uma visita técnica a Apolo, fazer uma avaliação e depois que essa avaliação for feita eu te chamo aqui novamente e aí nós definimos... da possibilidade ou não da participação dela".

142. Segundo o colaborador, após a realização da avaliação técnica, que foi positiva, e da abertura do procedimento licitatório, a Apolo Tubulars obteve êxito em ser contratada pela Petrobras para o fornecimento de tubulações em um contrato de cerca de duzentos e cinquenta milhões de reais. Em decorrência disso, Julio Camargo, por meio de sua empresa Piemonte Empreendimentos, foi contratado pela Apolo Tubulars como representante comercial, com previsão de comissionamento no valor de cerca de dois por cento do valor do contrato obtido:

"Ministério Público Federal:-Certo. Depois disso a Apolo foi contratada pela Petrobras?

Julio Gerin de Almeida Camargo:- Depois disso, a coisa não é absolutamente tão simples como a Senhora está dizendo. Depois disso evidentemente, foi aberto esse certame, né, isso tem todo um prazo regulamentar, existe uma concorrência formulada. A Apolo foi convidada, apresentou sua proposta técnica comercial, houve uma negociação bastante longa e onde ela foi obrigada apresentar um desconto bastante substancial e dentro dessas condições ela teve a sua proposta técnica aprovada e teve o seu preço reconhecido como competitivo pela Petrobras e ficou com uma parcela desse certame, ficando o saldo, aliás a maior parte, para ser dividida entre a Mannesmann e a CONFAB.

Ministério Público Federal:- Certo. O Senhor se recorda mais ou menos o valor desse contrato?

Julio Gerin de Almeida Camargo:- Aproximadamente 250 milhões.

Ministério Público Federal:- Certo. Depois dessa contratação o Senhor recebeu comissões da Apolo Tubulars?

Julio Gerin de Almeida Camargo:- Sim. Recebi após conforme eram feitas as entregas dentro de um cronograma... quer dizer, era um, esse contrato que a Petrobras assinou com a Apolo era um contrato chamado guarda-chuva onde a cada necessidade da Petrobras, ela imitia uma ordem de serviço, um pedido de

compra e a Apolo então fornecia esses materiais, faturava contra Petrobras e após o pagamento da Petrobras eu recebia uma comissão, que se não falha a memória, em torno de 2% sobre o valor do pagamento da Petrobras".

143. Em seguida, Julio Camargo declarou haver contatado Renato de Souza Duque para acertar o pagamento das propinas a ele devida em virtude do contrato formalizado entre a Petrobras e a Apolo Tubulars, a serem descontadas do valor que ele estaria recebendo como representante da Apolo, ocasião em que Renato Duque teria lhe dito que nesse caso o repasse não deveria ser para ele próprio, mas sim em benefício de José Dirceu de Oliveira e Silva, na proporção de metade do valor líquido a ele pago a título de comissão, o qual, segundo o colaborador, totalizaria cerca de R\$ 2,1 milhão, ou aproximadamente trinta por cento do valor bruto faturado (R\$ 7.147.425,78). Luiz Eduardo de Oliveira e Silva, irmão de José Dirceu de Oliveira e Silva, é quem teria procurado o depoente para acertar os pagamentos:

"Ministério Público Federal:- Como é que o Senhor chegou a destinar alguma parte de suas comissões para o Senhor Renato Duque?"

Julio Gerin de Almeida Camargo:- Eu, informo. A Senhora me indagou se eu tinha relacionamento com ele anterior, eu confirmei a Senhora que tinha e dentro desse relacionamento anterior haviam pagamentos indevidos que eu fazia ao Senhor Pedro Barusco e ao Senhor Renato Duque. Quando essa, quando essa operação com a Apolo, ela teve êxito eu fui ao Doutor Duque. Disse: "Doutor, isso aqui é um contrato que eu chamei de "spot", quer dizer, é um contrato que não faz parte do nosso, do nosso dia a dia, foi uma oportunidade que eu tive onde o Senhor se interessou, deu apoio para verificar o que estava acontecendo internamente e eu, então, quero dizer o seguinte estou ganhando de 2% de comissão e estou à sua disposição, se o Senhor quiser alguma coisa disso que eu estou ganhando.

Ministério Público Federal:-E o que é que foi conversado sobre isso?"

Julio Gerin de Almeida Camargo:- Então, ele me disse: "Júlio, nesse caso eu não quero nada para mim, mas eu estou precisando ajudar o ex Ministro José Dirceu". Era uma situação, não me lembro mais se era política ou alguma coisa e existe uma demanda dele comigo e você poderia ajudar repassando talvez metade dessa comissão que você vai ganhar, você repassaria aos, à equipe que vai te procurar do Doutor José Dirceu.

Ministério Público Federal:- Quem procurou o Senhor representando o Senhor José Dirceu?"

Julio Gerin de Almeida Camargo:- O irmão dele, Doutor Luiz Eduardo.

Ministério Público Federal:- E o que é que o Senhor conversou com ele?"

Julio Gerin de Almeida Camargo:- Eu conversei com ele que havia conversado isso com o Doutor Duque, dizendo para ele que a minha ideia seria tirar os impostos do faturamento e mais ou menos dividir o que dava, o que deu aproximadamente um valor líquido de 30% sobre o valor faturado.

Ministério Público Federal:- O valor faturado era de quanto Senhor Júlio?"

Julio Gerin de Almeida Camargo:- Nós recebemos de comissão, minha empresa Piemonte, recebeu uma comissão durante o ano, entre o ano de 2010 a 2013, uma comissão de aproximadamente 07 milhões de reais e o que foi, o que foi, o

que foi repassado como crédito ao Doutor José Dirceu, à equipe dele, 02 milhões e cem, aproximadamente".

144. A respeito do contrato formalizado entre a Piemonte Empreendimentos e a Apolo Tubulars, Julio Gerin de Almeida Camargo afirmou que houve efetiva prestação de serviços de representação comercial, com a realização de reuniões, assessoria e acompanhamento ao longo do contrato:

"Ministério Público Federal:- O Senhor disse que a sua empresa Piemonte recebeu esses valores. Foi firmado um contrato da Piemonte com a Apolo?"

Julio Gerin de Almeida Camargo:- Foi. Foi firmado um contrato que já disponibilizei ao Ministério Público.

Ministério Público Federal:- Houve alguma prestação de serviço da Piemonte para a Apolo para justificar o recebimento desses valores?"

Julio Gerin de Almeida Camargo:- Acabei de espelhar a Senhora, acabei de descrever à Senhora, isso é um serviço característico de um representante comercial não só esse como durante toda a execução do trabalho, tivemos várias reuniões com o pessoal da Apolo porque aparecem problemas operacionais normais disso e o Carlos Eduardo frequentemente ia ao nosso escritório, discutimos as situações, se os tubos eram entregues nas unidades da Petrobras, as vezes aparecia algum problema nas unidades e de maneira que nós tínhamos um contato constante, não só com referência a esse contrato e também verificando um pouco as oportunidades futuras que eventualmente se teria neste mercado".

145. Afirmou que parcela da propina a ser destinada a José Dirceu de Oliveira e Silva, a mando de Renato Duque, era paga mediante o desconto dos valores relativos aos voos realizados pelo primeiro em duas aeronaves de propriedade de Julio Camargo, que totalizaram cerca de "um milhão e duzentos, um milhão e quatrocentos (reais)":

"Ministério Público Federal:- Com relação a essa utilização das aeronaves que o Senhor mencionou. As aeronaves eram do Senhor?"

Julio Gerin de Almeida Camargo:- Eram minhas, eram das nossas empresas.

Ministério Público Federal:- Certo. Eram duas aeronaves Senhor Júlio?"

Julio Gerin de Almeida Camargo:- Sim. Duas aeronaves.

Ministério Público Federal:-O Senhor já entregou e consta dos autos a lista dos voos que foram realizados, mas o Senhor se recorda mais ou menos quantas viagens foram feitas pelo Senhor José Dirceu nessas aeronaves?"

Julio Gerin de Almeida Camargo:- Assim de cabeça não, mas tem aí a relação, inclusive, com... mandei recentemente o valor individual de cada viagem, dentro de mais ou menos uma combinação que fizemos com a equipe do Doutor José Dirceu.

Ministério Público Federal:- Correto, mas foram poucas viagens, uma, duas?"

Julio Gerin de Almeida Camargo:- Não, foram bastantes viagens.

Ministério Público Federal:- Bastantes viagens?"

Julio Gerin de Almeida Camargo:- Bastantes viagens, em duas aeronaves.

Ministério Público Federal:- Nessa quantificação que o Senhor fez mais ou menos que representaria em valores essas viagens?

Julio Gerin de Almeida Camargo:- Aproximadamente... entre 01 milhão e duzentos, 01 milhão e quatrocentos.

Ministério Público Federal:- Certo. Todas as vezes foi o próprio José Dirceu que viajou nessas aeronaves?

Julio Gerin de Almeida Camargo:- Sim".

146. Outra parte da propina teria sido depositada, por orientação de Luiz Eduardo de Oliveira e Silva, em contas da empresa Credencial Construtora:

"Ministério Público Federal:- O Senhor mencionou que foi feito também repasse de valores para a empresa Credencial?

Julio Gerin de Almeida Camargo:- Sim.

Ministério Público Federal:- Como que foi feito? Como que foi operacionalizado?

Julio Gerin de Almeida Camargo:- Bom, Doutora, eu como reporte, eu tinha um débito a ser pago dentro dessa operacionalização, débitos referentes a utilização do avião e mais um pagamento que era feito em dinheiro. Esse pagamento em dinheiro, evidentemente, havia uma demanda para que esse cronograma de pagamento se acelerasse. Eu não tinha como acelerar a criação de reais em caixa para poder acelerar o cronograma solicitado. Então... por sugestão minha, eu pedi a eles que indicassem uma empresa, com a qual eu pudesse fazer um contrato com as minhas empresas, desde que tivessem mais ou menos o mesmo objetivo, para que eu pudesse acelerar esse cronograma e me foi apresentado uma, essa empresa Credencial, que eu já tinha ouvido falar dela... em algum momento na Petrobras não poderia precisar à Senhora como, em que momento viu.. mas, era um nome que pra mim, não era um nome estranho.

Ministério Público Federal:- Só para deixar bem claro Senhor Júlio...

Julio Gerin de Almeida Camargo:- Sim.

Ministério Público Federal:- Quem que indicou para o Senhor a empresa Credencial?

Julio Gerin de Almeida Camargo:- O Doutor Luiz Eduardo.

Ministério Público Federal:- Certo".

147. Para justificar os pagamentos, teria sido formalizado contrato fictício de prestação de serviços entre a Credencial Construtora e a Auguri Empreendimentos, empresa de Julio Gerin de Almeida Camargo. O valor total pago teria sido de cerca de 700 mil reais, mediante cinco transferências bancárias. Julio Camargo expressamente afirmou que não houve qualquer tipo de serviço prestado pela Credencial à Auguri por conta do referido instrumento contratual:

"Julio Gerin de Almeida Camargo:- E aí o pessoal da Credencial foi ao meu escritório em São Paulo, eu, inclusive não estava, quem atendeu foi o meu o meu staff lá em São Paulo onde estava inclusive o meu filho numa, nessas reuniões

que não cuidava de nada disso, ele cuidava dos meus assuntos particulares, mas a meu pedido como eu estava no Rio de Janeiro, e como uma cordialidade por um pedido da equipe do nosso ex Senador, foi procurado... eles tiveram, levaram o contrato para nós que daria suporte a esses pagamentos. Eu mandei fazer uma verificação. Uma verificação muito rápida se havia alguma, alguma negativa, alguma... se os registros estavam todos eles feitos para efeito fiscal, todos eles estavam corretos, estavam em ordem. O modelo do contrato foi dado como ok pelo nosso jurídico e nós assinamos. Então eu, na verdade, não cheguei a conhecer os titulares da empresa Credencial.

Ministério Público Federal:- Esse contrato da Credencial foi firmado com qual das suas empresas Senhor Júlio?

Julio Gerin de Almeida Camargo:- Com a Auguri se não me falha a memória, Doutora.

Ministério Público Federal:- O Senhor teve alguma vez contato pessoal com os representantes da Credencial, Senhor Eduardo de Meira ou o Senhor Flávio Macedo?

Julio Gerin de Almeida Camargo:- Eu pessoalmente não.

Ministério Público Federal:- O Senhor que assinou esse contrato Senhor Júlio?

Julio Gerin de Almeida Camargo:- Fui. Fui eu que assinei.

Ministério Público Federal:- Houve alguma prestação de serviço referente a esse contrato?

Julio Gerin de Almeida Camargo:- Não Doutora, não houve.

Ministério Público Federal:- O Senhor se recorda qual foi o valor que foi pago?

Julio Gerin de Almeida Camargo:- Aproximadamente 700 mil reais.

Ministério Público Federal:- Esse valor foi pago via transferência bancária ou foi em dinheiro?

Julio Gerin de Almeida Camargo:- Via transferência, se não me engano 05 TED's".

148. Relevante consignar que Julio Gerin de Almeida Camargo atuava igualmente como operador de propinas em diversos outros casos relacionados ao esquema de corrupção que vitimou a Petrobras.

149. Exemplo disso é a ação penal 5083838-59.2014.404.7000, na qual foi ele condenado por crimes de corrupção ativa e de lavagem de dinheiro, no âmbito dos contratos dos Navios-sondas da Petrobras 10000 e Vitória 10000, pelo pagamento de vantagem indevida à Diretoria Internacional da Petrobras, ocupada à época por Nestor Cerveró, mediante operações simuladas de consultoria e utilização de contas secretas em nome de offshores (evento 292, sent3).

150. De forma similar, na ação penal nº 5012331-04.2015.404.7000, Julio Gerin de Almeida Camargo foi condenado pelos crimes de corrupção ativa e de lavagem de dinheiro no âmbito do contrato do Consórcio Interpar, pela intermediação do pagamento de vantagem indevida à Diretoria de Serviços e

Engenharia da Petrobras, ocupada por Renato de Souza Duque e Pedro José Barusco Filho, por intermédio de contas secretas em nome de offshores (evento 292, sent2).

151. No presente caso, embora confessadamente tenha atuado nos fatos, Julio Gerin de Almeida Camargo não foi denunciado por haver atingido o patamar máximo de pena privativa de liberdade com trânsito em julgado previsto em seu acordo de colaboração premiada (quinze anos), restando, assim, suspensa em relação a ele a tramitação dos demais inquéritos e ações penais (autos 5073441-38.2014.404.7000).

152. Milton Pascowitch igualmente formalizou acordo de colaboração premiada com o Ministério Público Federal e que foi homologado por este Juízo (item 91). Declarou, em Juízo, em síntese, que apesar de não haver participado dos fatos relacionados à contratação da Apolo Tubulars pela Petrobras, participou, a pedido de José Dirceu, de reunião no escritório de Julio Gerin de Almeida Camargo em que foi apresentada uma prestação de contas dos valores devidos a José Dirceu de Oliveira e Silva na qual estavam incluídos os valores a ele devidos relativamente à contratação da Apolo Tubulars:

"Ministério Público Federal:- O Senhor chegou a receber valores da Apolo...

Milton Pascowitch:- Não.

Ministério Público Federal:-...Tubulars, por intermédio...

Milton Pascowitch:- Não.

Ministério Público Federal:- Por intermédio do Júlio Camargo?

Milton Pascowitch:- Não. No ano de 2009, segundo semestre de 2009 a pedido do ex Mministro José Dirceu eu acompanhei no escritório do Júlio, fui lá pra isso, uma prestação de contas que era feita dos recursos recebidos até então da Hope e que eram utilizados para cobertura de despesas de aeronaves que eram utilizadas para deslocamentos do ex Ministro de São Paulo para outros lugares. Nesta prestação de contas, nas receitas, não era uma prestação de conta, na verdade era um acompanhamento das contas, porque eu como eu não sabia da origem das receitas, nem lidava com as despesas, eu acompanhei essa prestação de contas. Nas receitas apareceram os recursos entregues também pela Apolo Tubos para o Júlio e que entraram como receitas desta prestação de conta.

(...)

"Ministério Público Federal:- Retomando então Senhor Milton. O Senhor disse que foi verificar com o Senhor Júlio Camargo uma prestação de contas que existia em favor de Senhor José Dirceu?"

Milton Pascowitch:- Isso.

Ministério Público Federal:- Quem que pediu para o Senhor ir verificar essa prestação de contas?"

Milton Pascowitch:- Ó, esse é um assunto que ele andava no escritório do Zé Dirceu, a prestação de contas. As contas nunca batiam, as despesas das aeronaves eram maiores que as receitas ou existia uma certa desconfiança dos valores apresentados. Eu acredito que tenha sido ou o Bob ou o Luiz Eduardo que marcaram essa reunião, na qual eu fui ao seu escritório do Júlio Camargo.

Ministério Público Federal:- Certo. Esses valores que o Júlio Camargo teria como um crédito para o Senhor José Dirceu, eles eram decorrentes do que?

Milton Pascowitch:- Ai eu sabia por causa do conhecimento que eu tinha, do envolvimento que existia de Fernando Moura com a Hope de recursos provenientes da Hope. Na prestação de contas é que apareceram recursos também provenientes da Apolo.

Ministério Público Federal:- Quando o Senhor fala recurso provenientes da Hope e recursos provenientes a Apolo, eram recursos...

Milton Pascowitch:- Pagamentos de comissão provenientes de contratos assinados entre as empresas e Petrobras".

153. Milton Pascowitch confirmou ainda que José Dirceu de Oliveira e Silva utilizava as aeronaves pertencentes a Julio Gerin de Almeida Camargo e que o pagamento pelo uso era descontado de propinas devidas a José Dirceu pelos contratos formalizados com as empresas Hope e Apolo Tubulars. Importante frisar que o contrato firmado com a Hope não é objeto deste processo criminal:

"Ministério Público Federal:- O Senhor tem conhecimento que o Senhor Jose Dirceu utilizou as aeronaves do Senhor Júlio Camargo?

Milton Pascowitch:- Sim tenho.

Ministério Público Federal:-O Senhor tem conhecimento de quantas vezes isso aconteceu?

Milton Pascowitch:- Ah, inúmeras.

Ministério Público Federal:-Eram feitos pagamentos pela utilização dessas aeronaves?

Milton Pascowitch:- Eram feitos deduções de valores recebidos, vou falar por essas duas empresas, no caso, dessas duas ou três vezes que eu acompanhei. Mas no caso da Hope sim.

Ministério Público Federal:- Essas duas empresas que o Senhor mencionou eram quais?

Milton Pascowitch:- Era Hope. A Hope é uma fornecedora de serviços terceirizados, atua na área de serviços compartilhados da Petrobras, que fez parte da... essas informações fizeram parte da minha colaboração e Apolo Tubos".

154. O colaborador ainda afirmou que chegou a falar com Renato Duque sobre a contratação da Apolo Tubulars, mas de uma forma pontual, perquirindo-o se os pedidos da Apolo "iam sair ou não":

"Ministério Público Federal:- Relativamente a Apolo o Senhor teve algum contato com o Senhor Renato Duque envolvendo essa questão?

Milton Pascowitch:- Eu tive, eu tive por solicitação do... acredito eu, do Roberto Marques ou do Luiz Eduardo que eram as pessoas que eu via com mais frequência e eu me lembro de ter perguntado ao Renato Duque, num jantar em casa ou em algum encontro, de ter perguntado se os pedidos da Apolo iam sair ou não sair, mas a participação ou a minha participação no negócio foi essa. E me lembro do Duque me entregue um papel, talvez um demonstrativo dos

pedidos que haviam saído de todos, não só da Apolo como da Mannesmann, como da CONFAB, que eram fornecedores da Petrobras. Esse foi o envolvimento meu com Renato Duque e no negócio Apolo".

155. Em síntese, os depoimentos dos colaboradores Julio Gerin de Almeida Camargo e Milton Pascowitch, especialmente do primeiro, sustentam a tese da Acusação de que a contratação da Apolo Tubulars pela Petrobras, negócio jurídico intermediado por Julio Gerin de Almeida Camargo, envolveu o pagamento de propinas ao grupo comandado por José Dirceu de Oliveira e Silva, por orientação de Renato de Souza Duque.

156. O pagamento sistemático de propinas à Diretoria de Serviços da Petrobras, à época comandada por Renato de Souza Duque, decorrente do esquema que vitimou a Petrobras já restou devidamente comprovado no julgamento de outras ações penais, a exemplo da ação penal nº 5012331-04.2015.404.7000, na qual restou provado o pagamento de propinas que totalizaram R\$ 43.444.303,00 nos contratos com a Petrobras dos Consórcios Interpar, CMMS, Gasam e com a Construtora OAS no Gasoduto Pilar Ipojuca (evento 292, sent2).

157. Apesar dos depoimentos dos colaboradores serem ricos em detalhes e, em regra, convergentes entre si, o fato é que provêm de pessoas envolvidas nas próprias atividades criminais.

158. Agregue-se que, apesar do acordo de colaboração, o criminoso colaborador tem usualmente alguma tendência de diminuir a sua própria responsabilidade criminal ou de tentar justificar a prática de um crime, mesmo quando confesso.

159. De todo modo, apesar dos detalhes, convergência e plausibilidade dos depoimentos, criminosos não se tornam pessoas totalmente confiáveis apenas porque resolveram, usualmente buscando benefícios legais, colaborar com a Justiça.

160. Os depoimentos, mesmo de criminosos, ganham, porém, credibilidade quando corroborados por outras provas.

161. No presente caso, foi produzida extensa prova documental de corroboração.

162. Em especial, destaque-se a prova documental referente à contratação da Apolo Tubulars pela Petrobras, de repasses milionários da Apolo Tubulars para a empresa Piemonte Empreendimentos, de Julio Gerin de Almeida Camargo, da utilização de suas aeronaves por José Dirceu de Oliveira e Silva, dos pagamentos efetuados pela Auguri Empreendimentos, de Julio Camargo, à Credencial Construtora, de Eduardo Aparecido de Meira e Flávio Henrique de Oliveira Macedo, em benefício do grupo comandado por José Dirceu de Oliveira e Silva.

163. É o que examinar-se-á no próximo tópico.

II. 7

164. Conforme visto no tópico II.6, a Apolo Tubulars é uma empresa fornecedora de tubulações para a Petrobras.

165. Segundo consta da denúncia, no contrato nº 4600300851, celebrado entre a Petrobras e a Apolo Tubulars, na data de 16/10/2009, no valor de R\$ 255.798.376,40, houve o pagamento de propinas no valor de R\$ 7.147.425,70.

166. O objeto do contrato era o fornecimento de tubos de revestimento de aço carbono, acessórios e serviços associados, destinados à Área de Negócio de Exploração e Produção da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras.

167. A documentação relativamente a esse contrato foi juntada pelo MPF com a denúncia (evento 1, out3, out16, out17, out22, out23, out30 e out32), e posteriormente complementada pela Petrobras, que apresentou cópia do contrato nº 4600300851, de seus anexos, e demais documentação correlata, em mídia, que permaneceu acautelada em Secretaria e à disposição das partes (eventos 135 e 137).

168. Relatório parcial elaborado pela Comissão Interna de Apuração instituída pela Petrobras com o objetivo de averiguar possíveis irregularidades nos contratos firmados pela Petrobras com a empresa Apolo Tubulars foi apresentado com a peça acusatória (evento 1, out6).

169. O Relatório final da Comissão Interna de Apuração foi apresentado posteriormente pela Petrobras (evento 135).

170. O intermediador do pagamento das vantagens indevidas, nesse caso, seria Julio Gerin de Almeida Camargo.

171. Segundo consta dos autos, a Apolo Tubulars figurava em registros da Petrobras e estava habilitada como possível fornecedora de materiais e/ou serviços desde dezembro de 2006 (evento 1, out14).

172. A primeira contratação teria ocorrido em 30/04/2008, contrato 4600268074, no valor de R\$ 10.145.620,28, pouco expressivo, para os padrões da Petrobras, e se destinava ao fornecimento de tubos de condução (evento 1, out6).

173. A peça acusatória relata a existência de dificuldades, à época, de contratação da Apolo Tubulars pela Petrobras para serviços de maior monta pelo fato de a empresa não ter muita notoriedade no mercado de tubos para plataforma, sendo usual, naquele momento, a contratação das empresas concorrentes Confab e Vallourec Manesmann, e igualmente por razões técnicas, eis que a Apolo Tubulars fornecia tubos "com costura" (solda), sendo que a Petrobras mantinha preferência técnica na aquisição de tubos "sem costura".

174. Consta, assim, do Relatório Parcial da Comissão Interna de Apuração DIP DETM 25/2016, de 14/03/2016, que a Apolo Tubulars foi inicialmente contratada para objetos de "menor monta", "limitando-se ao fornecimento de tubos de condução", e no qual houve "consumo reduzido", eis que

não havia obrigação de consumo mínimo, "razão pela qual, a afirmativa do Sr. Júlio Camargo de que 'a Apolo não conseguia vender na Petrobras' pode ser procedente" (fls. 18, out6, evento 1).

175. A dificuldade de contratação da Apolo Tubulars pela Petrobras por razões técnicas foi de fato confirmada pelo colaborador Julio Gerin de Almeida Camargo, que declarou acreditar que "havia uma restrição técnica, considerando que os tubos fabricados pela empresa Apolo eram 'com costura' e o solicitado era 'sem costura' (termo de colaboração anexado no evento 1, out8).

176. Igualmente, o funcionário responsável pela aquisição de materiais junto à Petrobras, Marco Aurélio da Rosa Ramos, declarou que a aceitação de tubos de revestimento com costura, de diâmetros menores, sempre suscitou questionamentos por técnicos da Petrobras (fls. 27, out6, evento 1).

177. Teria sido justamente por essa dificuldade de inserção da Apolo Tubulars junto à Petrobras que os representantes da referida empresa, Carlos Eduardo de Sá Baptista e Paulo Cesar Peixoto de Castro Palhares, resolveram contratar Julio Gerin de Almeida Camargo como representante comercial da Apolo Tubulars, conforme admitido em Juízo pelos três envolvidos (eventos 173 e 308).

178. Julio Gerin de Almeida Camargo foi inicialmente contatado por Paulo Cesar Peixoto de Castro Palhares, antigo conhecido seu, pelo fato de ambos possuírem interesse comum na criação de cavalos.

179. Após contatos realizados por Paulo Cesar Peixoto de Castro Palhares e Carlos Eduardo Baptista com Julio Gerin de Almeida Camargo, esse teria ido conversar com Renato de Souza Duque para perquirir os motivos pelos quais a Apolo não lograva ser contratada pela Petrobras para o fornecimento de tubos.

180. Renato de Souza Duque, à época, era o Diretor de Serviços da Petrobras, setor hierarquicamente e diretamente superior à Gerência Executiva de Materiais, ocupada, entre os anos de 2006 a 2016 por Marco Aurélio Ramos, e que era a pessoa responsável pela contratação das empresas fornecedoras de tubulações para a Petrobras.

181. Após o contato de Julio Camargo, segundo o declarado pelo próprio em seu depoimento judicial (evento 173), Renato de Souza Duque teria ordenado a realização de inspeções na sede da Apolo Tubulars, para avaliar se a empresa atendia aos requisitos mínimos e apresentava capacidade técnica para produzir tubos com determinadas especificações. As inspeções teriam ocorrido entre 01/10/2008 e 06/11/2009, e levaram ao reconhecimento da capacidade da Apolo Tubulars de produção de tubos com diâmetros maiores, de até 9 5/8, e de tubos API 5CT em graus adicionais ao J55 (evento 1, out15).

182. A Gerência Executiva de Materiais, conforme visto acima, vinculada à Diretoria de Serviços da Petrobras, ocupada à época por Renato de Souza Duque, deu início então ao procedimento licitatório, na modalidade convite, após autorização pela Diretoria Executiva, em 02/07/2009, com a participação de

três fornecedores, Apolo Tubulars, V&M do Brasil e Confab Industrial, para o fornecimento de tubos de revestimento com diâmetros de 5 a 13 3/8 polegadas e de tubos de produção com diâmetros de 2 a 4 1/2 polegadas (out16, evento 1).

183. Os convites foram expedidos na data de 03/07/2009 às seguintes empresas:

- Apolo, V&M e Confab: tipo 1 - tubos de revestimento com diâmetros de 5 a 9 5/8 polegadas;

- V&M e Confab: tipo 2 - tubos de revestimento com diâmetros maiores que 9 5/8 a 13 3/8 polegadas;

- Apolo e V&M - tipo 3 - tubos de produção com diâmetros de 2 a 4 1/2 polegadas.

184. As propostas das empresas foram apresentadas em 28/07/2009.

185. Em 31/07/2009, foi divulgado o resultado do certame, que não foi contestado pelas empresas participantes.

186. Foi então iniciado um processo de negociação para redução de custos entre a Petrobras e as empresas que obtiveram a primeira classificação para o fornecimento de cada tipo de tubos.

187. Ao final, em 15/10/2009, a Diretoria Executiva da Petrobras autorizou o Gerente Executivo de Materiais a contratar as empresas participantes, nos seguintes parâmetros:

- a Confab Industrial foi autorizada a ser contratada para o fornecimento de tubos de revestimento com diâmetros de 7 a 13 3/8 polegadas pelo valor de R\$ 184.608.077,64, um acréscimo de 5,46% em face do valor inicialmente proposto (R\$ 175.052.506,62);

- a V&M do Brasil foi autorizada a ser contratada para o fornecimento de tubos de produção com diâmetros de 3 1/2 a 4 1/2 e tubos de revestimento com diâmetros de 7 a 9 5/8 polegadas, pelo valor de R\$ 478.911.470,77, uma redução de 2,43% em face do valor inicialmente proposto (R\$ 490.839.646,84);

- a Apolo Tubulars foi autorizada a ser contratada para o fornecimento de tubos de produção com diâmetros de 2 a 2 7/8 polegadas e tubos de revestimento com diâmetros de 5 a 7 polegadas, pelo valor de R\$ 255.798.376,40, uma redução de 1,68% em face do valor inicialmente proposto (R\$ 260.173.035,62).

188. O contrato entre a Petrobras e a Apolo Tubulars, que é o que interessa para os fins desta ação penal, foi então firmado na data de 16 de outubro de 2009 e tinha previsão de duração de dezoito meses, prorrogável por igual período.

189. O fornecimento dos tubos era variável, contrato conhecido coloquialmente como "guarda-chuva", constando do item 1 das Notas Gerais a previsão de que "As quantidades de cada item discriminadas inicialmente são estimativas, podendo as mesmas variar para mais ou para menos, durante a execução deste Contrato, bem como não há compromisso por parte da Petrobras em adquirir a sua totalidade" (evento 1, out22).

190. O instrumento foi firmado, do lado da Petrobras, por Marco Aurélio da Rosa Ramos, Gerente Executivo de Materiais, subordinado a Renato Duque, Lesseir Ramos de Sousa Junior e Maurício de Freitas Costa, e do lado da Apolo Tubulars, por Antonio Marcos Caruso, Diretor Comercial da referida empresa (mídia apresentada no evento 137).

191. O contrato firmado em 16/10/2009 foi prorrogado por um período, conforme previsão contratual, findando, assim, em 18/10/2012.

192. No interregno compreendido entre 26/10/2009 a 23/04/2012 a Apolo Tubulars foi acionada trezentas e dez vezes, disponibilizando, assim, aproximadamente 427.746 unidades à Petrobras (evento 1, out22 e out23). O valor inicial do contrato, que era de R\$ 255.798.376,40, a partir da Revisão 02 ao contrato 4600300851, de 14/04/2011, passou a ser de R\$ 450.460.940,84, ou seja, incremento de aproximadamente 76% do valor original (cf. mídia apresentada pela Petrobras no evento 135 e acautelada em Secretaria).

193. Julio Gerin de Almeida Camargo, em seu depoimento judicial, afirmou que a sua comissão foi calculada exclusivamente sobre o valor inicialmente contratado, vale dizer, R\$ 255.798.376,40.

194. Considerando-se, em conjunto, o teor do depoimento do colaborador Julio Gerin de Almeida Camargo, o conteúdo do relatório da Comissão Interna de Apuração da Petrobras, os documentos que atestam a realização de avaliações técnicas na sede da empresa Apolo Tubulars, as próprias circunstâncias da contratação da Apolo Tubulars, a cargo de um órgão imediatamente subordinado à Diretoria de Serviços, para um contrato de valores muito acima do que ela havia já logrado obter com a Petrobras, há provas de que a intervenção de Renato de Souza Duque teria sido decisiva para a contratação milionária realizada com a Apolo Tubulars.

195. A prova de que Renato de Souza Duque teve papel crucial na contratação da Apolo Tubulars pela Petrobras fica ainda mais incisiva, conforme se verá a seguir, pela comprovação de que em virtude do contrato em tela houve o pagamento de vantagens indevidas ao grupo político comandado por José Dirceu de Oliveira e Silva, a mando de Renato de Souza Duque.

196. A Apolo Tubulars, por meio de seus representantes, Carlos Eduardo de Sá Baptista e Paulo Cesar Peixoto de Castro Palhares, consoante já afirmado acima, contratou Julio Gerin de Almeida Camargo como representante comercial, tendo em vista a sua já conhecida atuação como representante de empresas junto à Petrobras.

197. Antonio Luiz Silva de Menezes, ex-funcionário da Petrobras, atuava como representante técnico da Apolo Tubulars desde 2007, mas foi só após a intervenção de Julio Gerin de Almeida Camargo, como representante comercial, que os negócios entre referida empresa e a Petrobras deslancharam.

198. Essas informações constam dos depoimentos judiciais de ambos os acusados, Carlos Eduardo Baptista e Paulo Cesar Peixoto, e de Julio Gerin de Alemida Camargo (eventos 173 e 308).

199. Cumpre, assim, examinar as provas relativas ao contrato e aos pagamentos realizados pela Apolo Tubulars a Julio Gerin de Almeida Camargo.

200. Do exame dos autos, constata-se que o contrato de prestação de serviços foi avençado entre a Apolo Tubulars S.A., representada por Carlos Eduardo de Sá Baptista, e a Piemonte Empreendimentos Ltda, de propriedade e representada por Julio Gerin de Almeida Camargo, na data de 01/02/2010, com objeto consistente na prestação de "serviços de consultoria e assessoria técnica especializada na área de venda de tubos de aço 'casing e tubing', de sua fabricação no Brasil e venda no território nacional, relativamente à análise e estudo de mercado e oportunidades de negócios na área de Exploração e Produção (E&P) da Petrobras" (evento 1, out26).

201. O instrumento previa o pagamento de honorários de êxito no valor de 2,25% calculado sobre os valores dos instrumentos contratuais que viessem a ser assinados pela Apolo Tubulars com terceiros.

202. Conforme declarado em Juízo pelos envolvidos no negócio, o percentual devido a título de comissão a Julio Gerin de Almeida Camargo foi retirado do total global anteriormente pago a Antonio Menezes pela representação técnica da Apolo Tubulars (eventos 173 e 308).

203. O contrato perdurou até 01/07/2013, conforme termo de rescisão apresentado por Julio Gerin de Almeida Camargo (fls. 13/14, out26, evento 1).

204. Durante a execução do contrato, foram emitidas pela Piemonte Empreendimentos, em desfavor da Apolo Tubulars, quarenta notas fiscais, datadas de 11/05/2010 a 04/07/2013, no valor bruto de R\$ 7.147.425,78.

205. Tais notas foram apreendidas na sede da empresa Apolo Tubulars no cumprimento de mandado de busca e apreensão expedido por este Juízo, a partir de decisão proferida nos autos de nº 5022192-77.2016.404.7000.

206. Cópias das notas fiscais apreendidas foram anexadas no inquérito que subsidiou o presente processo, de nº 5025433-59.2016.404.7000 (evento 19, ap-inqpol1 a ap-inqpol4).

207. Os números, datas de emissão e valores das notas fiscais podem ser sintetizados da seguinte forma:

	NÚMERO DA NOTA	DATA DE EMISSÃO	VALOR DA NOTA
1	56	11/05/10	R\$ 427.469,62
2	59	15/06/10	R\$ 218.967,05
3	60	12/07/10	R\$ 156.802,03
4	63	05/08/10	R\$ 265.695,45
5	68	16/09/10	R\$ 103.922,79
6	69	05/10/10	R\$ 253.308,91
7	71	11/11/10	R\$ 204.143,27
8	74	07/12/10	R\$ 93.387,15
9	76	10/01/11	R\$ 153.165,15
10	80	08/02/11	R\$ 185.928,80
11	82	14/03/11	R\$ 176.410,75
12	84	11/04/11	R\$ 129.485,08
13	86	06/05/11	R\$ 124.158,92
14	88	07/06/11	R\$ 122.996,39
15	90	04/07/11	R\$ 188.656,88
16	94	03/08/11	R\$ 114.701,22
17	95	03/08/11	R\$ 65.633,34
18	99	08/09/11	R\$ 278.572,14
19	101	07/10/11	R\$ 191.655,48
20	104	04/11/11	R\$ 143.918,23
21	106	08/12/11	R\$ 178.598,71
22	109	04/01/12	R\$ 107.632,56
23	113	07/02/12	R\$ 307.971,41
24	116	06/03/12	R\$ 127.818,47
25	119	03/04/12	R\$ 202.657,93
26	123	03/05/12	R\$ 104.640,29
27	126	04/06/12	R\$ 249.625,67
28	130	04/07/12	R\$ 226.934,03
29	133	01/08/12	R\$ 190.911,98
30	136	04/09/12	R\$ 175.333,02
31	141	02/10/12	R\$ 242.129,30
32	146	06/11/12	R\$ 217.719,32
33	151	04/12/12	R\$ 255.895,73
34	154	02/01/13	R\$ 146.875,36
35	158	05/02/13	R\$ 255.253,53
36	162	07/03/13	R\$ 133.909,17
37	166	02/04/13	R\$ 149.891,28
38	170	08/05/13	R\$ 131.740,93
39	174	06/06/13	R\$ 51.280,19
40	178	04/07/13	R\$ 91.628,25
	TOTAL		R\$ 7.147.425,78

208. A partir da emissão das notas fiscais, houve a efetiva transferência em favor da Piemonte Empreendimentos do valor líquido de R\$ 6.679.704,19, em trinta e nove operações, no período compreendido entre 17/05/2010 e 15/07/2013.

209. As transferências foram comprovadas por meio da quebra de sigilo bancário da empresa Piemonte Empreendimentos deferida por este Juízo, a pedido do MPF, nos autos de nº 5068069-11.2014.404.7000.

210. Os dados bancários foram objeto do Relatório de Informação nº 124/2016 - ASSPA/PRPR, que foi apresentado pelo MPF com a denúncia (evento 1, out26), e podem ser sintetizados da seguinte forma:

BENEFICIÁRIA	DEPOSITANTE	DATA	VALOR
PIEMONTE EMPREENDIMENTOS LTDA	APOLO TUBULARS S A	17/05/10	R\$ 401.180,24
PIEMONTE EMPREENDIMENTOS LTDA	APOLO TUBULARS S A	18/06/10	R\$ 205.500,58
PIEMONTE EMPREENDIMENTOS LTDA	APOLO TUBULARS S A	15/07/10	R\$ 147.158,71
PIEMONTE EMPREENDIMENTOS LTDA	APOLO TUBULARS S A	16/08/10	R\$ 249.355,18
PIEMONTE EMPREENDIMENTOS LTDA	APOLO TUBULARS S A	30/09/10	R\$ 97.531,54
PIEMONTE EMPREENDIMENTOS LTDA	APOLO TUBULARS S A	15/10/10	R\$ 237.730,41
PIEMONTE EMPREENDIMENTOS LTDA	APOLO TUBULARS S A	29/11/10	R\$ 191.588,46
PIEMONTE EMPREENDIMENTOS LTDA	APOLO TUBULARS S A	15/12/10	R\$ 87.643,84
PIEMONTE EMPREENDIMENTOS LTDA	APOLO TUBULARS S A	17/01/11	R\$ 143.745,50
PIEMONTE EMPREENDIMENTOS LTDA	APOLO TUBULARS S A	15/02/11	R\$ 174.494,18
PIEMONTE EMPREENDIMENTOS LTDA	APOLO TUBULARS S A	21/03/11	R\$ 165.561,49
PIEMONTE EMPREENDIMENTOS LTDA	APOLO TUBULARS S A	15/04/11	R\$ 121.521,74
PIEMONTE EMPREENDIMENTOS LTDA	APOLO TUBULARS S A	16/05/11	R\$ 116.523,15
PIEMONTE EMPREENDIMENTOS LTDA	APOLO TUBULARS S A	15/06/11	R\$ 115.432,11
PIEMONTE EMPREENDIMENTOS LTDA	APOLO TUBULARS S A	15/07/11	R\$ 177.054,48
PIEMONTE EMPREENDIMENTOS LTDA	APOLO TUBULARS S A	16/08/11	R\$ 169.243,98
PIEMONTE EMPREENDIMENTOS LTDA	APOLO TUBULARS S A	15/09/11	R\$ 261.439,96
PIEMONTE EMPREENDIMENTOS LTDA	APOLO TUBULARS S A	17/10/11	R\$ 179.868,68
PIEMONTE EMPREENDIMENTOS LTDA	APOLO TUBULARS S A	16/11/11	R\$ 135.067,26
PIEMONTE EMPREENDIMENTOS LTDA	APOLO TUBULARS S A	15/12/11	R\$ 167.614,89
PIEMONTE EMPREENDIMENTOS LTDA	APOLO TUBULARS S A	16/01/12	R\$ 101.013,15
PIEMONTE EMPREENDIMENTOS LTDA	APOLO TUBULARS S A	28/02/12	R\$ 289.031,18
PIEMONTE EMPREENDIMENTOS LTDA	APOLO TUBULARS S A	15/03/12	R\$ 119.957,64
PIEMONTE EMPREENDIMENTOS LTDA	APOLO TUBULARS S A	16/04/12	R\$ 190.194,47
PIEMONTE EMPREENDIMENTOS LTDA	APOLO TUBULARS S A	15/05/12	R\$ 98.204,92
PIEMONTE EMPREENDIMENTOS LTDA	APOLO TUBULARS S A	14/06/12	R\$ 234.273,69
PIEMONTE EMPREENDIMENTOS LTDA	APOLO TUBULARS S A	13/07/12	R\$ 212.977,59
PIEMONTE EMPREENDIMENTOS LTDA	APOLO TUBULARS S A	14/08/12	R\$ 179.170,89
PIEMONTE EMPREENDIMENTOS LTDA	APOLO TUBULARS S A	21/09/12	R\$ 164.550,05
PIEMONTE EMPREENDIMENTOS LTDA	APOLO TUBULARS S A	15/10/12	R\$ 227.238,35
PIEMONTE EMPREENDIMENTOS LTDA	APOLO TUBULARS S A	13/11/12	R\$ 204.329,59
PIEMONTE EMPREENDIMENTOS LTDA	APOLO TUBULARS S A	17/12/12	R\$ 212.003,14
PIEMONTE EMPREENDIMENTOS LTDA	APOLO TUBULARS S A	15/01/13	R\$ 137.842,53
PIEMONTE EMPREENDIMENTOS LTDA	APOLO TUBULARS S A	14/02/13	R\$ 239.555,44
PIEMONTE EMPREENDIMENTOS LTDA	APOLO TUBULARS S A	15/03/13	R\$ 125.673,76
PIEMONTE EMPREENDIMENTOS LTDA	APOLO TUBULARS S A	15/04/13	R\$ 140.672,97
PIEMONTE EMPREENDIMENTOS LTDA	APOLO TUBULARS S A	14/05/13	R\$ 123.638,87
PIEMONTE EMPREENDIMENTOS LTDA	APOLO TUBULARS S A	17/06/13	R\$ 48.126,46
PIEMONTE EMPREENDIMENTOS LTDA	APOLO TUBULARS S A	15/07/13	R\$ 85.993,12
			R\$ 6.679.704,19

211. Julio Gerin de Almeida Camargo, ouvido perante este Juízo, ratificou a existência do contrato de prestação de serviços entre a Apolo Tubulars e a Piemonte Empreendimentos, alegando que teria havido efetiva prestação de serviços de representação comercial (itens 141-144, retro).

212. Devidamente, comprovado, portanto, o repasse líquido de R\$ 6.679.704,19 da Apolo Tubulars para a Piemonte Empreendimentos, no período de 17/05/2010 a 15/07/2013.

213. Cumpre, assim, averiguar o destino final desse numerário, ao menos relativamente ao montante que é objeto desta ação penal.

214. Conforme já explicitado acima (item 143), logo após a formalização do contrato entre a Apolo Tubulars e a Petrobras, Julio Gerin de Almeida Camargo declarou haver se reunido com Renato de Souza Duque, com a finalidade de acertar o pagamento de parcela da vantagem indevida que seria cabível a Renato Duque por conta de sua decisiva intervenção na contratação milionária da Apolo Tubulars pela Petrobras.

215. Segundo o teor do depoimento prestado por Julio Camargo, ele teria procurado Renato Duque e ofertado parcela da comissão a ele paga pelos sócios da Apolo Tubulars pela sua participação no exitoso negócio. Renato Duque teria então lhe dito que a propina nesse caso deveria ser destinada ao grupo capitaneado por José Dirceu de Oliveira e Silva, eis que estaria Renato Duque devendo "favores" ao referido acusado.

216. Coube, assim, a Julio Gerin de Almeida Camargo, em observância à orientação de Renato de Souza Duque, direcionar parte dos valores obtidos com a contratação da Apolo Tubulars ao grupo político capitaneado por José Dirceu de Oliveira e Silva.

217. Segundo informado por Julio Gerin de Almeida Camargo, da quantia a ele paga pela Apolo Tubulars, por intermédio da Piemonte, foram descontados os impostos, restando "aproximadamente um valor líquido de 30% sobre o valor faturado" a ser repassado a José Dirceu de Oliveira e Silva (evento 173).

218. Consoante se extrai da peça acusatória, o valor total direcionado a José Dirceu de Oliveira e Silva teria sido de R\$ 2.144.227,73.

219. Parte dos pagamentos teria ocorrido mediante o custeio de despesas pela utilização, por José Dirceu de Oliveira e Silva, de duas aeronaves pertencentes a Julio Gerin de Almeida Camargo.

220. Nesse caso, a Acusação afirma que o total indevidamente pago teria sido de R\$ 1.445.107,86.

221. A outra parcela dos pagamentos teria sido direcionada à empresa Credencial Construtora, de propriedade de Eduardo Aparecido de Meira e de Flávio Henrique de Oliveira Macedo, a partir da formalização de contrato de prestação de serviços fictício entre referida empresa, a Credencial, e a Auguri Empreendimentos, empresa de propriedade de Julio Gerin de Almeida Camargo.

222. Nesse caso, a Acusação afirma que o total indevidamente pago teria sido de R\$ 699.119,87.

223. Julio Gerin de Almeida Camargo fez ainda menção a pagamentos em espécie que teriam sido repassados a Luiz Eduardo de Oliveira Silva, Roberto Marques e Milton Pascowitch tendo como destinatário final José Dirceu de Oliveira e Silva mas que envolveriam também outros créditos devidos ao referido acusado e que não integram o objeto estrito deste processo penal (evento 173).

224. Segundo o MPF, José Dirceu de Oliveira e Silva teria realizado 113 voos nas aeronaves Cessna Citation Excel PT-XIB e Cessna Citation Mustang PP-EVG, pertencentes a Julio Gerin de Almeida Camargo, no período compreendido entre 08/11/2010 e 03/07/2011, despesas essas que teriam totalizado a quantia de R\$ 1.445.107,86.

225. As viagens constam de tabela apresentada pelo colaborador Julio Gerin de Almeida Camargo em seu acordo e foi anexada com a denúncia (evento 1, out28).

226. Julio Gerin de Almeida Camargo declarou que a relação de voos foi extraída diretamente da sua "contabilidade", eis que costumava anotar voos realizados por José Dirceu para depois cobrar deste os custos da viagem (evento 1, out28).

227. Conforme visto acima (item 145, retro), Julio Gerin de Almeida Camargo, em Juízo, confirmou ser proprietário de duas aeronaves e que elas eram disponibilizadas a José Dirceu de Oliveira e Silva, que sempre viajava como passageiro. Afirmou, ainda, que ele teria feito inúmeras viagens, as quais totalizaram entre um milhão e duzentos mil reais e um milhão e quatrocentos mil reais.

228. Nesse trecho, Julio Gerin de Almeida Camargo descreve que inicialmente José Dirceu viajava nas aeronaves de forma gratuita, mas que a partir do momento em que as viagens foram ficando cada vez mais frequentes, foi estabelecido que o custo dos voos seria deduzido do valor devido a José Dirceu a título de propina (evento 173):

"Julio Gerin de Almeida Camargo:- Não. Imagina. Absolutamente. Eu vou reafirmar que o Doutor Jose Dirceu nunca foi meu sócio em nenhum avião. Quando eu comprei um avião Excel, havia, eu comprei um terço desse avião. Havia mais dois sócios, que não eram o Doutor José Dirceu. Devido a problemas financeiros de um dos sócios, depois débitos encontrados na TAM eu fui praticamente obrigado a ficar com o avião inteiro. Então, esse primeiro Excel eu comprei inicialmente um terço e depois comprei os dois terços restantes. O... a outra aeronave não, essa já comprei diretamente a totalidade das ações enfim, comprei a totalidade do avião e nunca teve o Senhor José Dirceu como sócio. Porém, quando eu quis comprar um avião, eu comentei com Doutor José Dirceu que eu estava querendo comprar um avião e ele me indicou o ex presidente da TAM, executivo, eu não lembro o nome, mas já tem dito o nome dele nos meus depoimentos, me indicou que eu conversasse com ele. Então, eu conversei com essa pessoa, que fez toda a negociação para compra desse um terço, dessa aeronave, depois para mim comprasse o saldo do avião. Então, o Doutor José Dirceu sabia que eu tinha um avião e depois comprei um outro avião. Então um belo dia ele me procurou, ou a equipe dele me procurou, acho que nesse caso ele me procurou dizendo se ele poderia utilizar o avião. Pode utilizar Senhor José Dirceu quantas vezes... Não preciso ir fazer uma viagem. Só que essas viagens começaram a ficar seguidas... e aí nós chamamos a equipe do Doutor José Dirceu: "Olha, eu não consigo mais bancar esse número de viagens porque o valor é muito alto para mim".

Defesa:- Com quem o Senhor teria falado, desculpa, não fala equipe, porque eu vou ter que chamar pessoas, então o Senhor consegue lembrar quem falou com o Senhor, quem tratou disso com o Senhor?

Julio Gerin de Almeida Camargo:- Olha, deve ter sido com o Milton, acho que mais com o Milton, mais com o Milton do que com Luiz Eduardo.

Defesa:- Quando o Senhor falou com o Milton o Senhor disse ao Milton que ia fazer um conta corrente de um dinheiro de propina que o Senhor teria que dar ao José Dirceu?

Julio Gerin de Almeida Camargo:- Sim. Falei".

229. Milton Pascowitch, ouvido como testemunha neste processo, confirmou a existência de uma espécie de conta corrente que compreendiam os valores devidos a José Dirceu de Oliveira e Silva em virtude da contratação havida entre a Apolo Tubulars e a Petrobras. Ratificou, igualmente, a utilização das aeronaves de Julio Gerin de Almeida Camargo por José Dirceu, a título de comissão por contratos firmados por algumas empresas com a Petrobras, a exemplo da Apolo Tubulars (itens 152-154, retro).

230. Em depoimento prestado em Juízo pelo colaborador José Adolfo Pascowitch nos autos de nº 5045241-84.2015.404.7000, e anexado com a denúncia, ele confirmou a utilização, por José Dirceu de Oliveira e Silva, de aeronave pertencente a Julio Gerin de Almeida Camargo (fls. 11, out62, evento 1).

231. Há prova documental corroborando o teor dos depoimentos prestados pelos colaboradores e o conteúdo da tabela de voos apresentada por Julio Gerin de Almeida Camargo.

232. A Acusação solicitou à Tam Aviação Executiva e Táxi Aéreo S.A. (TAMAE) os registros de deslocamento das duas aeronaves.

233. A empresa apresentou relatório contendo todos os voos realizados pela aeronave PT-XIB no período compreendido entre março de 2010 a dezembro de 2011, com indicação da data de realização, cidades de origem e destino e empresa faturada (evento 1, out34).

234. Igualmente apresentou as informações extraídas dos Diários de Bordo da aeronave PT-XIB, durante todo o período solicitado, e da aeronave PP-EVG, no interregno compreendido entre novembro e dezembro de 2011, alegando ser o único disponível. Esclareceu ainda que tais informações são preenchidas de forma manual, estando sujeitas, portanto, a erros de preenchimento e/ou omissão.

235. Informou, ainda, que alguns dados referentes aos voos são passíveis de serem obtidos por meio da análise das listas de passageiros detidas pela TAMAE, mas que essas possuem algumas limitações, exemplificativamente:

"(i) a TAMAE não está obrigada a manter em arquivo as listas de passageiros dos voos por ela realizados, não possuindo, procedimento interno para a guarda de tais listas; (ii) estes documentos são preenchidos manualmente e, como tal, sujeito a erros e/ou omissões; e (iii) para o período de 01 de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2011 a TAMAE possui apenas as listas de passageiros dos voos realizados a partir de suas bases localizadas nos aeroportos de Santos Dumont (Rio de Janeiro - RJ) e Pampulha (Belo Horizonte - MG)".

236. Cotejando-se a tabela apresentada pelo colaborador Julio Gerin de Almeida Camargo com a documentação remetida pela empresa de aviação executiva TAMAE, constata-se que há convergência entre os dados de voos constantes de ambos os documentos (evento 1, out28 e out34).

237. Destaco, por amostragem, os seguintes voos, relativos à aeronave PT-XIB:

- 08/11/2010, origem Congonhas e destino Guarulhos, saída 22:00 e chegada 22:25;

- 07/12/2010, origem São Paulo e destino Brasília, saída 19:45 e chegada 21:20;
- 21/01/2011, origem São Paulo e destino Umuarama, saída 16:20 e chegada 17:35;
- 11/02/2011, origem Brasília e destino Curitiba, saída 11:45 e chegada 13:15;
- 04/04/2011, origem Congonhas e destino Patos, saída 15:50 e chegada 18:50;
- 18/05/2011, origem Rio de Janeiro e destino São Paulo, saída 23:55 e chegada 00:40;
- 03/06/2011, origem Manaus e destino Jundiaí, saída 13:50 e chegada 17:25.

238. Em todos os voos relacionados no documento fornecido por Julio Gerin de Almeida Camargo, inclusive os acima indicados, consta a informação de que o passageiro seria "J. Dirceu", em clara alusão ao acusado José Dirceu de Oliveira e Silva.

239. Consta igualmente do registro de movimentação de aeronaves do Aeroporto Santos Dumont, no Rio de Janeiro, a informação, em diversos voos relativos às aeronaves Citation Excel PT-XIB e Citation Mustang PP-EVG, de que José Dirceu de Oliveira e Silva seria o passageiro, sozinho, ou eventualmente acompanhado de outras pessoas, a exemplo de sua ex-cônjuge Evanise Maria da Costa Santos (evento 1, out36).

240. Embora haja algumas inconsistências de dados no registro de movimentação de aeronaves quando confrontado às demais documentações apresentadas por Julio Gerin de Almeida Camargo e pela empresa de aviação executiva, o fato é que, conforme já referido acima, o preenchimento das informações, nesse caso, era feita a mão (v.g., fls. 5, out36, evento 1), o que pode justificar tais inconsistências.

241. Assim não merece prosperar a alegação da Defesa de José Dirceu em sede de memoriais segundo a qual o número de voos realizados pelo acusado seria significativamente menor, eis que as declarações e documentos apresentados por Julio Gerin de Almeida Camargo encontram respaldo, ainda que parcial, na documentação apresentada de forma independente pela empresa de aviação executiva e nos registros de movimentação de aeronaves da autoridade policial, o que robustece e corrobora as declarações do colaborador.

242. Ouvido perante este Juízo, José Dirceu de Oliveira e Silva confirmou a utilização com frequência das aeronaves de propriedade de Julio Gerin de Almeida Camargo. Afirmou, não obstante, que o uso teria sido a título gratuito, uma espécie de empréstimo que jamais chegou a ser quitado (evento 310):

"Juiz Federal:- Mas, assim, o senhor usou o avião dele?"

José Dirceu de Oliveira e Silva:- Eu usei o avião emprestado, jamais ele fez relação comigo de empréstimo desse avião com pagamentos do avião.

Juiz Federal:- Ele nunca cobrou do senhor?

José Dirceu de Oliveira e Silva:- Não. E mais, grande parte, vendo os documentos da TAM, no momento em que eu usei esse avião, o avião não estava nem em nome dele, estava em nome da empresa.

Juiz Federal:- Quantas vezes mais ou menos o senhor usou o avião dele?

José Dirceu de Oliveira e Silva:- As vezes que estão, tirando talvez 10, 20% dos voos que estão descritos, eu posso ter usado todos eles, eu comecei a conferir agora porque eu recebi agora, conferi a primeira parte dos voos.

Juiz Federal:- Mas é o que, mais de 10, menos de dez, 20?

José Dirceu de Oliveira e Silva:- Seguramente, seguramente.

Juiz Federal:- Mais de 10, menos de 10?

José Dirceu de Oliveira e Silva:- Pode ser que eu tenha usado mais de 10, seguramente, isso é público e só... O que eu quero dizer...

Juiz Federal:- Ele disponibilizava o avião para o senhor por algum motivo?

José Dirceu de Oliveira e Silva:- Ele me oferecia o avião.

Juiz Federal:- Mas sem nada em troca?

José Dirceu de Oliveira e Silva:- Sem nada em troca, me oferecia o avião, eu jamais, aliás ele afirma isso, jamais discuti com o senhor Júlio Camargo nenhuma licitação da Petrobras, jamais ele me pediu, e com nenhum diretor da Petrobras, e não há nenhum empresário que possa vir em juízo e dizer que eu discuti com eles, me comprometi com eles que eles iam ganhar qualquer licitação da Petrobras ou qualquer convite na Petrobras, que eu jamais fiz isso".

243. Igualmente, Luiz Eduardo de Oliveira e Silva confirmou a utilização das aeronaves por José Dirceu de Oliveira e Silva, alegando que o uso consistia em um empréstimo a título gratuito (evento 310):

"Juiz Federal:- E essa questão, parece que ele tinha um avião que era utilizado pelo seu irmão, o senhor pode esclarecer?"

Luiz Eduardo de Oliveira e Silva:- Eu sabia na época que ele emprestava o avião para o meu irmão, meu irmão utilizou acho que 8 meses o avião.

Juiz Federal:- E pagava pelo avião?

Luiz Eduardo de Oliveira e Silva:- Não, não pagava, era empréstimo, o José de vez em quando andava em outros aviões também".

244. Em que pese o teor dos depoimentos de ambos, José Dirceu e Luiz Eduardo de Oliveira e Silva, simplesmente não é crível que alguém disponibilize a título gratuito voos em seus jatos executivos, cujos valores são notoriamente exorbitantes, a um terceiro, de forma despreziosa. O álibi fica

ainda mais inverossímil quando as partes envolvidas trata-se de um conhecido intermediador de propinas na Petrobras, de um lado, e de outro, um ex-Ministro da Casa Civil, e pessoa ainda com grande influência política.

245. Comprovado, assim, por meio de prova oral e documental, o pagamento de R\$ 1.445.107,86, a título de propina a José Dirceu de Oliveira e Silva, mediante a contraprestação dissimulada de voos em aeronaves pertencentes a Julio Gerin de Almeida Camargo.

246. Segundo a denúncia, a outra parcela dos pagamentos retirados da comissão de Julio Camargo e direcionados ao grupo de José Dirceu de Oliveira e Silva, por orientação de Renato de Souza Duque, o foram por meio da utilização da empresa Credencial Construtora, de propriedade de Eduardo Aparecido de Meira e de Flávio Henrique de Oliveira Macedo.

247. Julio Gerin de Almeida Camargo declarou em seu depoimento que teria sido procurado por Luiz Eduardo de Oliveira e Silva para que o remanescente dos valores devidos ao grupo capitaneado por José Dirceu fosse repassado à empresa Credencial (conforme item 146, retro).

248. Segundo o colaborador, havia uma demanda da equipe de José Dirceu para que o cronograma de pagamentos fosse acelerado. Como não havia disponibilidade fácil de pagamentos em espécie, ele sugeriu que fosse indicada uma empresa cuja conta pudesse ser utilizada para a realização de depósitos. Luiz Eduardo de Oliveira e Silva, por orientação de José Dirceu, teria lhe sugerido, então, a Credencial Construtora.

249. O vínculo pessoal entre os sócios da Credencial Construtora, Eduardo Aparecido de Meira e Flávio Henrique de Oliveira Macedo, e José Dirceu de Oliveira e Silva foi expressamente reconhecido pelos três acusados em seus interrogatórios (evento 310).

250. Milton Pascowitch, por sua vez, afirmou que conhecia Eduardo Meira e Flávio Macedo em "dois ou três aniversários do ex Ministro José Dirceu em Vinhedo" (evento 173, termo1).

251. O liame entre eles remontaria, assim, ao menos, desde o ano de 2008, período em que José Dirceu de Oliveira e Silva teria supostamente prestado serviços de assessoria a Eduardo Aparecido de Meira, sócio da Credencial, para a prospecção de negócios no Panamá, conforme versão sustentada por Eduardo Meira, Flávio Macedo e José Dirceu em seus depoimentos judiciais (evento 310).

252. A quebra do sigilo bancário e fiscal da Credencial Construtora, decretada no processo 5048976-28.2015.404.7000, a pedido do MPF, em 08 de outubro de 2015, revelou que, entre 05/03/2008 a 12/11/2008, a Credencial Credencial transferiu R\$ 168.930,00 à empresa JD Assessoria e Consultoria, pertencente a José Dirceu de Oliveira e Silva.

253. Em que pesem os alegados serviços de consultoria que teriam sido prestados por José Dirceu aos sócios da Credencial no Panamá, deles não resultou nenhum negócio, nem tampouco foram apresentados quaisquer

documentos comprobatórios dos serviços efetivamente prestados.

254. Ao que tudo indica, portanto, a empresa Credencial já era utilizada desde o ano de 2008 pelo grupo de José Dirceu para a realização de transações suspeitas.

255. O vínculo existente entre a Credencial Construtora e o grupo liderado por José Dirceu de Oliveira e Silva foi ainda corroborado pelo teor do depoimento prestado por Carlos Eduardo de Sá Baptista, que afirmou em Juízo que Luiz Eduardo de Oliveira e Silva esteve presente, conjuntamente a Eduardo Aparecido de Meira, em reunião ocorrida por volta do ano de 2008 e solicitada por Eduardo Meira para apresentar os trabalhos de representação da Credencial a Carlos Eduardo de Sá Baptista, que teriam sido rejeitados por ele, segundo declarado pelo próprio (evento 308):

"Juiz Federal:- Essa empresa, Credencial Construtora, do senhor Eduardo Aparecido e do senhor Flávio Henrique de Oliveira Macedo, o senhor teve contato com essa empresa?"

Carlos Eduardo de Sá Baptista:- Tive contato com eles, tive contato com o senhor Eduardo Aparecido...

Juiz Federal:- O senhor pode descrever?"

Carlos Eduardo de Sá Baptista:- Ele se apresentou, nos procurou de alguma forma no escritório de São Paulo dizendo que tinha sabido de uma joint venture da Apolo com uma empresa americana e que ele gostaria de vir a ser um representante da Apolo, então o escritório de São Paulo me comunicou que...

Juiz Federal:- Isso foi por volta de quando?"

Carlos Eduardo de Sá Baptista:- Talvez em 2008, final de 2008, alguma coisa...

Juiz Federal:- Antes ou depois desse contrato maior com a Petrobras?"

Carlos Eduardo de Sá Baptista:- Antes do contrato, o contrato com a Petrobras foi 2009. Então nós marcamos... Normalmente eu também fazia viagens a São Paulo para comprar matéria prima e visitar grandes distribuidores, porque eles sempre achavam importante que o presidente da companhia tivesse dando esse apoio a eles, eu fui a São Paulo me encontrar com o senhor Eduardo Meira num endereço que ele me passou e ele me apresentou no escritório, não me recordo se o escritório era dele ou era do senhor Luiz Eduardo, em que ele falou que ele atendia a Petrobras, que ele podia ser um representante meu dentro da Petrobras, mas nós conversamos e ele não me demonstrou, nem me mostrou nenhum documento, nenhuma informação substancial de que ele tinha uma tradição de negociação com a Petrobras, de fornecedor, até de concorrente ou de outro produto, ou de qualquer outra coisa dessas, então essa reunião morreu aí, essa tentativa de ele ser um representante meu morreu aí nessa reunião.

Juiz Federal:- Houve a contratação dessa empresa?"

Carlos Eduardo de Sá Baptista:- Não, senhor, nesse perfil eu não tive nenhum interesse em fazer nada com ele.

Juiz Federal:- Houve alguma contratação do senhor Eduardo Aparecido de Meira individualmente?"

Carlos Eduardo de Sá Baptista:- Pela Apolo? Não senhor.

Juiz Federal:- E essa outra pessoa, o senhor Flávio Henrique de Oliveira Macedo?

Carlos Eduardo de Sá Baptista:- Também não, não senhor.

Juiz Federal:- O senhor mencionou no seu depoimento, o senhor Eduardo se fez acompanhar de alguém nessa reunião?

Carlos Eduardo de Sá Baptista:- O senhor Luiz...

Juiz Federal:- O Eduardo Meira.

Carlos Eduardo de Sá Baptista:- O Eduardo Aparecido, com o senhor Luiz Eduardo, o Eduardo Meira com o senhor Luiz Eduardo.

Juiz Federal:- O Luiz Eduardo...

Carlos Eduardo de Sá Baptista:- Que ele me apresentou como sendo irmão do ex-ministro José Dirceu.

Juiz Federal:- E o que ele fazia ali?

Carlos Eduardo de Sá Baptista:-Não sei se ele apresentou o portal verde por querer apresentar que a Credencial seria uma empresa que tivesse uma expressão maior, alguma coisa desse tipo.

Juiz Federal:- Mas ele apresentou explicação?

Carlos Eduardo de Sá Baptista:- Não, o Luiz Eduardo nem falou nada, o Luiz Eduardo ficou observando a reunião, quem fez a explanação foi o senhor Eduardo Meira, mas nada que consubstanciasse o conhecimento de ser um representante".

256. É certo que tanto Eduardo Aparecido de Meira quanto Luiz Eduardo de Oliveira e Silva negaram a presença do segundo no referido encontro. Não obstante, conforme se verá a seguir, os álibis por eles apresentados não têm consistência, o que dá mais crédito à versão de Carlos Eduardo de Sá Baptista.

257. Segundo Julio Gerin de Almeida Camargo, para viabilizar o repasse de propinas foi então celebrado, em 15 de dezembro de 2011, contrato de prestação de serviços entre a Auguri Empreendimentos e Assessoria Comercial Ltda, representada por Julio Gerin de Almeida Camargo, e a Credencial Construtora, Empreendimentos e Representações Ltda, representada por Eduardo Aparecido de Meira e Flávio Henrique de Oliveira Macedo.

258. Cópia do contrato foi apresentada pelo colaborador Julio Gerin de Almeida Camargo e anexada pelo MPF com a peça acusatória (fls. 18/22, out26, evento 1).

259. Previstos no instrumento contratual vigência entre 02/01/2012 a 02/08/2012 e remuneração absoluta de R\$ 700.000,00, com o vencimento das faturas para o dia 20 de cada mês.

260. O "escopo do projeto", por sua vez, era a "representação e consultoria técnica/comercial para venda de equipamentos e/ou materiais petrolíferos" (fls. 23, out26, evento 1).

261. Julio Gerin de Almeida Camargo, em depoimento prestado em sede de colaboração, confirmou que o contrato firmado entre a Auguri Empreendimentos e a Credencial Construtora era fictício, destinava-se exclusivamente a justificar o repasse de propinas à Credencial, e que portanto não houve efetiva prestação de qualquer serviço (evento 1, out25).

262. Ouvido perante este Juízo, confirmou, em síntese, as alegações prestadas em sua colaboração (cf. item 147, retro).

263. Os sócios da Credencial Construtora, Eduardo Aparecido de Meira e Flávio Henrique de Oliveira Macedo, ouvidos perante este Juízo, apresentaram versão diversa da de Julio Camargo, convergindo apenas na assertiva de que não houve efetiva prestação de serviços da Credencial para a Auguri.

264. Declararam, em síntese, que o instrumento contratual foi firmado para que eles pudessem receber os honorários que alegaram serem devidos pela representação comercial da Apolo Tubulars junto à Petrobras. Afirmaram, ainda, que não foi formalizado acordo diretamente com a Apolo, eis que a contratação teria sido "ad exitum" e que a comissão devida seria de um por cento do valor do contrato obtido com a Petrobras. Que eles teriam se encontrado por pelo menos duas vezes com Carlos Eduardo de Sá Baptista, uma na fábrica da Apolo, em Lorena/SP, e outra no Rio de Janeiro/RJ. Que nessa última ocasião, Carlos Baptista teria dito a eles que resolvera contratar Julio Camargo para representar comercialmente a Apolo Tubulars, e que eles deveriam contatar Julio Camargo para receber os honorários que lhes era devido. Decorrido algum tempo, Flávio e Eduardo teriam ido se encontrar com o filho de Julio Camargo, que ofereceu a eles cerca de setecentos mil reais pelos serviços prestados, a serem pagos em até seis vezes. Aceita a proposta, restou formalizado o contrato entre a Credencial Construtora e a Auguri Empreendimentos.

265. Transcrevo trechos do depoimento de Eduardo Aparecido de Meira (evento 308):

"Juiz Federal:- Essa contratação da Auguri Empreendimentos pela Credencial, o senhor pode me esclarecer?"

Eduardo Aparecido de Meira:- Esse é um grande arrependimento, porque nós não prestamos serviço nenhum para a Auguri, isso daí a gente tinha, eu tinha um acordo verbal com o senhor Carlos Baptista de Sá, Sá Baptista, nunca tive contato com ninguém mais dentro da Apolo Tubulars, tive um almoço com o senhor Carlos, a esposa dele, o Flávio, aí o Flávio já estava vindo para ser meu sócio nessa época, em Lorena, na fábrica, tivemos algumas reuniões só eu e o senhor Carlos, e eu tinha muita vontade de ter um produto na Petrobras porque eu só via dois fabricantes, era um monopólio que tinha ali, só tinham dois fabricantes, então eu via a oportunidade de negócio, e a gente fez o trabalho, a gente fez, ajudou no convencimento da reaceitação do tubo com a costura longitudinal, que é a que eu vou explicar...

(...)

Eduardo Aparecido de Meira:- Foi combinado entre mim e o senhor Carlos o seguinte, “Senhor Carlos, eu tento fazer o meu trabalho possível de convencimento, porque isso é foco, é venda mesmo”, falei pra ele “Olha, os seus tubos não vão sair da prateleira se não tiver alguém que fique em cima, que fique em cima, e tecnicamente também entenda o mínimo”, o mínimo, e saiba falar bem, e ele me viu, eu sou uma pessoa grande, todo mundo, eu joguei basquete durante muitos anos, então eu tenho, assim, uma facilidade de falar, uma simplicidade, eu gosto disso...

Juiz Federal:- E o que foi combinado, então?

Eduardo Aparecido de Meira:- Foi combinado que ele ia me remunerar em 1% mediante...

Juiz Federal:- E por que não foi feito contrato?

Eduardo Aparecido de Meira:- Porque era de êxito, era assim, quando ele fechou o contrato com a Petrobras nós nos reunimos no restaurante lá no Rio de Janeiro, era uma noite, ele me pegou, eu estava com o Flávio no aeroporto Santos Dumont, e nos levou até um restaurante perto ali que chamava Casa Suíça, lá nós jantamos, ele tinha assinado contrato com a Petrobras, estava feliz, porque eu sugeri muito a ele que ele desse o máximo de desconto possível naqueles tubos...

(...)

Juiz Federal:- E o por que foi feito então contrato com a Auguri e não com a Apolo?

Eduardo Aparecido de Meira:- Porque foi a única forma da gente receber alguma coisa, o arrependimento, só agora eu sei que isso foi errado, me arrependo muito porque eu não precisava, não deveria ter feito isso, foi um contrato fictício e infelizmente eu poderia, eu não conhecia, agora que eu... O senhor Júlio Camargo tinha várias empresas, nós nunca tivemos mais do que uma empresa, nós tivemos uma empresa nossa, pessoal, e muito trabalho, e ele era um representante comercial também que deve ter se enriquecido muito na Petrobras, deve ter muitos anos na minha frente, eu sei que ele vendia os cabos navais dele lá na Petrobras e era praticamente o líder disso daí, que ele trabalhava com a Pirelli e eu trabalhava com a Wire & Cable, só que o meu mercado era São Paulo.

Juiz Federal:- Mas por que a Apolo não contratou, não pagou a sua empresa diretamente se o senhor tinha prestado o serviço?

Eduardo Aparecido de Meira:- Porque o senhor Carlos Baptista na noite, nessa noite do jantar na Casa Suíça, ele estava muito feliz por ter assinado contrato com a Petrobras, e com as palavras dele, assim, olha “Muito triste por não poder assinar o contrato com a gente”.

Juiz Federal:- Por qual motivo?

Eduardo Aparecido de Meira:- Porque o senhor Peixoto de Castro, que eu nunca falei, inclusive no depoimento lá na polícia federal o senhor procurador me fez confundir, acho que também se confundiu que eu não vejo má fé nele, disse que eu conhecia o senhor Palhares de Castro, eu não conhecia essa pessoa, nunca vi, eu só conhecia na Apolo o senhor Carlos Eduardo Baptista e o senhor Wilson, nesse almoço com a esposa do senhor Carlos Eduardo Baptista lá na fábrica em Lorena, não conheço mais ninguém na Apolo, e aí ele disse, voltando ao jantar, ele disse o seguinte “Estou muito feliz por ter feito o contrato com a Petrobras, isso aqui vai me ajudar na minha carreira, mas ao mesmo tempo eu tenho uma

notícia ruim, eu não vou poder fazer o contrato com vocês porque...”, aí ele abriu, o senhor Carlos, o dono da fábrica, falou o nome, Peixoto de Castro só, “É amigo de criação de cavalos de um cara chamado Júlio Camargo”, eu sabia quem era o Júlio Camargo pelo mercado de cabos lá em São Paulo, cabos de energia, eu falei “Pô, mas não é possível, não é possível”, porque a gente queria vender, queria vender, acompanhar a venda, o follow-up, buscar nos epecistas a venda direta aos empreiteiros, tubo para refrigeração de água, principalmente que ele poderia vender muito, a gente estudou o mercado, e ele também ficou muito chateado, depois eu continuei ligando para ele e cobrando, ele falou que eu acertasse então com o senhor Júlio Camargo, aí eu nunca abandonava o assunto, o assunto não saía da minha cabeça, eu fui trabalhar com outros temas que eu também domino tecnicamente, tento fazer o máximo de forma humilde, mas sempre tecnicamente, sabendo onde eu estou pisando, infelizmente de tudo isso daí onde eu não sabia nem o que eu estava fazendo é quando eu fiz esse contrato fictício com a Auguri, não deveria ter feito, não deveria ter recebido, não deveria ter recebido, era melhor, apesar de ter feito, de ter participado da venda, de ele ter um compromisso de 1 por cento comigo, não ter cumprido comigo, eu errei”.

266. E do depoimento de Flávio Henrique de Oliveira Macedo (evento 308):

"Juiz Federal:- O que foi esse contrato com a Auguri Empreendimentos?

Flávio Henrique de Oliveira Macedo:- Nós tivemos um trabalho com a Apolo, eu gostaria de explicar, se o senhor me permitir, todo o histórico que foi para a gente chegar até ao tubo porque tem detalhes aonde a gente adquiriu conhecimento na parte, posso explicar, excelência?

Juiz Federal:- Sinteticamente, eu peço.

(...)

Juiz Federal:- Não, da Apolo, vamos falar da Apolo, a questão aqui que interessa é a Apolo, quando que...

Flávio Henrique de Oliveira Macedo:- Da Apolo. Então, como eu tinha entrado em abril de 2009, a minha participação basicamente na questão da Apolo foi em duas oportunidades que eu tive, a primeira na visita da fábrica porque quem tratava tudo, essa questão, foi meu sócio, e eu tive uma visita na fábrica em Lorena, nós fomos recebidos lá pelo senhor Carlos Eduardo Baptista, que era o presidente, com o gerente dele, o diretor da fábrica, senhor Wilson Cordeiro, nos recebeu para a gente conhecer o sistema fabril da empresa e tal, nos ofereceu inclusive até um almoço no dia, excelência, eu me recordo também que a esposa dele participou do almoço, almoçamos todos juntos lá. Nesse dia, como o Eduardo já estava tratando as questões com ele, nós levamos inclusive um levantamento de preços do mercado, como que estava atuando o mercado, as outras empresas, levei para ele esse documento, e ele viu o nosso esforço em querer vender tubos, participar, acompanhamos para ele, a gente ia ao Rio fazer visitas, esporadicamente a gente ia até o Rio, na Petrobras, visitava...

(...)

Juiz Federal:- Mas houve algum contrato com a Apolo?

Flávio Henrique de Oliveira Macedo:- Não, nós não tivemos nenhum contrato com a Apolo porque a questão nossa também era um "ad exitum".

Juiz Federal:- E o senhor falou que foram duas oportunidades, qual foi a segunda oportunidade?

Flávio Henrique de Oliveira Macedo:- A segunda oportunidade, excelência, foi logo após a assinatura do contrato deles, que eles ganharam um pedaço do contrato junto à Petrobras e foi um jantar que nos foi oferecido pelo senhor Carlos Eduardo, nos convidou para ir até o Rio de Janeiro, estivemos lá com ele, me recordo, acho até que o restaurante foi a Casa Suíça, sempre gentil ele, e conversamos com ele nessa noite foi onde tivemos mais uma frustração, a gente achou que a gente ia conseguir o objetivo nosso que era assinar uma representação com ele, não obtivemos êxito porque ele falou que tinha saído do controle dele, ia ver o que podia fazer, mas não conseguia assinar o contrato conosco naquela época. Na sequência, posso continuar, excelência?

Juiz Federal:- Sim, sim,

Flávio Henrique de Oliveira Macedo:- E na sequência, depois o Eduardo teve outros encontros com ele, foi onde ele disse que o representante comercial dele seria o senhor Júlio Camargo por questão que o acionista majoritário da empresa tinha optado por ele, parece que eles tinham uma relação grande de criação de cavalos, tinham haras no Rio Grande do Sul próximos, tinham uma amizade forte e tinha optado por ele, e não ia conseguir assinar conosco.

Juiz Federal:- Certo, mas e daí por que receberam dinheiro da Auguri, então?

Flávio Henrique de Oliveira Macedo:- Da Auguri. Aí a gente ficou um pouco frustrado, falou “Mais uma vez?”, porque nós temos histórico em cima disso, vamos ficar fora e não vamos conseguir, depois acho que de muita insistência do Eduardo com ele, ele chegou a dizer para nós procurarmos, a única saída para a gente receber alguma coisa era procurar o senhor Júlio Camargo que era o representante.

Juiz Federal:- Aí os senhores procuraram o senhor Júlio Camargo?

Flávio Henrique de Oliveira Macedo:- Nós procuramos o filho dele, eu não conheço o Júlio Camargo a não ser nas audiências que eu vim aqui, quem nos recebeu foi o filho dele, o Júlio Camargo Filho.

Juiz Federal:- E aí vocês convenceram a ele pagar vocês?

Flávio Henrique de Oliveira Macedo:- Não, na realidade, excelência, a gente sempre tratou as pessoas com muita ética, muito respeito, e nós chegamos lá, na realidade nós entramos para essa reunião com ele, eu fiz até o contato com ele, ele nos recebeu no escritório dele na Joaquim Floriano por 3 oportunidades, a primeira delas que nós levamos, contamos todo esse caso para ele, nosso histórico, tudo que a gente tinha feito na área de tubos, e colocamos “Olha, inclusive nós temos outras empresas que a gente representa, podemos fazer uma parceria, parece que vocês têm um leque grande de representação”, levamos cabos navais, eu me lembro, e algumas outras coisas, e eu vi que ele não deu muita bola para nós e ele falou “Olha, referente à comissão da Apolo eu tenho 700 mil reais para vocês e eu consigo pagar a vocês em até 6 vezes”.

Juiz Federal:- E como é que chegaram nisso aí, nesse cálculo dos 700 mil?

Flávio Henrique de Oliveira Macedo:- Partiu deles, partiu dele, partiu dele e aí ele...

Juiz Federal:- O senhor Carlos orientou vocês a procurarem o Júlio Camargo e convencerem ele a pagar a parte da comissão do Júlio Camargo para vocês, é isso?

Flávio Henrique de Oliveira Macedo:- É, na realidade convencer, nós fomos lá conversar referente a ele, contamos do Carlos para ele, tudo que nós tínhamos feito, e partiu dele, ele disse para nós "Olha, o que eu tenho pra vocês aqui é 700 mil reais e para vocês receberem isso vocês precisam me elaborar um contrato, mandar uma minuta, para a gente discutir, eu vou passar para o meu jurídico", e foi feito realmente isso, eu falei "Tudo bem", aí na segunda oportunidade eu encaminhei para ele uma minuta contratual de um moleiro que a gente tinha, e aí partiu dele, ele passou para o jurídico, fez algumas alterações, fez um registro de oportunidade com representação de materiais, de vendas de produtos, de materiais petrolíferos..."

267. As declarações de Eduardo Aparecido de Meira e Flávio Henrique de Oliveira Macedo de que teria havido efetiva prestação de serviços para a Apolo Tubulars divergem das declarações prestadas por Julio Gerin de Almeida Camargo, e igualmente das declarações fornecidas pelos próprios sócios da Apolo Tubulars, Carlos Eduardo de Sá Baptista e Paulo Cesar Peixoto de Castro Palhares (evento 308):

"Juiz Federal:- Eles afirmam no alibi deles aqui nesse processo, o senhor deve ter visto isso, que a Credencial teria prestado algum serviço para a Apolo Tubulars, isso não aconteceu então?"

Carlos Eduardo de Sá Baptista:- Não, não aconteceu, eu não sei que tipo de serviço eles poderiam ter prestado para a Apolo se no primeiro encontro que nós tivemos a representação dele, a proposta de representação deles para mim não foi aceita.

(...)

Juiz Federal:- Eles afirmam no alibi deles aqui nesse processo, o senhor deve ter visto isso, que a Credencial teria prestado algum serviço para a Apolo Tubulars, isso não aconteceu então?"

Paulo Cesar Peixoto de Castro Palhares:- Não, não aconteceu, eu não sei que tipo de serviço eles poderiam ter prestado para a Apolo se no primeiro encontro que nós tivemos a representação dele, a proposta de representação deles para mim não foi aceita".

268. Os funcionários da Petrobras, Jansen Ferreira da Silva, ex-Gerente de Materiais, e Marco Aurélio da Rosa Ramos, então Gerente Executivo de Materiais, que mantiveram contato direto com a Apolo Tubulars, em razão das funções por eles então desempenhadas, igualmente afirmaram em Juízo não haverem tratado jamais com a Credencial ou com seus sócios assuntos que diziam respeito a Apolo. E mais, afirmaram que até o presente processo, sequer haviam ouvido falar no nome da Credencial ou de seus sócios (evento 187).

269. Eduardo Aparecido de Meira e Flávio Henrique de Oliveira Macedo afirmaram em seus interrogatórios que haviam tratado dos interesses da Apolo Tubulars na Petrobras com o funcionário de nome Roberto Alfradique Vieira de Macedo.

270. Referida pessoa foi arrolada como testemunha pela Defesa de Eduardo Aparecido de Meira, que posteriormente requereu a desistência de sua oitiva (evento 101), ato que foi homologado por este Juízo (evento 113).

271. Foi no entanto ela ouvida perante este Juízo, pois igualmente arrolada pela Defesa de Flávio Henrique de Oliveira Macedo. Alegou, em síntese, haver conhecido Flávio Macedo e Eduardo Meira na Petrobras, por volta de 2006, 2007, mas não por conta da Apolo Tubulars, e sim pela representação que ambos detinham em favor da empresa Brastubos (evento 258):

"Defesa:- Perfeito. O senhor conheceu o senhor Flávio Henrique de Oliveira Macedo e o senhor Eduardo Meira?"

Roberto Alfradique Vieira de Macedo:- Conheci, mas não em relação à Apolo Tubulars.

Defesa:- Não em relação à Apolo?"

Roberto Alfradique Vieira de Macedo:- Não, eu conhecia ele como representante da empresa chamada Brastubo, na negociação da Petrobras, eram vários processos entre a Petrobras e Brastubos, um contra o outro, e foram selecionados pela Brastubos para negociar o fim desse processo, fazer um encerramento amigável.

Defesa:- E o senhor se lembra mais ou menos em qual ano foi isso?"

Roberto Alfradique Vieira de Macedo:- Isso foi por volta de, ou 2006, 2007, a data exatamente eu não tenho hoje de cabeça.

Defesa:- Tá. E além deste assunto do litígio que houve da Brastubo com a Petrobras, esses dois rapazes que eu acabei de citar, o senhor Flávio e o senhor Eduardo, eles manifestaram a intenção de continuar representando outras empresas perante a Petrobras na questão de tubos?"

Roberto Alfradique Vieira de Macedo:- Não comigo".

272. Assim, a testemunha-álibi arrolada pela Defesa não confirmou a versão apresentada por Eduardo Aparecido de Meira e Flávio Henrique de Oliveira Macedo.

273. Não houve tampouco comprovação de que teria havido efetiva contratação da Credencial pela Apolo, eis que não apresentado o contrato, que a Defesa dos acusados alega sequer ter sido formalizado, ou quaisquer outros documentos comprobatórios da prestação de serviços.

274. Igualmente não comprovadas as alegadas diversas reuniões havidas entre os sócios da Credencial e os sócios da Apolo, em Lorena ou no Rio de Janeiro, as quais foram contestadas por Carlos Eduardo de Sá Baptista.

275. Assim, a versão apresentada pelos acusados Eduardo Aparecido de Meira e Flávio Henrique de Oliveira Macedo, segundo a qual teriam eles prestado serviços à Apolo Tubulars é isolada, não condizendo com a demais prova oral constante dos autos, composta pelos depoimentos prestados pelo colaborador Julio Gerin de Almeida Camargo, pelas testemunhas Jansen Ferreira da Silva, Marco Aurélio da Rosa Ramos e Roberto Alfradique Vieira de Macedo, e também pelos acusados Carlos Eduardo de Sá Baptista e Paulo Cesar Peixoto de Castro Palhares.

276. Além disso, não foi apresentada prova documental qualquer dos serviços que alegadamente teriam sido prestados pela Credencial à Apolo Tubulars.

277. A ausência de contratação real e da efetiva prestação de serviços pela Credencial Construtora à Auguri Empreendimentos e à Apolo Tubulars é ainda corroborada pela existência de indícios documentais de que a Credencial Construtora seria, na realidade, mera empresa de fachada, ou quando menos não possuiria estrutura física e humana condizente com os serviços alegadamente por ela prestados.

278. Consoante dados obtidos junto ao Ministério da Fazenda, a empresa Credencial Construtora estaria sediada em imóvel situado na Rua Itália, 888, Jardim Macarenko, Sumaré, São Paulo/SP (evento 1, out42), local não comercial, e que se trata de fato do endereço residencial de Eduardo Aparecido de Meira, um de seus sócios, conforme reconhecido por ele e por Flávio Henrique de Oliveira Macedo em seus interrogatórios (seria um "anexo" à residência de Eduardo Aparecido de Meira, cf. evento 310).

279. Além disso, a Credencial teve diversas alterações em seu objeto social ao longo dos anos, passando por ramos de comércio completamente distintos, desde a sua constituição, em 28/04/2004 (evento 1, out44).

280. Trazia, inicialmente, objeto social de "comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo". Posteriormente, em 14/07/2006, alterou a sua atividade econômica para "representantes comerciais e agentes do comércio de medicamentos, cosméticos e produtos de perfumaria". Após, em 15/04/2009, nova alteração, agora para "construção de edifícios, construção de rodovias e ferrovias, obras de terraplenagem, comércio varejista de materiais de construção em geral, aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes".

281. Dado ainda mais relevante, a Credencial Construtora praticamente não teve funcionários desde a sua constituição. Teria declarado a existência de um único vínculo de trabalho nos anos de 2004, 2006, e de nenhum vínculo trabalhista a partir de 2007 até 2015, conforme a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho (evento 1, out45).

282. A ausência de funcionários registrados ou não foi inclusive confirmada por Eduardo Aparecido de Meira e Flávio Henrique de Oliveira Macedo em audiência (evento 310).

283. Embora detentora de todo esse quadro precário, a Credencial Construtora recebeu valores milionários de outras empresas investigadas em esquemas ilícitos, que extravasam em muito os cerca de setecentos mil reais por ela recebidos da Auguri Empreendimentos.

284. Conforme já mencionado acima (item 252), no processo 5048976-28.2015.404.7000, a pedido do MPF, foi decretada, em 08/10/2015, visando-se à apuração de pagamentos suspeitos efetuados pela empreiteira Mendes

Junior a empresas com características de serem de fachada, a quebra do sigilo fiscal e bancário da Credencial, a partir da constatação de um pagamento, em 04/05/2012, de R\$ 1.525.124,00 a ela pela empreiteira Mendes Júnior.

285. A partir da quebra, constatado ainda que a empresa recebeu, entre 26/12/2011 a 27/06/2013, R\$ 12.923.735,84, do Consórcio CMMS (formado pela Mendes Júnior, MPE e Setal).

286. Já reconhecido na sentença prolatada na ação penal 5012331-04.2015.4.04.7000, cópia no evento 292, sent2, que, no contrato do Consórcio CMMS pela Petrobras para a execução das Unidades de Hidrodessulfurização de Nafta Craqueada (HDS), foram pagas propinas para agentes da Diretoria de Engenharia e Serviços e da Diretoria de Abastecimento da Petrobrás.

287. A quebra também relevou que, entre 2006 a 2015, a Credencial repassou cerca de 8,3 milhões de reais e 19,2 milhões de reais aos seus sócios Flávio Henrique de Oliveira Macedo e Eduardo Aparecido de Meira.

288. Também revelou, conforme já mencionado acima, que, entre 05/03/2008 a 12/11/2008, a Credencial transferiu R\$ 168.930,00 à empresa JD Assessoria e Consultoria, de José Dirceu de Oliveira e Silva.

289. Releva ainda destacar que a quebra de sigilo bancário da Credencial ainda revelou o recebimento por ela de valores milionários de diversas outras empresas:

- R\$ 2.932.831,27 da Isolux Projetos e Instalações, entre 07/10/2010 e 11/02/2011;

- R\$ 6.229.378,65 da Viabahia Concessionária de Rodovias, entre 03/07/2013 a 10/10/2013;

- R\$ 2.686.406,35 da PBTI Soluções Ltda. entre 29/04/2009 a 11/10/2010.

- R\$ 4.924.999,99 da Ação Informática Brasil Ltda. entre 19/04/2010 a 26/05/2010.

290. E, mais recentemente, no processo 5035133-59.2016.4.04.7000, surgiram indícios da utilização da Credencial para repasse de propinas e lavagem de dinheiro em contratos da Petróleo Brasileiro S/A - Petrobras com o Consórcio Integra Offshore para construção de duas FPSO's (Floating Production Storage Offloading) para exploração do petróleo na camada do Pré-Sal.

291. A estrutura precária, a ausência de funcionários e as diversas alterações em seu objeto social são incompatíveis com os valores milionários recebidos pela Credencial Construtora a título de consultoria/representação supostamente prestadas.

292. Há indícios, portanto, de que os valores milionários recebidos pela Credencial Construtora, acima exemplificados, cerca de trinta milhões de reais, têm origem ilícita.

293. Já no que se refere ao presente caso, há provas categóricas da origem ilícita do numerário recebido pela Credencial Construtora da Auguri Empreendimentos, cerca de setecentos mil reais.

294. Isso porque as próprias partes envolvidas no negócio jurídico, Julio Gerin de Almeida Camargo e os sócios da Credencial Construtora, Eduardo Aparecido de Meira e Flávio Henrique de Oliveira, admitiram em Juízo que nenhum tipo de serviço foi prestado para justificar os pagamentos.

295. E embora aleguem os sócios da Credencial que os pagamentos teriam causa lícita, pois seriam decorrentes de serviços de consultoria prestados pela Credencial à Apolo Tubulars, não restou comprovada a realização de quaisquer serviços.

296. Caso os serviços tivessem sido realizados, como alegam os sócios proprietários da Credencial, é evidente que algum vestígio documental remanesceria e seriam de fácil produção.

297. A ausência da prova só pode ser explicada pela inexistência do próprio serviço e por conseguinte da falsidade do álibi de Eduardo Aparecido de Meira e Flávio Henrique de Oliveira.

298. Além disso, o depoimento dos sócios da Apolo Tubulars, Carlos Eduardo de Sá Baptista e Paulo Cesar Peixoto Palhares, do próprio Julio Gerin de Almeida Camargo e de três testemunhas que trabalhavam, à época, na Petrobras, são convergentes no sentido de que Eduardo Meira e Flávio de Macedo nunca laboraram em prol da Apolo Tubulars.

299. A prova oral produzida em contraditório e os indícios documentais de que a Credencial Construtora era uma empresa de fachada ou quando menos não tinha suporte para fornecer serviços milionários a terceiros, aliados à ausência de documentação da prestação de serviços pela Credencial, prova que seria de fácil produção caso os serviços tivessem sido realizados, permitem concluir que a integralidade dos repasses realizados pela Auguri Empreendimentos à Credencial Construtora tinham origem e propósito ilícitos e consistiam em vantagens indevidas acertadas no bojo do contrato formalizado entre a Petrobras e a Apolo Tubulars.

300. Uma vez comprovada a origem ilícita dos cerca de setecentos mil reais repassados à Credencial Construtora, passa-se então a examinar a prova documental referente ao trânsito desse dinheiro e igualmente a respeito do seu destinatário final.

301. A partir da formalização do contrato em comento, foram emitidas pela Credencial Construtora em desfavor da Auguri Empreendimentos, cinco notas fiscais, datadas de 02/03/2012 a 23/07/2012, no montante bruto de R\$ 699.119,87, nas seguintes datas e valores:

- nota fiscal 38, emitida em 02/03/2012, no valor de R\$ 194.021,99;
- nota fiscal 42, emitida em 04/04/2012, no valor de R\$ 76.500,00;

- nota fiscal 45, emitida em 05/2012, no valor de R\$ 193.597,88;
 - nota fiscal 48, emitida em 20/06/2012, no valor de R\$ 125.000,00;
- e
- nota fiscal 49, emitida em 23/07/2012, no valor de R\$ 110.000,00.

302. Cópia das notas fiscais foram anexadas com a denúncia (evento1, out58).

303. O efetivo pagamento desses valores pela Auguri em benefício da Credencial compreendeu o valor líquido de R\$ 688.633,07 e ocorreu por meio de cinco transferências bancárias eletrônicas, realizadas entre os dias 12/03/2012 a 30/07/2012:

- 12/03/2012, no valor de R\$ 191.111,66;
- 16/04/2012, no valor de R\$ 75.352,50;
- 24/05/2012, no valor de R\$ 190.693,91;
- 25/06/2012, no valor de R\$ 123.125,00; e
- 30/07/2012, no valor de R\$ 108.350,00.

304. Tais dados foram obtidos a partir da quebra de sigilo bancário da Auguri Empreendimentos, requerida pelo MPF e autorizada por este Juízo nos autos de nº 5068069-11.2014.404.7000, decisão de 13/10/2014 (evento 4), e foram compilados pelo MPF no Relatório de Análise 14/2016, anexada com a peça acusatória (evento 1, out51).

305. Constan ainda de documentos fornecidos pelo colaborador Julio Gerin de Almeida Camargo (fls. 17, out26, evento 1).

306. Após a transferência dos valores da Auguri Empreendimentos para a Credencial Construtora, e segundo o relatório de análise dos dados bancários acima referido, ocorria uma das seguintes situações: i) repasse ao sócio Eduardo Aparecido de Meira; ii) transferência para outra conta corrente de titularidade da Credencial Construtora, com desemboque final na conta de Flávio Henrique de Oliveira Macedo; iii) quitação de despesas diversas (evento 1, out51).

307. Dos valores repassados pela Auguri Empreendimentos à Credencial Construtora, R\$ 320.545,00 foram transferidos diretamente ao sócio Eduardo Aparecido de Meira e R\$ 331.000,00 foram recebidos indiretamente por Flávio Henrique de Oliveira Macedo, após prévia passagem em outra conta da Credencial Construtora e/ou de Eduardo Aparecido de Meira.

308. Outros R\$ 24.600,00 foram repassados à Lígia Maria Abba de Meira, provável parente de Eduardo Aparecido de Meira, mediante seis depósitos fracionados, R\$ 1.850,00 (20/03/2012), R\$ 750,00 (30/03/2012), R\$ 15.000,00 (03/04/2012), R\$ 1.000,00 (25/05/2012), R\$ 5.000,00 (10/07/2012) e R\$ 1.000,00 (06/08/2012).

309. E o remanescente, cerca de R\$ 12.488,07, aparentemente teria sido destinado ao pagamento de despesas diversas.

310. Referidos dados foram obtidos a partir da quebra de sigilo bancário da Credencial e de seus sócios, Eduardo Aparecido de Meira e Flávio Henrique de Oliveira Macedo, deferida nos autos de nº 5048976-28.2015.404.7000, igualmente compilados no Relatório de Análise nº 14/2016 elaborado pelo MPF (evento 1, out51).

311. A quebra do sigilo bancário da Auguri Empreendimentos, da Credencial Construtora e de seus sócios, Eduardo Aparecido de Meira e Flávio Henrique de Oliveira Macedo, comprovou, em resumo, o repasse de R\$ 688.633,07 à Credencial, os quais foram direcionados quase que em sua integralidade aos seus sócios.

312. Foi igualmente deferida a quebra do sigilo telefônico de Eduardo Aparecido de Meira e Flávio Henrique de Oliveira Macedo nos autos de nº 5021298-04.2016.404.7000.

313. Interessante constatar que no interregno em que realizados os pagamentos em favor da Credencial, março a julho de 2012, foram efetuadas 300 ligações entre os sócios da Credencial e os terminais da JD Assessoria, o que resultou em uma média mensal de 60 ligações no período, vale ressaltar, em média duas ligações por dia.

314. O resultado da quebra telefônica permitiu ainda constatar que a quase totalidade das ligações telefônicas havidas no período ocorreram no mesmo dia ou em dias próximos a eventos de saída de recursos das contas da Credencial Construtora e do sócio Flávio Henrique de Oliveira Macedo.

315. Exemplificativamente, destaco as seguintes ordens cronológicas, constantes do Relatório 14/2016 elaborado pelo MPF (evento 1, out51):

316. Em 16 de abril de 2012, a Credencial recebeu R\$ 75.352,50 da Auguri Empreendimentos.

Entre as datas de 14 a 25 de abril de 2012, R\$ 75.245,00 foram repassados para a conta de Eduardo Meira;

No meio do período, precisamente no dia 20 de abril de 2012, Flávio Henrique de Oliveira Macedo manteve quatro contatos com terminais telefônicos da JD Assessoria;

No mesmo dia ainda, 20/04, Eduardo de Meira sacou R\$ 15.000,00 de sua conta corrente. Em seguida, no dia 23 de abril de 2012, Flávio Macedo sacou de sua conta bancária o valor de R\$ 28.000,00.

317. Em 22 de maio de 2012, Flávio Macedo contactou terminal telefônico da JD Assessoria;

Posteriormente, no dia 24 de maio de 2012, a Credencial recebeu R\$ 190.693,91 da Auguri Empreendimentos;

Em seguida, na data de 28 de maio de 2012, Flávio Macedo recebeu R\$ 29.000,00 da Credencial, sacando-os na mesma data.

318. Em 30 de julho de 2012, a Credencial recebeu R\$ 108.350,00 da Auguri;

Na data de 03 de agosto de 2012, Flávio Macedo contactou terminal telefônico da JD Assessoria;

Um pouco antes, em 01 de agosto de 2012, a empresa repassou R\$ 30.000,00 a Eduardo Meira, que o sacou na data de 03 de agosto de 2012. Na mesma data foram ainda realizados dois saques da conta da Credencial, nos valores de R\$ 30.000,00 e R\$ 50.000,00.

319. Oportuno ressaltar que tais dados são meramente exemplificativos. Análise muito mais ampla a respeito do cronograma lógico entre os repasses da Auguri para a Credencial, dessa para o seus sócios, os saques havidos por eles e o sincronismo dessas atividades com as ligações telefônicas efetuadas entre Eduardo Aparecido e Flávio Macedo e a JD Assessoria foram amplamente apontadas no Relatório 14/2016, elaborado a partir da quebra deferida nos autos nº 5021298-04.2016.404.7000.

320. Indagados em audiência a respeito da justificativa para a existência de diversos saques realizados nas contas da Credencial e em suas contas pessoais, Eduardo Aparecido de Meira e Flávio Henrique de Oliveira Macedo foram evasivos, afirmando que era comum a realização de saques em espécie em grandes quantias para o pagamento de despesas pessoais, a exemplo de despesas com empreiteiros em obras particulares.

321. Do depoimento de Eduardo Aparecido de Meira (evento 310):

"Juiz Federal:- Algumas perguntas adicionais aqui, vendo alguns registros bancários, a sua empresa costumava fazer saques em espécie elevados nas contas?"

Eduardo Aparecido de Meira:- Da empresa?"

Juiz Federal:- É, da Credencial?"

Eduardo Aparecido de Meira:- Às vezes fazia, doutor, às vezes não fazia, dependia onde a gente estava, do que a gente ia fazer, eu fiz muitas construções, muitas obras particulares minhas, imóveis com reforma, está tudo no meu imposto de renda, e às vezes pedreiro não tem conta, não dá para dar cheque sexta-feira.

Juiz Federal:- Mas aí eram construções feitas pela Credencial ou...

Eduardo Aparecido de Meira:- Não, pessoa física, pessoa física, particular, a Credencial é uma empresa constituída por lucro presumido, ela não é lucro real, presumido, a gente arremetia os lucros da Credencial, dividia entre nós dois, eu tinha uma conta da Credencial que eu administrava e tinha a minha física no

mesmo banco Itaú, o Flávio tinha no Santander uma da Credencial que era dele, era dividido entre nós dois só, nunca tivemos conta fora do Brasil, não tínhamos mais nada do que isso.

Juiz Federal:- Por exemplo, aqui no dia 09/05/2012, segundo aqui pelo menos o relatório de análise 14/2016, evento 1, out. 51 da denúncia, consta que a Credencial fez um saque de 90 mil reais nessa data e o senhor Flávio fez um também na mesma data de 80 mil, sabe o que é isso?

Eduardo Aparecido de Meira:- Não, não me lembro.

Juiz Federal:- No dia 11, poucos dias depois, a Credencial novamente 85 mil reais, um saque.

Eduardo Aparecido de Meira:- Não me lembro, mas não tem absolutamente nada a ver com o senhor José Dirceu, que aliás eu só conversei com ele e conheci depois que ele deixou de ser funcionário público, depois de ele exercer qualquer cargo público".

310): 322. Do depoimento de Flávio Henrique de Oliveira Macedo (evento

"Juiz Federal:- O senhor mesmo. Nessa conta da Credencial costumavam fazer saques em espécie significativos?

Flávio Henrique de Oliveira Macedo:- Cheguei a fazer sim, excelência.

Juiz Federal:- Por que saques em espécie significativos?

Flávio Henrique de Oliveira Macedo:- Excelência, às vezes eu estava, eu tinha costume, eu fazia da minha pessoa física ou da pessoa jurídica como retirada minha.

Juiz Federal:- Tanto da Credencial como da sua conta?

Flávio Henrique de Oliveira Macedo:- Da pessoa física, sim.

Juiz Federal:- Mas, por que, o senhor fazia o que com esse dinheiro?

Flávio Henrique de Oliveira Macedo:- Não, gastava, às vezes eu deixava em casa para pagar alguma conta, também estava fazendo construção, geralmente às vezes tinha que pagar um empreiteiro ou alguém com dinheiro, era para isso que eu utilizava".

323. Ocorre que os acusados não apresentaram documentos, recibos, que pudessem comprovar a finalidade por eles alegada para a utilização do numerário em espécie.

324. Não é usual a realização de diversos saques em espécie, especialmente de quantias vultosas, em razão da reduzida segurança envolvida na operação.

325. Vultosos saques em espécie consistem em uma estratégia usualmente utilizada para dificultar o rastreamento de dinheiro e encobrir quem seria o destinatário final do numerário.

326. O resultado da quebra de sigilo bancário e telefônico, a proximidade entre os sócios da Credencial Construtora e os sócios da JD Assessoria e Consultoria, os indícios de que a Credencial é uma empresa de fachada e que foi utilizada em outros repasses milionários suspeitos no esquema que vitimou a Petrobras, aliados ao depoimento prestado pelo colaborador Julio Gerin de Almeida Camargo e os álbis inconsistentes apresentados por Eduardo Aparecido de Meira e Flávio Henrique de Macedo permitem concluir que os valores aportados nas contas da Credencial pela Auguri Empreendimentos não se trataram de pagamentos por serviços prestados à Apolo Tubulars, jamais comprovados, mas sim de propina, posteriormente sacada em espécie pelos sócios da Credencial e direcionadas a José Dirceu de Oliveira e Silva e a Luiz Eduardo de Oliveira e Silva.

327. Agregue-se, ainda, que medida de busca e apreensão deferida por este Juízo nos autos de nº 5031859-24.2015.404.7000, decisão de 27/07/2015, resultou na apreensão de documentos na residência de Luiz Eduardo de Oliveira e Silva e de Roberto Marques, com referência explícita à Apolo Tubulars, o que reforça os indícios de que os valores recebidos pela Credencial Construtora com origem na contratação havida entre a Apolo Tubulars e a Petrobras tiveram como destino final o grupo comandado por José Dirceu de Oliveira e Silva.

328. Um dos documentos apreendidos, especificamente na residência de Roberto Marques, e cuja cópia foi anexada no evento 1, out52, menciona o nome da "Apolo", abaixo do da "Confab", com anotação ainda dos nomes de "Jansen" "Marco Aurélio", "Milton", "Bob" e "Duque", em indicação de Jansem Ferreira da Silva, gerente geral de engenharia da Petrobrás, Marco Aurélio da Rosa Ramos, gerente executivo de materiais da Petrobrás, Milton Pascowitch e Renato de Souza Duque. Ao lado da anotação "Marco Aurélio e Apolo" tem-se ainda o apontamento "Reunião 10 dias atrás. Disse que tem todo interesse em ajudar Apolo".

329. Foi ainda apreendido na residência de Luiz Eduardo de Oliveira e Silva páginas de um caderno em espiral contendo a inscrição "Revista Voto, Política e Negócios", contendo algumas inscrições a lápis, dentre as quais se destaca, ao lado de anotações de pagamentos e compromissos a expressão "Grupo PC Apolo" (evento 1, out53).

330. Existente, portanto, prova oral e documental de que os valores recebidos pela Credencial Construtora da Auguri Empreendimentos, R\$ 699.119,87 eram oriundos do contrato firmado entre a Apolo Tubulars e a Petrobras, foram a ela transferidos sem causa lícita, e tiveram como destinatário final o grupo capitaneado por José Dirceu de Oliveira e Silva.

331. Aliada a prova documental à prova oral, os depoimentos das testemunhas e as confissões dos acusados, há prova categoria dos elementos objetivos dos crimes de corrupção e lavagem de dinheiro descritos na denúncia.

332. Passa-se a examinar a qualificação jurídica dos fatos e as responsabilidades individuais.

II.8

333. Provado acima de qualquer dúvida razoável que Julio Gerin de Almeida Camargo, representando os interesses da Apolo Tubulars, pagou vantagem indevida no contrato de n. 4600300851, celebrado em 16 de outubro de 2009, pela referida empresa com a Petrobrás para o fornecimento de tubos de revestimento de aço carbono. A propina teria totalizado o valor de R\$ 2.144.227,73 e foi repassada, por orientação do então Diretor de Serviços e Engenharia da Petrobras, Renato de Souza Duque, ao grupo comandado por José Dirceu de Oliveira e Silva.

334. Em que pese a denúncia mencionar um total de propinas pagas de R\$ 7.147.425,70, referido montante compreende o valor bruto faturado pela Apolo Tubulars em prol da Piemonte Empreendimentos.

335. E embora haja algumas inconsistências a respeito da efetiva prestação de serviços de representação comercial por parte de Julio Gerin de Almeida Camargo à Apolo Tubulars, ou pelo menos de sua extensão, o próprio Julio Camargo, a testemunha Antonio Luiz Menezes e os sócios da Apolo, Carlos Eduardo de Sá Baptista e Paulo Cesar Peixoto Palhares afirmaram em Juízo que Julio Camargo prestou efetivamente serviços de representação comercial à Apolo Tubulars.

336. Assim, deve ser reconhecido como o montante de propinas pago o valor de R\$ 2.144.227,73, conforme provas cumpridamente examinadas no item anterior, inclusive declaração de Julio Gerin de Almeida Camargo de que o valor da propina compreendeu a metade do valor a ele pago retirados os impostos incidentes, ou "aproximadamente um valor líquido de 30% sobre o valor faturado" (item 143, retro).

337. O pagamento de vantagem indevida a empregados públicos de empresa pública configura crime de corrupção ativa e o recebimento pelo empregado público ou por terceiro por ele indicado configura o crime de corrupção passiva. Assim, quem pagou cometeu o crime do art. 333 do CP e quem recebeu, empregado público ou terceiro por ele indicado, cometeu o crime do art. 317 do CP.

338. É certo que José Dirceu de Oliveira e Silva e Luiz Eduardo de Oliveira e Silva não são agentes públicos, mas se participaram de acertos de propinas entre dirigentes da Petrobrás e empresa fornecedora da estatal ou se receberam parte dos valores ou indicaram beneficiário, são passíveis de responsabilização por crime de corrupção passiva a título de autoria ou participação e considerando o disposto no caput do art. 29 e no art. 30 do CP:

"Art. 29 - Quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a este cominadas, na medida de sua culpabilidade."

"Art. 30 - Não se comunicam as circunstâncias e as condições de caráter pessoal, salvo quando elementares do crime."

339. Em que pese a vantagem indevida no presente caso não ter sido dirigida a agente da Petrobrás, o então Diretor de Serviços e Engenharia Renato de Souza Duque, esse participou de forma decisiva do acerto, direcionando a propina a terceiro, tendo sido ela efetivamente paga em razão do cargo ocupado por Renato de Souza Duque.

340. Oportuno destacar que o crime de corrupção passiva previsto no artigo 317 do Código Penal configura-se tanto quando a vantagem indevida é direcionada para o próprio agente público quanto quando é dirigida para outrem por solicitação do agente público.

341. O motivo do pagamento foi esclarecido por Julio Gerin de Almeida Camargo, item 143, acima transcrito, qual seja, o apoio fornecido por Renato de Souza Duque para retirar os entraves que a Apolo Tubulars vinha sofrendo e que a impedia de formalizar contratos vultosos com a Petrobras.

342. Embora não se trate de agir ilícito, o fato é que a própria inclusão da Apolo Tubulars no procedimento licitatório dependeu de ação fundamental exercida por Renato de Souza Duque, conforme sintetizado no item 194, retro.

343. No presente caso, as propinas foram pagas por empresa não cartelizada, e mesmo em contrato sem ajuste fraudulento, pelo que se pode concluir que as propinas haviam se tornado "rotina" ou a "regra do jogo", sequer tendo os envolvidos exata compreensão do porquê se pagava ou do porquê se recebia.

344. A conduta de Renato de Souza Duque não se amolda ao crime de advocacia administrativa, previsto no artigo 321 do CP, ao contrário do alegado pela sua Defesa em seus memoriais, eis que não se tratou meramente da defesa de interesses privados perante a Administração Pública e sim da solicitação, para outrem, de vantagens indevidas em um contexto de corrupção sistêmica e que foram efetivamente pagas.

345. Reputo, assim, configurado um crime de corrupção correspondente ao contrato 4600300851 celebrado entre a Petrobrás e a Apolo Tubulars. Não importa que os pagamentos tenham sido parcelados.

346. Cumpre verificar se presente prova da causa de aumento de pena do art. 317, §1º, e do art. 333, parágrafo único, do CP, ou se houve a prática ou a omissão de ato de ofício com infração de dever funcional.

347. Nas ações penais conexas que têm por objeto crimes de corrupção envolvendo contratos obtidos mediante ajuste fraudulento de licitação e cartel, este Juízo vem reconhecendo a infração do dever funcional de agentes da Petrobrás por não coibirem os ajustes ou o cartel, mesmo tendo deles conhecimento.

348. Na presente ação penal, isso não ocorre, pois não há imputação de que a Apolo Tubulars teria participado de algum cartel ou ajuste fraudulento de licitação.

349. O próprio intermediador da propina no presente caso, Julio Gerin de Almeida Camargo, admitiu que a contratação com a Apolo Tubulars divergia dos pagamentos indevidos realizados usualmente a Renato de Souza Duque (item 143, retro):

"(...)

Quando essa, quando essa operação com a Apolo, ela teve êxito eu fui ao Doutor Duque. Disse: 'Doutor, isso aqui é um contrato que eu chamei de spot, quer dizer, é um contrato que não faz parte do nosso, do nosso dia a dia, foi uma oportunidade que eu tive onde o Senhor se interessou, deu apoio para verificar o que estava acontecendo internamente e eu, então, quero dizer o seguinte estou ganhando 2% de comissão e estou à disposição, se o Senhor quiser alguma coisa disso que eu estou ganhando.'

350. O Relatório da Comissão Interna de Apuração da Petrobras tampouco aferiu indícios de fraude à licitação (evento 135).

351. Assim, reputo ausente referida causa de aumento de pena no crime de corrupção relacionado ao contrato havido entre a Apolo Tubulars e a Petrobras.

352. A vantagem indevida foi paga mediante o desconto na utilização por José Dirceu de Oliveira e Silva de voos em aeronaves particulares de Julio Gerin de Almeida Camargo e igualmente mediante o repasse para as contas da empresa Credencial Construtora, de Eduardo Aparecido de Meira e Flávio Henrique de Oliveira Macedo, com base em contrato simulado com a Auguri Empreendimentos, com posterior destinação a José Dirceu de Oliveira e Silva.

353. Do total, provada a utilização das aeronaves em cento e treze voos, no período de 08/11/2010 a 03/07/2011, que compreenderam o montante de R\$ 1.445.107,86, em favor de José Dirceu de Oliveira e Silva.

354. Provadas ainda cinco transferências, entre 02/03/2012 a 23/07/2012, no total de R\$ 699.119,87, entre conta da Auguri Empreendimentos, de Julio Gerin de Almeida Camargo, e a Credencial Construtora, de propriedade de Eduardo Aparecido de Meira e Flávio Henrique de Oliveira Macedo.

355. Questão que se coloca é se os repasses de propinas através de transações subreptícias configuram, além de corrupção, condutas de lavagem de dinheiro.

356. Poder-se-ia, como fazem algumas Defesas, alegar confusão entre o crime de lavagem e o crime de corrupção, argumentando que não haveria lavagem antes da entrega dos valores.

357. Assim, os expedientes fraudulentos ainda comporiam o tipo penal da corrupção, consistindo no repasse indireto dos valores.

358. Vinha este Juízo adotando a posição de que poder-se-ia falar de lavagem de dinheiro apenas depois de finalizada a conduta pertinente ao crime antecedente.

359. Assim, por exemplo, só haveria lavagem se, após o recebimento da vantagem indevida do crime de corrupção, fosse o produto submetido a novas condutas de ocultação e dissimulação.

360. A realidade dos vários julgados na assim denominada Operação Lavajato recomenda alteração desse entendimento.

361. A sofisticação da prática criminosa tem revelado o emprego de mecanismos de ocultação e dissimulação já quando do repasse da vantagem indevida do crime de corrupção.

362. Tal sofisticação tem tornado desnecessária, na prática, a adoção de mecanismos de ocultação e dissimulação após o recebimento da vantagem indevida, uma vez que o dinheiro, ao mesmo tempo em que recebido, é ocultado ou a ele é conferida aparência lícita.

363. Este é o caso, por exemplo, do pagamento de propina através de transações internacionais subreptícias. Adotado esse método, a propina já chega ao destinatário, o agente público ou terceiro beneficiário, ocultado e, por vezes, já com aparência de lícita, assim como quando a transferência é amparada em contrato fraudulento, tornando desnecessária qualquer nova conduta de ocultação ou dissimulação.

364. Não seria justificável premiar o criminoso por sua maior sofisticação e ardil, ou seja, por ter habilidade em tornar desnecessária ulterior ocultação e dissimulação do produto do crime, já que estes valores já lhe são concomitantemente repassados de forma oculta ou com a aparência de licitude.

365. Não se desconsidera aqui o precedente do Egrégio Supremo Tribunal Federal na Ação Penal 470.

366. No caso, quando do julgamento dos embargos infringentes, o Egrégio Supremo Tribunal Federal condenou o ex-deputado federal João Paulo Cunha por corrupção, mas o absolveu por lavagem, por entender que o expediente de ocultação em questão envolvia o recebimento da vantagem indevida por pessoa interposta, no caso sua esposa que sacou em espécie a propina no banco. O Supremo Tribunal Federal entendeu, acertadamente, naquele caso que o pagamento de propina a pessoa interposta ainda fazia parte do crime de corrupção e não do de lavagem.

367. Salta aos olhos primeiro a singeleza da conduta de ocultação naquele processo, a mera utilização da esposa para recebimento em espécie da propina.

368. Também necessário apontar a relevante diferença de que, naquele caso, o numerário não foi recebido pela esposa e sucessivamente pelo ex-parlamentar já ocultado ou com aparência de lícito. Pelo contrário, ao dinheiro em espécie, ainda necessário, para a reciclagem, o emprego de algum mecanismo de ocultação e dissimulação.

369. Já no presente feito, não se trata de mero pagamento a pessoa interposta, mas, com a utilização dissimulada de serviços pelo beneficiário da propina e com o repasse mediante a formalização de contrato simulado e com a utilização de duas empresas interpostas. Para o beneficiário, desnecessárias ulteriores providências para ocultar a propina ou para conferir-lhe aparência de lícito, já que as condutas envolvidas na transferência foram suficientes para essa finalidade.

370. O entendimento ora adotado, em evolução da posição do julgador, não representa contrariedade com o referido precedente do Egrégio Supremo Tribunal Federal, pois distintas as circunstâncias.

371. As condutas, embora concomitantes, afetam bens jurídicos diferenciados, a corrupção, a confiança na Administração Pública e no império da lei, a lavagem, a Administração da Justiça e o domínio econômico.

372. Assim, se no pagamento da vantagem indevida na corrupção, são adotados, ainda que concomitantemente, mecanismos de ocultação e dissimulação aptos a ocultar e a conferir aos valores envolvidos a aparência de lícito, configura-se não só crime de corrupção, mas também de lavagem, uma vez que ocultado o produto do crime de corrupção e a ele conferida a aparência de licitude. Forçoso reconhecer, diante da concomitância, o concurso formal entre corrupção e lavagem.

373. Os crimes de lavagem ocorreram, em um primeiro momento, pelos repasses das propinas mediante pagamento subreptícios de voos por Julio Gerin de Almeida Camargo no interesse de José Dirceu de Oliveira e Silva. Constituem, portanto, crimes de lavagem a utilização, entre 08/11/2010 a 03/07/2011, por José Dirceu das aeronaves pertencentes a Julio Gerin de Almeida Camargo, mediante o desconto das propinas a ele devidas.

374. Prosseguiram com o contrato de prestação de serviços simulado entre a Auguri Empreendimentos e a Credencial Construtora, no período de 02/03/2012 a 23/07/2012, e que, conforme visto, não envolvem prestação efetiva de serviços. O contrato foi simulado para conferir aos repasses a aparência de licitude.

375. Todas essas fraudes e simulações visavam ocultar e dissimular a origem e natureza criminosas dos valores envolvidos e ainda o repasse deles aos destinatários finais.

376. A conduta não se amolda ao crime de falsidade ideológica, previsto no artigo 299 do CP, ao contrário do alegado pela Defesa de Eduardo Meira em seus memoriais, eis que o contrato formalizado entre a Auguri Empreendimentos e a Credencial Construtora não conteve mera declaração falsa, mas sim, foi instrumento para o repasse de propinas de forma dissimulada. Assim, o crime de lavagem de dinheiro absorve eventual delito de falsidade ideológica.

377. Para os crimes de lavagem, reputo configurado um para cada utilização das aeronaves de forma dissimulada por José Dirceu, já que acobertaram o repasse da vantagem indevida, e um para cada transferência subreptícia realizada entre a Auguri Empreendimentos e a Credencial Construtora.

378. Provados nestes autos, portanto, dezenas de crimes de lavagem de dinheiro pela utilização dissimulada de voos por José Dirceu de Oliveira e Silva em aeronaves de propriedade de Julio Gerin de Almeida Camargo, e cinco crimes de lavagem de dinheiro pelas transações subreptícias havidas entre a Auguri Empreendimentos e a Credencial Construtora em favor final de José Dirceu de Oliveira e Silva.

379. Portanto, foram um crime de corrupção e dezenas de crimes de lavagem de dinheiro.

380. Examino, conclusivamente, a autoria.

381. **Renato de Souza Duque** foi Diretor de Serviços e de Engenharia da Petrobras no período de 31/03/2003 a 27/04/2012. A atuação dele foi decisiva para a contratação da Apolo Tubulars pela Petrobras. A partir dos contatos realizados por Julio Gerin de Almeida Camargo, Renato de Souza Duque atuou para que fosse realizada avaliação técnica na Apolo Tubulars. A partir desse fato, a restrição técnica referente ao fornecimento de tubos com costura por referida empresa e a dificuldade de sua inserção junto à Petrobras foram superadas. Habilitada tecnicamente, a Apolo Tubulars participou de certame do qual logrou sair vencedora de uma parcela do objeto do contrato. Entre as primeiras avaliações técnicas, em outubro de 2008, e a formalização do contrato, em outubro de 2009, constam cerca de onze visitas de Julio Camargo a Renato de Souza Duque, na sede da Petrobras (evento 1, out20). Cabe ressaltar, ainda, que o funcionário responsável pela contratação da Apolo Tubulars, o Gerente Executivo de Materiais Marco Aurélio da Rosa Ramos, era, à época, subordinado direto de Renato de Souza Duque. A própria admissão, por Julio Gerin de Almeida Camargo, e posterior comprovação de que parcela da vantagem indevida foi direcionada a terceiros por orientação de Renato de Souza Duque espelha reconhecimento de que a atuação dele de fato foi decisiva para a contratação da Apolo Tubulars.

382. Ainda que não tenha havido propriamente provas da existência de fraude à licitação, o agir de Renato de Souza Duque foi imprescindível para a contratação da Apolo Tubulars e conseqüentemente para o recebimento das vantagens indevidas por terceiro por ele indicado.

383. Não importa o fato de que no presente caso a vantagem indevida tenha sido direcionada a terceiro, o grupo de José Dirceu de Oliveira e Silva, e não diretamente a Renato de Souza Duque, eis que, conforme mencionado acima (item 340), o crime de corrupção passiva consuma-se quando a vantagem indevida é recebida pelo próprio agente ou por terceiro por ele indicado.

384. Responde, assim, por um crime de corrupção passiva do artigo 317 do Código Penal.

385. Quanto à imputação do crime de lavagem, não há prova de que ele tenha se envolvido diretamente na definição da forma dos repasses de propinas por Julio Gerin de Almeida Camargo a José Dirceu de Oliveira e Silva e Luiz Eduardo de Oliveira e Silva. Então, dessa imputação deve ser absolvido.

386. **José Dirceu de Oliveira e Silva** foi o beneficiário principal da propina dirigida ao seu grupo político em decorrência dos acertos havidos entre Renato de Souza Duque e Julio Gerin de Almeida Camargo, eis que era o responsável pela sustentação política de Renato de Souza Duque na condição de Diretor da Petrobras. Foi ele quem utilizou as duas aeronaves privadas de Julio Gerin de Almeida Camargo em benefício próprio. Foi, ainda, justamente por ser o articulador político de Renato Duque no cargo, o maior beneficiário dos valores repassados inicialmente à Credencial Construtora, por meio de contrato de

prestação de serviços simulado com a Auguri Empreendimentos. Deve, assim, responder, a título de participação, pelo crime de corrupção passiva e ainda pelos crimes de lavagem de dinheiro consistentes na utilização dissimulada das aeronaves de Julio Gerin de Almeida Camargo e no recebimento de valores previamente transferidos, com ocultação e dissimulação, pelas contas da Credencial Construtora.

387. Como adiantado, o fato de não ser agente público ao tempo dos fatos não tem relevância, já que o crime de corrupção passiva caracteriza-se mesmo que a propina seja dirigida, a pedido do agente público, a terceiro, no caso, o próprio acusado. Aplicam-se os referidos artigos 29 e 30 do CP.

388. José Dirceu de Oliveira e Silva, em sua atividade criminosa, recebeu auxílio de seu irmão e coacusado neste processo Luiz Eduardo de Oliveira e Silva.

389. Milton Pascowitch, ouvido perante este Juízo, descreveu quem seria o grupo político que representaria José Dirceu de Oliveira e Silva, apontando, dentre eles, Luiz Eduardo de Oliveira e Silva. Transcrevo, por oportuno:

"Ministério Público Federal:- Certo. O Senhor recebeu alguma vez valores em espécie do Senhor Júlio Camargo, para entregar a José Dirceu?"

Milton Pascowitch:- Eu recebi provenientes dessas duas ou três prestações de contas. Recebi valores que podem ter sido parcelados e foram entregues ao José Dirceu pessoalmente não, ao escritório ou a pessoas que representavam o José Dirceu sim.

Ministério Público Federal:- Que pessoas Senhor Milton?"

Milton Pascowitch:- A maioria das vezes era o Bob, o Roberto Marques e o Luiz Eduardo.

Ministério Público Federal:- Onde que o Senhor fazia essas entregas?"

Milton Pascowitch:- No escritório do José Dirceu".

390. Júlio Gerin de Almeida Camargo também afirmou que foi procurado por Luiz Eduardo de Oliveira e Silva na qualidade de representante de José Dirceu de Oliveira e Silva, para acertar o recebimento das propinas devidas por orientação de Renato de Souza Duque. Transcrevo novamente por oportuno:

"Ministério Público Federal:- Como é que o Senhor chegou a destinar alguma parte de suas comissões para o Senhor Renato Duque?"

Julio Gerin de Almeida Camargo:- Eu, informo. A Senhora me indagou se eu tinha relacionamento com ele anterior, eu confirmei a Senhora que tinha e dentro desse relacionamento anterior haviam pagamentos indevidos que eu fazia ao Senhor Pedro Barusco e ao Senhor Renato Duque. Quando essa, quando essa operação com a Apollo, ela teve êxito eu fui ao Doutor Duque. Disse: "Doutor, isso aqui é um contrato que eu chamei de "spot", quer dizer, é um contrato que não faz parte do nosso, do nosso dia a dia, foi uma oportunidade que eu tive onde o Senhor se interessou, deu apoio para verificar o que estava acontecendo internamente e eu, então, quero dizer o seguinte estou ganhando de 2% de comissão e estou à sua disposição, se o Senhor quiser alguma coisa disso que eu estou ganhando.

Ministério Público Federal:-E o que é que foi conversado sobre isso?

Julio Gerin de Almeida Camargo:- Então, ele me disse: “Júlio, nesse caso eu não quero nada para mim, mas eu estou precisando ajudar o ex Ministro José Dirceu”. Era uma situação, não me lembro mais se era política ou alguma coisa e existe uma demanda dele comigo e você poderia ajudar repassando talvez metade dessa comissão que você vai ganhar, você repassaria aos, à equipe que vai te procurar do Doutor José Dirceu.

Ministério Público Federal:- Quem procurou o Senhor representando o Senhor José Dirceu?

Julio Gerin de Almeida Camargo:- O irmão dele, Doutor Luiz Eduardo.

Ministério Público Federal:- E o que é que o Senhor conversou com ele?

Julio Gerin de Almeida Camargo:- Eu conversei com ele que havia conversado isso com o Doutor Duque, dizendo para ele que a minha ideia seria tirar os impostos do faturamento e mais ou menos dividir o que dava, o que deu aproximadamente um valor líquido de 30% sobre o valor faturado.

Ministério Público Federal:- O valor faturado era de quanto Senhor Júlio?

Julio Gerin de Almeida Camargo:- Nós recebemos de comissão, minha empresa Piemonte, recebeu uma comissão durante o ano, entre o ano de 2010 a 2013, uma comissão de aproximadamente 07 milhões de reais e o que foi, o que foi, o que foi repassado como crédito ao Doutor José Dirceu, à equipe dele, 02 milhões e cem, aproximadamente”.

391. Também revelou que Luiz Eduardo de Oliveira e Silva foi o responsável pela indicação da empresa Credencial Construtora para o pagamento da propina remanescente referente ao contrato com a Apolo Tubulars:

“Ministério Público Federal:- O Senhor mencionou que foi feito também repasse de valores para a empresa Credencial?

Julio Gerin de Almeida Camargo:- Sim.

Ministério Público Federal:- Como que foi feito? Como que foi operacionalizado?

Julio Gerin de Almeida Camargo:- Bom, Doutora, eu como reporte, eu tinha um débito a ser pago dentro dessa operacionalização, débitos referentes a utilização do avião e mais um pagamento que era feito em dinheiro. Esse pagamento em dinheiro, evidentemente, havia uma demanda para que esse cronograma de pagamento se acelerasse. Eu não tinha como acelerar a criação de reais em caixa para poder acelerar o cronograma solicitado. Então... por sugestão minha, eu pedi a eles que indicassem uma empresa, com a qual eu pudesse fazer um contrato com as minhas empresas, desde que tivessem mais ou menos o mesmo objetivo, para que eu pudesse acelerar esse cronograma e me foi apresentado uma, essa empresa Credencial, que eu já tinha ouvido falar dela... em algum momento na Petrobras não poderia precisar à Senhora como, em que momento viu.. mas, era um nome que pra mim, não era um nome estranho.

Ministério Público Federal:- Só para deixar bem claro Senhor Júlio...

Julio Gerin de Almeida Camargo:- Sim.

Ministério Público Federal:- Quem que indicou para o Senhor a empresa Credencial?

Julio Gerin de Almeida Camargo:- O Doutor Luiz Eduardo.

Ministério Público Federal:- Certo".

392. Carlos Eduardo de Sá Baptista, em seu interrogatório, afirmou que Luiz Eduardo de Oliveira e Silva esteve presente, juntamente a Eduardo Aparecido de Meira, em reunião em São Paulo, ocorrida por volta do ano de 2008, na qual Eduardo de Meira ofereceu os serviços da Credencial para a Apolo, mas que acabaram sendo recusados por Carlos Eduardo Baptista. Transcrevo trechos, por oportuno:

"Juiz Federal:- Essa empresa, Credencial Construtora, do senhor Eduardo Aparecido e do senhor Flávio Henrique de Oliveira Macedo, o senhor teve contato com essa empresa?

Carlos Eduardo de Sá Baptista:- Tive contato com eles, tive contato com o senhor Eduardo Aparecido...

Juiz Federal:- O senhor pode descrever?

Carlos Eduardo de Sá Baptista:- Ele se apresentou, nos procurou de alguma forma no escritório de São Paulo dizendo que tinha sabido de uma joint venture da Apolo com uma empresa americana e que ele gostaria de vir a ser um representante da Apolo, então o escritório de São Paulo me comunicou que...

Juiz Federal:- Isso foi por volta de quando?

Carlos Eduardo de Sá Baptista:- Talvez em 2008, final de 2008, alguma coisa...

Juiz Federal:- Antes ou depois desse contrato maior com a Petrobras?

Carlos Eduardo de Sá Baptista:- Antes do contrato, o contrato com a Petrobras foi 2009. Então nós marcamos... Normalmente eu também fazia viagens a São Paulo para comprar matéria prima e visitar grandes distribuidores, porque eles sempre achavam importante que o presidente da companhia tivesse dando esse apoio a eles, eu fui a São Paulo me encontrar com o senhor Eduardo Meira num endereço que ele me passou e ele me apresentou no escritório, não me recordo se o escritório era dele ou era do senhor Luiz Eduardo, em que ele falou que ele atendia a Petrobras, que ele podia ser um representante meu dentro da Petrobras, mas nós conversamos e ele não me demonstrou, nem me mostrou nenhum documento, nenhuma informação substancial de que ele tinha uma tradição de negociação com a Petrobras, de fornecedor, até de concorrente ou de outro produto, ou de qualquer outra coisa dessas, então essa reunião morreu aí, essa tentativa de ele ser um representante meu morreu aí nessa reunião.

Juiz Federal:- Houve a contratação dessa empresa?

Carlos Eduardo de Sá Baptista:- Não, senhor, nesse perfil eu não tive nenhum interesse em fazer nada com ele.

Juiz Federal:- Houve alguma contratação do senhor Eduardo Aparecido de Meira individualmente?

Carlos Eduardo de Sá Baptista:- Pela Apolo? Não senhor.

Juiz Federal:- E essa outra pessoa, o senhor Flávio Henrique de Oliveira Macedo?

Carlos Eduardo de Sá Baptista:- Também não, não senhor.

Juiz Federal:- O senhor mencionou no seu depoimento, o senhor Eduardo se fez acompanhar de alguém nessa reunião?

Carlos Eduardo de Sá Baptista:- O senhor Luiz...

Juiz Federal:- O Eduardo Meira.

Carlos Eduardo de Sá Baptista:- O Eduardo Aparecido, com o senhor Luiz Eduardo, o Eduardo Meira com o senhor Luiz Eduardo.

Juiz Federal:- O Luiz Eduardo...

Carlos Eduardo de Sá Baptista:- Que ele me apresentou como sendo irmão do ex-ministro José Dirceu.

Juiz Federal:- E o que ele fazia ali?

Carlos Eduardo de Sá Baptista:- Não sei se ele apresentou o portal verde por querer apresentar que a Credencial seria uma empresa que tivesse uma expressão maior, alguma coisa desse tipo.

Juiz Federal:- Mas ele apresentou explicação?

Carlos Eduardo de Sá Baptista:- Não, o Luiz Eduardo nem falou nada, o Luiz Eduardo ficou observando a reunião, quem fez a explanação foi o senhor Eduardo Meira, mas nada que consubstanciasse o conhecimento de ser um representante.

Juiz Federal:- O senhor José Dirceu, o senhor chegou a conhecer?

Carlos Eduardo de Sá Baptista:- Não senhor".

393. **Luiz Eduardo de Oliveira e Silva**, apesar de ter um papel subsidiário, estava assim envolvido diretamente nos acertos e recebimentos das propinas recebidas pelo grupo político dirigido por seu irmão, José Dirceu de Oliveira e Silva.

394. Não se trata apenas das declarações de acusados e colaboradores.

395. Foi colhida igualmente prova circunstancial de seu envolvimento direto nos fatos. Conforme já mencionado acima, itens 327 e 329, em cumprimento à medida de busca e apreensão deferida por este Juízo nos autos de nº 5031859-24.2015.404.7000, decisão de 27/07/2015, foi apreendido documento em sua residência, consistente em páginas de um caderno em espiral contendo a inscrição "Revista Voto, Política e Negócios", contendo algumas inscrições a lápis, dentre as quais se destaca, ao lado de anotações de pagamentos e compromissos a expressão "Grupo PC Apolo" (evento 1, out53).

396. Em Juízo, Luiz Eduardo de Oliveira e Silva declarou que não teve relacionamentos com os sócios da Apolo Tubulars. E que soube por Eduardo Aparecido de Meira que a Credencial Construtora teve relacionamentos com a

Apolo no ano de 2009. Negou que estivesse presente em reunião havida entre Eduardo Aparecido de Meira e Carlos Eduardo de Sá Baptista. Foi efusivo quando perquirido a respeito da anotação "Grupo PC Apolo" no caderno apreendido em sua residência. Confirmou que José Dirceu de Oliveira e Silva utilizava as aeronaves de Julio Gerin de Almeida Camargo, porém afirmou que o uso dar-se-ia a título gratuito. Negou, em síntese, a prática de crimes (evento 310). De se admitir que a explicação apresentada para o uso das aeronaves soa extravagante, pois qualquer pessoa normal estranharia a generosidade dessa liberalidade.

397. Apesar da negativa na prática de crimes, os depoimentos dos colaboradores Milton Pascowitch e Julio Gerin de Almeida Camargo, e em menor grau, do coacusado Carlos Eduardo de Sá Baptista, aliados à prova do envolvimento circunstancial dele em alguns dos atos delitivos, são suficientes para concluir pela pertinência de Luiz Eduardo de Oliveira e Silva no grupo político comandado por José Dirceu de Oliveira e Silva e seu envolvimento, ainda que subsidiário, nos crimes.

398. Foi ele já inclusive condenado na ação penal nº 5045241-84.2015.404.7000 por crimes de lavagem, com o reconhecimento em cognição exauriente de sua pertinência ao grupo político de José Dirceu de Oliveira e Silva.

399. Como os pagamentos de propinas destinavam-se ao grupo político do qual fazia parte, deve responder, a título de participação, pelo crime de corrupção passiva e ainda pelos crimes de lavagem de dinheiro consistentes na utilização dissimulada das aeronaves de Julio Gerin de Almeida Camargo e no recebimento de valores previamente transferidos, com ocultação e dissimulação, para as contas da Credencial Construtora.

400. Como adiantado, o fato de não ser agente público não tem relevância, já que o crime de corrupção passiva caracteriza-se mesmo que a propina seja dirigida, a pedido do agente público, a terceiro, no caso o acusado e seu irmão José Dirceu de Oliveira e Silva. Aplicam-se os referidos artigos 29 e 30 do CP.

401. **Eduardo Aparecido de Meira** é sócio-administrador da Credencial Construtora (evento 1, out42). Reconheceu em seu interrogatório que o contrato de prestação de serviços formalizado entre a Auguri Empreendimentos, empresa de Julio Gerin de Almeida Camargo, e a Credencial Construtora era fictício, não tendo havido nenhum serviço prestado. O fato foi confirmado por Julio Gerin de Almeida Camargo, que alega que o instrumento contratual foi utilizado para o repasse dissimulado de propinas em benefício final de José Dirceu de Oliveira e Silva. Eduardo de Meira, ao contrário, alegou que apesar de o contrato ser fictício, os pagamentos tiveram causa lícita consistente na remuneração dos serviços de representação prestados pela Credencial Construtora à Apolo Tubulars. Ampla análise das provas constantes dos autos e realizada nos itens 263-299 acima permitiram concluir que os álibis apresentados pela Defesa de Eduardo Aparecido de Meira são falsos e que os pagamentos efetuados nas contas da Credencial serviram realmente para ocultar e dissimular vantagens indevidas direcionadas a José Dirceu de Oliveira e Silva e Luiz Eduardo de Oliveira e Silva.

402. Deve, assim, responder por cinco crimes de lavagem de dinheiro consistentes nas cinco transferências bancárias realizadas pela Auguri empreendimentos em favor da Credencial Construtora.

403. **Flávio Henrique de Oliveira Macedo** é sócio-administrador da Credencial Construtora (evento 1, out42). Reconheceu em seu interrogatório que o contrato de prestação de serviços formalizado entre a Auguri Empreendimentos, empresa de Julio Gerin de Almeida Camargo, e a Credencial Construtora era fictício, não tendo havido nenhum serviço prestado. O fato foi confirmado por Julio Gerin de Almeida Camargo, que alega que o instrumento contratual foi utilizado para o repasse dissimulado de propinas em benefício final de José Dirceu de Oliveira e Silva. Flávio Henrique de Macedo, ao contrário, alegou que apesar de o contrato ser fictício, os pagamentos tiveram causa lícita consistente na remuneração dos serviços de representação prestados pela Credencial Construtora à Apolo Tubulars. Ampla análise das provas constantes dos autos e realizada nos itens 263-299 acima permitiram concluir que os álibis apresentados pela Defesa de Flávio Henrique de Oliveira Macedo são falsos e que os pagamentos efetuados nas contas da Credencial serviram realmente para ocultar e dissimular vantagens indevidas direcionadas a José Dirceu de Oliveira e Silva e Luiz Eduardo de Oliveira e Silva.

404. Deve, assim, responder por cinco crimes de lavagem de dinheiro consistentes nas cinco transferências bancárias realizadas pela Auguri empreendimentos em favor da Credencial Construtora.

405. **Carlos Eduardo de Sá Baptista** era Presidente e membro do Conselho da Apolo Tubulars à época do contrato formalizado com a Petrobras objeto deste processo. Confirmou, em Juízo, que a Apolo Tubulars contratou Julio Gerin de Almeida Camargo como representante comercial para atuar junto à Petrobras, por ser ele notoriamente conhecido como representante de outras empresas junto à estatal e pela necessidade de destravar questões técnicas apostas pela Petrobras em desfavor da Apolo Tubulars. O cerne da sua Defesa consiste na tese de que o acusado desconhecia a atuação de Julio Gerin de Almeida Camargo em esquemas ilícitos envolvendo contratos firmados com a Petrobras, que os pagamentos a ele efetuados tiveram causa lícita consistente na sua efetiva atuação como representante comercial da Apolo Tubulars, e que desconhecia repasses a agentes da Petrobras ou a agentes políticos.

406. Julio Gerin de Almeida Camargo, em sede de colaboração e posteriormente perante este Juízo afirmou que efetivamente prestou os serviços pelos quais foi contratado e que os sócios da Apolo Tubulars desconheciam o pagamento de propinas no âmbito da contratação havida.

407. Carlos Eduardo de Sá Baptista ouvido desde a fase investigativa, manteve idêntica versão no sentido de que desconhecia o fato de que Julio Gerin de Almeida Camargo teria acertado com Renato de Souza Duque o pagamento de propinas em virtude do contrato firmado entre a Petrobras e a Apolo Tubulars (evento 1, out12, fls. 18 e seguintes).

408. Finda a instrução processual, subsiste fundada dúvida quanto à efetiva ciência do acusado no que diz respeito ao acertamento de propinas e posterior pagamento, mediante ocultação e dissimulação, de vantagens indevidas a

José Dirceu de Oliveira e Silva.

409. Em particular, o fato de o intermediador de propinas, Julio Gerin de Almeida Camargo, negar que os dirigentes da Apolo tinham conhecimento do repasse de propinas só poderia ser desconsiderado caso houvesse prova robusta em sentido contrário, o que não foi aqui produzido.

410. Sendo ônus da Acusação provar todos os elementos constitutivos do crime e havendo uma dúvida razoável quanto ao elemento subjetivo que favorece o acusado, impõe-se, por força do princípio da presunção de inocência, a sua absolvição.

411. A presunção de inocência é princípio cardeal no processo penal em um Estado Democrático de Direito.

412. Teve longo desenvolvimento histórico, sendo considerada uma conquista da humanidade. Embora sua origem perca-se no tempo, a formulação da máxima latina correspondente ("item quilbet presumitur innocens nisi probetur nocens") remonta ao trabalho do canonista francês Johannes Monachus, já no século XIV (sobre a origem da máxima PENNINGTON, Kenneth. *The Prince and the Law: 1200-1600: Sovereign and rights in the Western Legal Tradition*. Berkeley: University of California Press, 1993, 160-163).

413. A presunção de inocência, no processo criminal, é tanto uma regra de prova como um escudo contra a punição prematura (a expressão é de François Quintard-Morénas, *The presumption of Innocence in the French and Anglo-American Legal Traditions*. *The American Journal of Comparative Law* 58.1, 2010, 107-149, disponível em http://works.bepress.com/francois_quintard_morenas/1).

414. Como regra de prova, a melhor formulação é o "standard" anglo-saxônico, no sentido de que a responsabilidade criminal deve ser provada acima de qualquer dúvida razoável e que foi construído durante os séculos XVIII e XIX na Inglaterra e nos Estados Unidos (conforme, dentre outros, SHAPIRO, Barbara J. *Beyond reasonable doubt and probable cause: Historical perspectives on Anglo-American Law of evidence*. Los Angeles: University of California Press, 1991). Tal "standard" também foi consagrado no art. 66, item 3, do Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional ("Para proferir sentença condenatória, o Tribunal deve estar convencido de que o acusado é culpado, além de qualquer dúvida razoável").

415. Isso impõe a necessidade de um quadro probatório robusto, com provas de todos os elementos da acusação. As provas devem ser aptas a gerar a certeza da responsabilidade criminal da acusada, com o afastamento de todas as hipóteses contrárias, desde que razoáveis, a essa convicção.

416. No presente caso, não há prova deste nível em relação a Carlos Eduardo de Sá Baptista, impondo-se, portanto, a sua integral absolvição.

417. **Paulo Cesar Peixoto de Castro Palhares** integrava o Conselho de Administração do Grupo Peixoto de Castro Participações, holding da qual a Apolo Tubulars faz parte à época do contrato formalizado com a Petrobras objeto

deste processo. Confirmou, em Juízo, que a Apolo Tubulars contratou Julio Gerin de Almeida Camargo como representante comercial para atuar junto à Petrobras, por ser ele notoriamente conhecido como representante de outras empresas junto à estatal e pela necessidade de destravar questões técnicas apostas pela Petrobras em desfavor da Apolo Tubulars. O cerne da sua Defesa consiste na tese de que o acusado desconhecia a atuação de Julio Gerin de Almeida Camargo em esquemas ilícitos envolvendo contratos firmados com a Petrobras, que os pagamentos a ele efetuados tiveram causa lícita consistente na sua efetiva atuação como representante comercial da Apolo Tubulars, e que desconhecia repasses a agentes da Petrobras ou a agentes políticos.

418. Julio Gerin de Almeida Camargo, em sede de colaboração e posteriormente perante este Juízo afirmou que efetivamente prestou os serviços pelos quais foi contratado e que os sócios da Apolo Tubulars desconheciam o pagamento de propinas no âmbito da contratação havida.

419. Paulo Cesar Peixoto de Castro Palhares ouvido desde a fase investigativa, manteve idêntica versão no sentido de que desconhecia o fato de que Julio Gerin de Almeida Camargo teria acertado com Renato de Souza Duque o pagamento de propinas em virtude do contrato firmado entre a Petrobras e a Apolo Tubulars (evento 1, out12, fls. 43 e seguintes).

420. Finda a instrução processual, subsiste fundada dúvida quanto à efetiva ciência do acusado no que diz respeito ao acertamento de propinas e posterior pagamento, mediante ocultação e dissimulação, de vantagens indevidas a José Dirceu de Oliveira e Silva.

421. Sendo ônus da Acusação provar todos os elementos constitutivos do crime e havendo uma dúvida razoável quanto ao elemento subjetivo que favorece o acusado, impõe-se, por força do princípio da presunção de inocência, a sua absolvição.

422. Valem aqui os mesmos comentários traçados a respeito do princípio da presunção de inocência (itens 411-415, retro), retro, desnecessário aqui os repetir.

II.9

423. Por fim, afirma ainda o MPF que os acusados envolvidos no esquema criminoso da Petrobrás formavam uma associação criminosa organizada.

424. A imputação do crime de pertinência à organização criminosa do art. 2º da Lei nº 12.850/2013 limita-se aos acusados Paulo Cesar Peixoto de Castro Palhares, Carlos Eduardo de Sá Baptista, Eduardo Aparecido de Meira e Flávio Henrique de Oliveira Macedo.

425. Considerando-se que reputei não haver prova suficiente para a formação de um juízo condenatório em relação a Paulo Cesar Peixoto de Castro Palhares e Carlos Eduardo de Sá Baptista no que diz respeito às imputações de corrupção ativa e de lavagem de dinheiro, conforme cumpridamente fundamentado nos itens 405-422 acima, prejudicada a imputação do crime de pertinência à organização criminosa a ambos os acusados.

426. Não obstante isso, necessário recordar que o MPF optou, como estratégia de persecução, promover ações penais em separado contra os diversos envolvidos no esquema criminoso que vitimou a Petrobrás, a fim de evitar um gigantesto maxiprocessos, o que encontra abrigo no art. 80 do CPP.

427. Portanto, deve ser considerado que outros membros da associação criminosa já foram condenados em ações penais a parte por crimes associativos, conforme sentenças elencadas no evento 292.

428. Então preenchido o requisito legal do envolvimento de quatro ou mais pessoas na prática associativa, viabilizando a análise.

429. A Lei 12.850 foi publicada em 02/08/2013, entrando em vigor quarenta e cinco dias depois.

430. Ocorre que a própria denúncia reporta-se a vínculo associativo entre eles consubstanciado nos atos de corrupção e lavagem em série, entre o início de 2009 e 15/07/2013 (fls. 34 e 38 da denúncia). Literalmente:

"Diante desse quadro, tem-se que, no interregno compreendido entre, pelo menos, o início de 2009 e 15/07/2013, PAULO DE CASTRO, CARLOS EDUARDO DE SÁ, EDUARDO DE MEIRA e FLÁVIO MACEDO, em conjunto, dentre outros agentes, com JÚLIO CAMARGO, RENATO DUQUE, JOSÉ DIRCEU e LUIZ EDUARDO136, agindo em conluio e com unidade de desígnios, associaram-se entre si e com outros agentes em organização criminosa (...)"

431. Nessas condições, a Lei nº 12.850, de 02/08/2013, não tem aplicação, pois não pode retroagir.

432. Entretanto, tratando o crime de organização criminosa de mera forma sofisticada do de associação criminosa, necessário verificar o enquadramento no tipo penal anterior.

433. Não há falar que o crime de associação criminosa não está descrito na denúncia, uma vez que há elementos comuns as duas figuras típicas. O fato pode ser considerado nos termos do art. 383 do CPP.

434. O crime do art. 288 tem origem no crime de associação de malfeitores do Código Penal Francês de 1810 (art. 265. *Toute association de malfeiteurs envers les personnes ou les propriétés, es un crime contre la paix publique*”) e que influenciou a legislação de diversos outros países.

435. Comentando disposição equivalente no Código Penal italiano, transcrevo o seguinte comentário de Maria Luisa Cesoni:

"A infração de associação de malfeitores, presente nas primeiras codificações, visa a antecipar a intervenção penal, situando-a antes e independentemente do início da execução das infrações específicas." (CESONI, Maria Luisa. Éléments de Comparaison. In CESONI, Maria Luisa dir. Criminalite Organisee: des représentations sociales aux définitions juridiques. Paris: LGDJ, 2004, p. 515-516)

436. Em outras palavras, a idéia é permitir a atuação preventiva do Estado contra associações criminosas antes mesmo da prática dos crimes para os quais foram constituídas.

437. De certa forma, assemelhava-se aos crimes de conspiração do Direito anglo-saxão.

438. Talvez isso explique a dificuldade ou controvérsia na abordagem do crime de associação quando as infrações criminais para as quais ela tenha sido constituída já tenham ocorrido.

439. Afinal, nessa hipótese, a punição a título de associação criminosa já não é mais absolutamente necessária, pois os integrantes já podem ser responsabilizados pelos crimes concretamente praticados pelo grupo criminoso.

440. Apesar disso, tendo a associação criminosa sido erigida a crime autônomo, a prática de crimes concretos implica na imposição da sanção pelo crime do art. 288 em concurso material com as penas dos crimes concretamente praticados.

441. Deve-se, porém, nesses casos, ter extremo cuidado para não confundir associação criminosa com mera coautoria.

442. Para distingui-los, há que se exigir certa autonomia do crime de associação criminosa em relação aos crimes concretamente praticados.

443. Um elemento característico da existência autônoma da associação é a presença de um programa delitivo, não na forma de um estatuto formal, mas de um plano compartilhado para a prática de crimes em série e indeterminados pelo grupo criminoso.

444. Em casos conexos ao presente, restou provada a existência de um esquema criminoso no âmbito da Petrobrás, e que envolvia cartel, fraudes à licitação, pagamento de propinas a agentes públicos e a agentes políticos e lavagem de dinheiro.

445. Como revelado inicialmente por Paulo Roberto Costa e Alberto Youssef, grandes empreiteiras, em cartel, fraudavam licitações da Petrobrás, impondo o seu preço nos contratos. O esquema era viabilizado e tolerado por Diretores da Petrobrás, entre eles Paulo Roberto Costa, mediante pagamento de propina. Um percentual de 2% ou 3% sobre cada grande contrato era destinado a propina para os Diretores e outros empregados da Petrobras e ainda para agentes políticos que os sustentavam nos cargos.

446. Profissionais da lavagem encarregavam-se das transferências de valores, por condutas de ocultação e dissimulação, das empreiteiras aos beneficiários finais.

447. A investigação já originou dezenas de ações penais além da presente, envolvendo tanto executivos de outras empreiteiras, como outros intermediadores de propina e outros beneficiários, como apontado nos itens 51-56 e 115-127, retro.

448. Nesta ação penal, apuraram-se crimes de corrupção e de lavagem de dinheiro cometidos por uma empresa não participante do assim chamado cartel de empreiteiras, a Apolo Tubulars.

449. Em que pese tal fato, os sócios da Credencial Construtora, Eduardo Aparecido de Meira e Flávio Henrique de Oliveira Macedo tiveram vínculos comprovados com a JD Assessoria e Consultoria e com seus sócios José Dirceu de Oliveira e Silva e Luiz Eduardo de Oliveira e Silva desde pelos menos 2008 até 2012.

450. Nesse período, a Credencial Construtora recebeu cerca de R\$ 168.930,00, entre 05 de março de 2008 a 12 de novembro de 2008, da JD Assessoria e Consultoria em situações bastante suspeitas, em que aparentemente não houve efetiva prestação de serviços de consultoria.

451. No presente caso, comprovado o repasse de propinas no valor de R\$ 699.119,87, entre 02 de março de 2012 a 23 de julho de 2012, da Auguri Empreendimentos para a Credencial Construtora, e que tiveram como beneficiário final José Dirceu de Oliveira e Silva e Luiz Eduardo de Oliveira e Silva.

452. Há indícios de que a atuação da Credencial Construtora não se limitou, ainda, à vinculação com a JD Assessoria e com os acusados acima mencionados.

453. Conforme visto nos itens 252 e 284 retro, no processo 5048976-28.2015.404.7000, a pedido do MPF, foi decretada, em 08/10/2015, visando-se à apuração de pagamentos suspeitos efetuados pela empreiteira Mendes Junior a empresas com características de serem de fachada, a quebra do sigilo fiscal e bancário da Credencial, a partir da constatação de um pagamento, em 04/05/2012, de R\$ 1.525.124,00 a ela pela empreiteira Mendes Júnior.

454. A partir da quebra, constatado que a empresa recebeu, entre 26/12/2011 a 27/06/2013, R\$ 12.923.735,84, do Consórcio CMMS (formado pela Mendes Júnior, MPE e Setal).

455. Já reconhecido na sentença prolatada na ação penal 5012331-04.2015.4.04.7000, cópia no evento 292, sent2, que, no contrato do Consórcio CMMS pela Petrobras para a execução das Unidades de Hidrodessulfurização de Nafta Craqueada (HDS), foram pagas propinas para agentes da Diretoria de Engenharia e Serviços e da Diretoria de Abastecimento da Petrobrás.

456. A quebra também relevou que, entre 2006 a 2015, a empresa repassou cerca de 8,3 milhões de reais e 19,2 milhões de reais aos seus sócios Flávio Henrique de Oliveira Macedo e Eduardo Aparecido de Meira.

457. Também revelou, conforme já mencionado acima, que, entre 05/03/2008 a 12/11/2008, a Credencial transferiu R\$ 168.930,00 à empresa JD Assessoria e Consultoria, de José Dirceu de Oliveira e Silva.

458. Releva ainda destacar que a quebra de sigilo bancário da Credencial ainda revelou o recebimento por ela de valores milionários de diversas outras empresas:

- R\$ 2.932.831,27 da Isolux Projetos e Instalações, entre 07/10/2010 e 11/02/2011;

- R\$ 6.229.378,65 da Viabahia Concessionária de Rodovias, entre 03/07/2013 a 10/10/2013;

- R\$ 2.686.406,35 da PBTI Soluções Ltda. entre 29/04/2009 a 11/10/2010.

- R\$ 4.924.999,99 da Ação Informática Brasil Ltda. entre 19/04/2010 a 26/05/2010.

459. E, mais recentemente, no processo 5035133-59.2016.4.04.7000, surgiram indícios da utilização da Credencial para repasse de propinas e lavagem de dinheiro em contratos da Petróleo Brasileiro S/A - Petrobras com o Consórcio Integra Offshore para construção de duas FPSO's (Floating Production Storage Offloading) para exploração do petróleo na camada do Pré-Sal.

460. Constatado, assim, que a atuação dos sócios da Credencial, Eduardo Meira e Flávio Henrique de Macedo, não foi episódica ou limitada ao presente caso penal. Pelo contrário, identificada a participação de ambos também em favor de empresas cartelizadas, integrantes do esquema criminoso que vitimou a Petrobras, notadamente a Mendes Junior e o Consórcio CMMS (Mendes Junior, Setal e MPE).

461. E embora parcela desses fatos ainda esteja sob apuração, são eles suficientes para demonstrar a existência de um vínculo associativo entre os diversos envolvidos nos crimes, ainda que em subgrupos, e que transcende coautoria na prática dos crimes.

462. Afinal, pela complexidade, quantidade de crimes e extensão temporal da prática dos crimes, havia um desígnio autônomo para a prática de crimes em série e indeterminados contra Petrobras, objetivando o enriquecimento ilícito de todos os envolvidos, em maior ou menor grau. A ilustrar o fato, há casos de diretores da Petrobrás e operadores de propinas que se sucederam no esquema criminoso, sem prejuízo da continuidade da prática delitiva.

463. Os executivos de grandes empreiteiras nacionais se associaram para fraudar licitações, mediante ajuste, da Petrobrás, e pagar propinas aos dirigentes da Petrobrás, ainda se associando a operadores financeiros que se encarregavam, mediante condutas de ocultação e dissimulação, a lavar o produto dos crimes de cartel e ajuste fraudulento de licitação e providenciar a entrega do dinheiro aos destinatários.

464. Entre os executivos, já foram denunciados e condenados por crimes de corrupção, lavagem e associação criminosa dirigentes das empresas OAS, Camargo Correa, Odebrecht, Mendes Júnior, Engevix, SETAL e Galvão Engenharia (evento 292).

465. Como intermediadores de propinas, já foram denunciados e condenados entre outros Alberto Youssef, Fernando Antônio Falcão Soares, Júlio Gerin de Almeida Camargo, Milton Pascowitch (evento 292).

466. Como beneficiários de propinas, os Diretores da Petrobrás especialmente Paulo Roberto Costa, Renato de Souza Duque, Pedro José Barusco Filho, Nestor Cuñat Cerveró e Jorge Luiz Zelada e Eduardo Costa Vaz Musa e os ex-parlamentares federais Pedro da Silva Correa de Oliveira Andrade Neto, João Luiz Correia Argolo dos Santos e José Dirceu de Oliveira e Silva (evento 292).

467. Ilustrativamente, em exercício hipotético, pode-se cogitar de suprimir mentalmente os crimes concretos. Se os autores tivessem apenas se reunido e planejado a prática de tantos e tantos crimes contra a Petrobrás, a associação delitativa ainda seria reconhecida mesmo se os crimes planejados não tivessem sido concretizados.

468. É certo que nem todos os associados tinham igual conhecimento do esquema criminoso, mas isso é natural em decorrência da divisão de tarefas dentro do grupo criminoso.

469. Portanto, reputo provada a materialidade e a autoria do crime de associação criminosa do art. 288 do CP, com a redação anterior à Lei 12.850/2013, pois várias pessoas, entre elas os acusados Eduardo Aparecido de Meira e Flávio Henrique de Oliveira Macedo, se associaram em caráter duradouro para a prática de crimes em série contra a Petrobrás, entre eles crimes licitatórios, corrupção e lavagem de dinheiro. A responsabilização dos demais é objeto das referidas ações penais conexas.

470. Encerrada a análise da qualificação jurídica dos fatos e das responsabilidades individuais, tem-se:

a) Renato de Souza Duque responde pelo crime de corrupção passiva, devendo ser absolvido das imputações de lavagem de dinheiro;

b) José Dirceu de Oliveira e Silva responde pelo crime de corrupção passiva e pelos crimes de lavagem de dinheiro;

c) Luiz Eduardo de Oliveira e Silva responde pelo crime de corrupção passiva e pelos crimes de lavagem de dinheiro;

d) Eduardo Aparecido de Meira responde pelos crimes de lavagem de dinheiro e pelo crime de associação criminosa;

e) Flávio Henrique de Oliveira Macedo responde pelos crimes de lavagem de dinheiro e pelo crime de associação criminosa; e

f) Carlos Eduardo de Sá Baptista e Paulo Cesar Peixoto de Castro Palhares devem ser absolvidos das imputações dos crimes de corrupção ativa, lavagem de dinheiro e de pertinência à organização criminosa.

III. DISPOSITIVO

471. Ante o exposto, julgo **PARCIALMENTE PROCEDENTE** a pretensão punitiva.

472. **Absolvo** Paulo Cesar Peixoto de Castro Palhares e Carlos Eduardo de Sá Baptista de todas as imputações por falta de prova suficiente para condenação criminal (art. 386, VII, do CPP).

473. **Absolvo** Renato de Souza Duque das imputações do crime de lavagem de dinheiro por não existir prova de que concorreu para a infração penal (art. 386, V, do CPP).

474. **Condeno** Renato de Souza Duque por um crime de corrupção passiva do art. 317 do CP, por solicitar, para outrem, vantagem indevida acertada em decorrência do contrato formalizado entre a Apolo Tubulars e a Petrobras.

475. **Condeno** José Dirceu de Oliveira e Silva:

a) por um crime de corrupção passiva do art. 317 do CP, por receber, para si, vantagem indevida acertada em decorrência do contrato formalizado entre a Apolo Tubulars e a Petrobras;

b) crimes de lavagem de dinheiro do art. 1º, caput, da Lei n.º 9.613/1998, pelo recebimento de produto de crime de corrupção, mediante condutas de ocultação e dissimulação que lhe conferiram aparência lícita.

476. **Condeno** Luiz Eduardo de Oliveira e Silva:

a) por um crime de corrupção passiva do art. 317 do CP, por receber, para si ou para outrem, vantagem indevida acertada em decorrência do contrato formalizado entre a Apolo Tubulars e a Petrobras;

b) crimes de lavagem de dinheiro do art. 1º, caput, da Lei n.º 9.613/1998, pelo recebimento de produto de crime de corrupção, mediante condutas de ocultação e dissimulação que lhe conferiram aparência lícita.

477. **Condeno** Eduardo Aparecido de Meira:

a) por cinco crimes de lavagem de dinheiro do art. 1º, caput, da Lei n.º 9613/1998, pela intermediação de produto de crime de corrupção, mediante condutas de ocultação e dissimulação que lhe conferiram aparência lícita;

b) pelo crime de associação criminosa do art. 288 do CP, com redação anterior à vigência da Lei 12850/2013.

478. **Condeno** Flávio Henrique de Oliveira Macedo:

a) por cinco crimes de lavagem de dinheiro do art. 1º, caput, da Lei n.º 9613/1998, pela intermediação de produto de crime de corrupção, mediante condutas de ocultação e dissimulação que lhe conferiram aparência lícita;

b) pelo crime de associação criminosa do art. 288 do CP, com redação anterior à vigência da Lei 12850/2013.

479. Atento aos dizeres do artigo 59 do Código Penal e levando em consideração o caso concreto, passo à individualização e dosimetria das penas a serem impostas aos condenados.

480. Renato de Souza Duque

Para o **crime de corrupção passiva**: Renato de Souza Duque não tem antecedentes registrados no processo. As provas colacionadas neste mesmo feito indicam que passou a dedicar-se à prática sistemática de crimes no exercício do cargo de Diretor da Petrobrás, visando seu próprio enriquecimento ilícito e de terceiros, o que deve ser valorado negativamente a título de personalidade. Culpabilidade, conduta social, motivos, comportamento da vítima são elementos neutros. Circunstâncias devem ser valoradas negativamente. A prática do crime de corrupção envolveu o direcionamento de cerca de R\$ 2.144.227,73 pelo grupo político de José Dirceu de Oliveira e Silva por determinação da Diretoria de Serviços e Engenharia da Petrobrás, então ocupada pelo acusado. Mesmo considerando que neste caso não tenha sido comprovado que Renato de Souza Duque recebeu parcela desses valores para si, o montante ainda é elevado e somente foi pago em virtude de sua intervenção direta. Consequências devem ser valoradas negativamente, pois o custo da propina foi repassado à Petrobrás, já que calculada com base em percentual do contrato, com o que a estatal ainda arcou com o prejuízo no valor equivalente. A corrupção com pagamento de propina de mais de dois milhões de reais e tendo por consequência prejuízo equivalente aos cofres públicos merece reprovação especial. Considerando três vetoriais negativas, de especial reprovação, fixo, para o crime de corrupção passiva, pena de cinco anos de reclusão.

Não há atenuantes ou agravantes a serem consideradas.

Reputo não aplicável a causa de aumento prevista no parágrafo único do art. 317, § 1º, do CP, eis que não restou comprovada a prática ou omissão de ato de ofício com infração do dever funcional por parte de Renato de Souza Duque (itens 346-357).

Elevo a pena em um terço tendo em vista o disposto no art. 327, § 2º, do CP, já que o condenado era Diretor de sociedade de economia mista, resultando a pena em seis anos e oito meses.

Fixo multa proporcional para a corrupção em cento e quarenta dias multa.

Considerando a dimensão dos crimes e especialmente a capacidade econômica de Renato de Souza Duque, ex-Diretor da Petrobrás, fixo o dia multa em cinco salários mínimos vigentes ao tempo do último fato delitivo (07/2012).

Assim, reputo definitivas as penas de **Renato de Souza Duque em seis anos e oito meses de reclusão e cento e quarenta dias multa**.

Tendo em vista que as vetoriais do art. 59 do Código Penal não são favoráveis ao condenado, ao contrário são de especial reprovabilidade, com três vetoriais negativas, fixo, com base no art. 33, §3º, do Código Penal, o regime

inicial fechado para o cumprimento da pena. Sobre o tema, precedente do Supremo Tribunal Federal:

"A fixação do regime inicial de cumprimento da pena não está condicionada somente ao quantum da reprimenda, mas também ao exame das circunstâncias judiciais do artigo 59 do Código Penal, conforme remissão do art. 33, § 3º, do mesmo diploma legal." (HC 114.580/MS - Rel. Min. Rosa Weber - 1ª Turma do STF - por maioria - j. 23/04/2013)

Oportunamente, pelo Juízo de Execução, deve ser avaliada a possibilidade de unificação de penas com a condenação de Renato de Souza Duque nas ações penais 5012331-04.2015.4.04.7000 e 5045241-84.2015.404.7000, a fim de evitar apenamento excessivo.

481. José Dirceu de Oliveira e Silva

Para o crime de corrupção passiva: José Dirceu de Oliveira e Silva tem antecedentes criminais, já tendo sido condenado por corrupção passiva pelo Egrégio Supremo Tribunal Federal na Ação Penal 470 (evento 42). Conduta social, motivos, comportamento da vítima são elementos neutros. Circunstâncias devem ser valoradas negativamente. A prática do crime de corrupção envolveu o recebimento de R\$ 2.144.227,73 pelo acusado e seu grupo. Consequências também devem ser valoradas negativamente, pois o custo da propina foi repassado à Petrobrás, já que calculada com base em percentual do contrato, com o que a estatal ainda arcou com o prejuízo no valor equivalente. A corrupção com pagamento de propina de mais de dois milhões de reais e tendo por consequência prejuízo equivalente aos cofres públicos merece reprovação especial. **O mais perturbador**, porém, em relação a José Dirceu de Oliveira e Silva consiste no fato de que praticou o crime inclusive enquanto estava sendo processado e julgado pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal na Ação Penal 470, havendo registro de recebimento de propina, no presente caso, até pelo menos 23/07/2012. Nem o processo e o julgamento pela mais Alta Corte do País representou fator inibidor da reiteração criminosa, embora em outro esquema ilícito. Agiu, portanto, com culpabilidade extremada, o que também deve ser valorado negativamente. Tal vetorial também poderia ser enquadrada como negativa a título de personalidade. Considerando quatro vetoriais negativas, de especial reprovação, fixo, para o crime de corrupção ativa, pena de cinco anos e seis meses de reclusão.

Reduzo a pena em seis meses por ter ele mais de setenta anos na presente data, para cinco anos de reclusão.

Não há outras atenuantes ou agravantes a serem reconhecidas.

Reputo não aplicável a causa de aumento prevista no parágrafo único do art. 317, § 1º, do CP, ao contrário do que alega o MPF, eis que não restou comprovada a prática ou omissão de ato de ofício com infração do dever funcional por parte de Renato de Souza Duque (itens 346-357).

Elevo a pena em um terço tendo em vista o disposto no art. 327, § 2º, do CP, já que o condenado participou de crime de corrupção cujo autor era Diretor de sociedade de economia mista, resultando a pena em seis anos e oito meses de reclusão.

Fixo multa proporcional para a corrupção em cento e quarenta dias multa.

Considerando a dimensão dos crimes e especialmente a capacidade econômica de José Dirceu de Oliveira e Silva ilustrada pelos valores recebidos de propina, fixo o dia multa em cinco salários mínimos vigentes ao tempo do último fato delitivo (07/2012).

Para **os crimes de lavagem**: José Dirceu de Oliveira e Silva tem antecedentes criminais, já tendo sido condenado por corrupção passiva pelo Egrégio Supremo Tribunal Federal na Ação Penal 470 (evento 42). Conduta social, motivos e comportamento da vítima são elementos neutros. Circunstâncias são normais, pois os atos de lavagem imputados ao condenado, ocultação e dissimulação por meio de um contrato simulado e pagamento subreptício de voos em aeronave executiva não se revestem de especial complexidade. Consequências devem ser valoradas negativamente. A lavagem envolve a quantia substancial de cerca de R\$ 2.144.227,73. A lavagem de significativa quantidade de dinheiro merece reprovação a título de consequências. **O mais perturbador**, porém, em relação a José Dirceu de Oliveira e Silva consiste no fato de que praticou o crime inclusive enquanto estava sendo processado e julgado pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal na Ação Penal 470, havendo registro de recebimento de propina, no presente caso, até pelo menos 23/07/2012. Nem o processo e o julgamento pela mais Alta Corte do País representou fator inibidor da reiteração criminosa, embora em outro esquema ilícito. Agiu, portanto, com culpabilidade extremada, o que também deve ser valorado negativamente. Tal vetorial também poderia ser enquadrada como negativa a título de personalidade. Considerando três vetoriais negativas, de especial reprovação, fixo, para o crime de lavagem de dinheiro, pena de cinco anos de reclusão.

Reconheço a atenuante do art. 65, I, do CP, por ter ele mais de setenta anos na presente data, reduzindo a sua pena em seis meses, para quatro anos e seis meses.

Não há outras atenuantes ou agravantes a serem reconhecidas.

Fixo multa proporcional para a lavagem em cem dias multa.

Entre todos os crimes de lavagem, reconheço continuidade delitiva. Considerando a quantidade de crimes, foram cinco repasses, com ocultação e dissimulação para a Credencial, mais dezenas de repasses com a contraprestação dissimulada em aeronaves de Júlio Camargo, elevo a pena do crime mais grave em 2/3, chegando ela a sete anos e seis meses de reclusão e cento e sessenta e seis dias multa.

Considerando a dimensão dos crimes e especialmente a capacidade econômica de José Dirceu de Oliveira e Silva ilustrada pelos valores recebidos de propina, fixo o dia multa em cinco salários mínimos vigentes ao tempo do último fato delitivo (07/2012).

Reconhecido o concurso formal entre os crimes de corrupção e lavagem, unifico as penas de ambos pela regra do art. 70 do Código Penal. Sendo um crime de corrupção em concurso formal com dezenas de lavagem, porém,

elevo as penas do crimes mais grave, de lavagem, de sete anos e seis meses de reclusão, até metade, para **onze anos e três meses de reclusão e duzentos e quarenta e nove dias multa**, que reputo definitivas para **José Dirceu de Oliveira e Silva**.

Considerando as regras do art. 33 do Código Penal, fixo o regime fechado para o início de cumprimento da pena. A progressão de regime para a pena de corrupção fica, em princípio, condicionada à reparação do dano nos termos do art. 33, §4º, do CP.

482. **Luiz Eduardo de Oliveira e Silva**

Para o **crime de corrupção passiva**: Luiz Eduardo de Oliveira e Silva não tem antecedentes criminais registrados no processo. Personalidade, culpabilidade, conduta social, motivos, comportamento da vítima são elementos neutros. Circunstâncias devem ser valoradas negativamente. A prática do crime de corrupção envolveu o recebimento de R\$ 2.144.227,73 pelo acusado e grupo ao qual integrava. Consequências também devem ser valoradas negativamente, pois o custo da propina foi repassado à Petrobrás, através da cobrança de preço superior à estimativa, aliás propiciado pela corrupção, já que calculada com base em percentual do contrato, com o que a estatal ainda arcou com o prejuízo no valor equivalente. A corrupção com pagamento de propina de mais de dois milhões de reais e tendo por consequência prejuízo equivalente aos cofres públicos merece reprovação especial. Considerando duas vetoriais negativas, de especial reprovação, fixo, para o crime de corrupção ativa, pena de três anos e seis meses de reclusão.

Não há atenuantes ou agravantes a serem reconhecidas.

Reputo não aplicável a causa de aumento prevista no parágrafo único do art. 317, § 1º, do CP, ao contrário do que alega o MPF, eis que não restou comprovada a prática ou omissão de ato de ofício com infração do dever funcional por parte de Renato de Souza Duque (itens 346-357).

Elevo a pena em um terço tendo em vista o disposto no art. 327, § 2º, do CP, já que o condenado participou de crime de corrupção cujo autor era Diretor de sociedade de economia mista, resultando a pena em quatro anos e oito meses de reclusão.

Fixo multa proporcional para a corrupção em cem dias multa.

Considerando a falta de melhores informações sobre a situação econômica de Luiz Eduardo de Oliveira e Silva, mas considerando a movimentação financeira da JD Assessoria, da qual é sócio, fixo o dia multa em dois salários mínimos vigentes ao tempo do último fato delitivo (07/2012).

Para os **crimes de lavagem**: Luiz Eduardo de Oliveira e Silva não tem antecedentes criminais registrados no processo. Personalidade, culpabilidade, conduta social, motivos, comportamento da vítima são elementos neutros. Circunstâncias são normais, pois os atos de lavagem imputados ao condenado, ocultação e dissimulação por meio de um contrato simulado e pagamento subreptício de voos em aeronave executiva não se revestem de especial

complexidade. Consequências devem ser valoradas negativamente. A lavagem envolve a quantia substancial de cerca de R\$ 2.144.227,73. A lavagem de significativa quantidade de dinheiro merece reprovação a título de consequências. Considerando uma vetorial negativa, de especial reprovação, fixo, para o crime de lavagem de dinheiro, pena de quatro anos de reclusão.

Não há outras agravantes ou atenuantes.

Fixo multa proporcional para a lavagem em sessenta dias multa.

Entre todos os crimes de lavagem, reconheço continuidade delitiva. Considerando a quantidade de crimes, foram cinco repasses, com ocultação e dissimulação para a Credencial, mais dezenas de repasses com a contraprestação dissimuladas em aeronaves de Júlio Camargo, elevo a pena do crime mais grave em 2/3, chegando ela a seis anos e oito meses de reclusão e cem dias multa.

Considerando a falta de melhores informações sobre a situação econômica de Luiz Eduardo de Oliveira e Silva, mas considerando a movimentação financeira da JD Assessoria, da qual é sócio, fixo o dia multa em dois salários mínimos vigentes ao tempo do último fato delitivo (07/2012).

Reconhecido o concurso formal entre os crimes de corrupção e lavagem, unifico as penas de ambos pela regra do art. 70 do Código Penal. Sendo um crime de corrupção em concurso formal com dezenas de lavagem, porém, elevo as penas do crimes mais grave, de lavagem, de seis anos e oito meses, em metade, para **dez anos e cento e cinquenta dias multa**, que reputo definitivas para **Luiz Eduardo de Oliveira e Silva**.

Considerando as regras do art. 33 do Código Penal, fixo o regime fechado para o início de cumprimento da pena. A progressão de regime para a pena de corrupção fica, em princípio, condicionada à reparação do dano nos termos do art. 33, §4º, do CP.

483. Eduardo Aparecido de Meira

Para os **crimes de lavagem de dinheiro**: Eduardo Aparecido de Meira não tem antecedentes registrados no processo. As provas colacionadas neste mesmo feito indicam que, em sua atividade de intermediação de contratos com a empresa estatal, fez do recurso ao crime de lavagem uma prática sistemática, visando seu próprio enriquecimento ilícito e de terceiros, o que deve ser valorado negativamente a título de personalidade ou culpabilidade. Conduta social, motivos, comportamento da vítima são elementos neutros. Circunstâncias são normais, pois os atos de lavagem imputados ao condenado, ocultação e dissimulação por meio de um contrato simulado e repasse ao destinatário final por meio de diversos saques em espécie não se revestem de especial complexidade. Consequências devem ser valoradas negativamente. A lavagem envolve a quantia substancial de cerca de R\$ R\$ 699.119,87. A lavagem de significativa quantidade de dinheiro merece reprovação a título de consequências. Considerando duas vetoriais negativas, de especial reprovação, fixo, para o crime de lavagem de dinheiro, pena de quatro anos e seis meses de reclusão.

Não há atenuantes ou agravantes a serem consideradas.

Fixo multa proporcional para a lavagem em cem dias multa.

Considerando que a quebra de sigilo bancário e fiscal da Credencial revelou o recebimento, entre 2006 a 2015, de cerca de 19,2 milhões de reais ao seu sócio Eduardo Aparecido de Meira (cf. item 456), sendo que pelo menos parte deve ter ficado com ele, o que é indicativo de elevada capacidade econômica, fixo o dia multa em cinco salários mínimos vigentes ao tempo do último fato delitivo (07/2012).

Entre os cinco crimes de lavagem, reconheço continuidade delitiva. Considerando a quantidade de crimes, cinco, elevo a pena do crime em 2/3, chegando ela a sete anos e seis meses de reclusão e cento e sessenta e seis dias multa.

Para o **crime de associação criminosa**: Eduardo Aparecido de Meira não tem antecedentes registrados no processo. As provas colacionadas neste mesmo feito indicam que, em sua atividade de intermediação de contratos com a empresa estatal, fez do recurso ao crime de lavagem uma prática sistemática, visando seu próprio enriquecimento ilícito e de terceiros, o que deve ser valorado negativamente a título de personalidade ou culpabilidade. Conduta social, motivos, comportamento da vítima e consequências são elementos neutros. Considerando que não se trata de grupo criminoso complexo, ou seja, com estrutura rígida e hierarquizada, circunstâncias não devem ser valoradas negativamente. Considerando uma vetorial negativa, fixo, para o crime de associação criminosa, pena de um ano e três meses de reclusão.

Não há agravantes ou atenuantes, nem causas de aumento ou diminuição, motivo pelo qual, para o crime de associação criminosa, a pena definitiva é de um ano e três meses de reclusão.

Entre os crimes de lavagem de dinheiro e de associação criminosa, há concurso material, motivo pelo qual as penas somadas chegam a **oito anos e nove meses de reclusão e cento e sessenta e seis dias multa**, que reputo definitivas para Eduardo Aparecido de Meira.

Considerando as regras do art. 33 do Código Penal, fixo o regime fechado para o início de cumprimento da pena.

484. Flávio Henrique de Oliveira Macedo

Para os **crimes de lavagem de dinheiro**: Flávio Henrique de Oliveira Macedo não tem antecedentes registrados no processo. As provas colacionadas neste mesmo feito indicam que, em sua atividade de intermediação de contratos com a empresa estatal, fez do recurso ao crime de lavagem uma prática sistemática, visando seu próprio enriquecimento ilícito e de terceiros, o que deve ser valorado negativamente a título de personalidade ou culpabilidade. Conduta social, motivos, comportamento da vítima são elementos neutros. Circunstâncias são normais, pois os atos de lavagem imputados ao condenado, ocultação e dissimulação por meio de um contrato simulado e repasse ao destinatário final por meio de diversos saques em espécie não se revestem de especial complexidade. Consequências devem ser valoradas negativamente. A lavagem envolve a quantia substancial de cerca de R\$ R\$ 699.119,87. A lavagem

de significativa quantidade de dinheiro merece reprovação a título de consequências. Considerando duas vetoriais negativas, de especial reprovação, fixo, para o crime de lavagem de dinheiro, pena de quatro anos e seis meses de reclusão.

Não há atenuantes ou agravantes a serem consideradas.

Fixo multa proporcional para a lavagem em cem dias multa.

Considerando que a quebra de sigilo bancário e fiscal da Credencial revelou o recebimento, entre 2006 a 2015, de cerca de 8,3 milhões de reais ao seu sócio Flávio Henrique de Oliveira Macedo (cf. item 456), sendo que pelo menos parte deve ter ficado com ele, o que é indicativo de elevada capacidade econômica, fixo o dia multa em cinco salários mínimos vigentes ao tempo do último fato delitivo (07/2012).

Entre os cinco crimes de lavagem, reconheço continuidade delitiva. Considerando a quantidade de crimes, cinco, elevo a pena do crime em 2/3, chegando ela a sete anos e seis meses de reclusão e cento e sessenta e seis dias multa.

Para o **crime de associação criminosa**: Flávio Henrique de Oliveira Macedo não tem antecedentes registrados no processo. As provas colacionadas neste mesmo feito indicam que, em sua atividade de intermediação de contratos com a empresa estatal, fez do recurso ao crime de lavagem uma prática sistemática, visando seu próprio enriquecimento ilícito e de terceiros, o que deve ser valorado negativamente a título de personalidade ou culpabilidade. Conduta social, motivos, comportamento da vítima e consequências são elementos neutros. Considerando que não se trata de grupo criminoso complexo, ou seja, com estrutura rígida e hierarquizada, circunstâncias não devem ser valoradas negativamente. Considerando uma vetorial negativa, fixo, para o crime de associação criminosa, pena de um ano e três meses de reclusão.

Não há agravantes ou atenuantes, nem causas de aumento ou diminuição, motivo pelo qual, para o crime de associação criminosa, a pena definitiva é de um ano e três meses de reclusão.

Entre os crimes de lavagem de dinheiro e de associação criminosa, há concurso material, motivo pelo qual as penas somadas chegam a **oito anos e nove meses de reclusão e cento e sessenta e seis dias multa**, que reputo definitivas para Flávio Henrique de Oliveira Macedo.

Considerando as regras do art. 33 do Código Penal, fixo o regime fechado para o início de cumprimento da pena.

485. Em decorrência da condenação pelo crime de lavagem, decreto, com base no art. 7º, II, da Lei nº 9.613/1998, a interdição de José Dirceu de Oliveira e Silva, Luiz Eduardo de Oliveira e Silva, Eduardo Aparecido de Meira e Flávio Henrique de Oliveira Macedo para o exercício de cargo ou função pública ou de diretor, membro de conselho ou de gerência das pessoas jurídicas referidas no art. 9º da mesma lei pelo dobro do tempo da pena privativa de liberdade.

486. O período em que os condenados encontram-se ou ficaram presos, deve ser computado para fins de detração da pena (itens 44-46).

487. Considerando a gravidade em concreto dos crimes em questão e que os condenados Eduardo Aparecido de Meira e Flávio Henrique de Oliveira Macedo estavam envolvidos na prática habitual, sistemática e profissional de crimes contra a Petrobras, fica mantida, nos termos da decisão de 19/05/2016, evento 3 do processo 5022192-77.2016.404.7000, a prisão preventiva decretada contra os dois.

488. Remeto aos argumentos daquela decisão quanto aos fundamentos da preventiva. Quanto aos pressupostos, boas provas de materialidade e autoria, foram elas reforçadas, pois com a sentença se tem agora certeza da prática dos crimes, ainda que ela esteja sujeita a recursos.

489. Agrego que, em um esquema criminoso de maxipropina e maxilavagem de dinheiro, é imprescindível a prisão cautelar para proteção da ordem pública, seja pela gravidade concreta dos crimes, seja para prevenir reiteração delitiva, incluindo a prática de novos atos de lavagem do produto do crime ainda não recuperado.

490. Estivessem eles envolvidos somente nos crimes que constituem objeto deste processo, corrupção e lavagem de cerca de dois milhões de reais, seria o caso, apesar da gravidade em concreto, de admitir o apelo em liberdade.

491. Entretanto, há indícios, como já exposto nos itens 452-460, de que o agir criminoso de Eduardo Aparecido de Meira e de Flávio Henrique de Oliveira Macedo não se limitou aos estritos fatos deste processo criminal.

492. Com efeito, há indícios significativos de que a Credencial Construtora foi utilizada reiteradamente pelos seus sócios para o repasse dissimulado de valores de origem ilícita relacionados ou não ao esquema que vitimou a Petrobras.

493. Conforme visto no item 453, no processo 5048976-28.2015.404.7000, a pedido do MPF, foi decretada, em 08/10/2015, visando-se à apuração de pagamentos suspeitos efetuados pela empreiteira Mendes Junior a empresas com características de serem de fachada, a quebra do sigilo fiscal e bancário da Credencial, a partir da constatação de um pagamento, em 04/05/2012, de R\$ 1.525.124,00 a ela pela empreiteira Mendes Júnior.

494. A partir da quebra, constatado que a empresa recebeu, entre 26/12/2011 a 27/06/2013, R\$ 12.923.735,84, do Consórcio CMMS (formado pela Mendes Júnior, MPE e Setal).

495. Já reconhecido na sentença prolatada na ação penal 5012331-04.2015.4.04.7000, cópia no evento 292, sent2, que, no contrato do Consórcio CMMS pela Petrobras para a execução das Unidades de Hidrodessulfurização de Nafta Craqueada (HDS), foram pagas propinas para agentes da Diretoria de Engenharia e Serviços e da Diretoria de Abastecimento da Petrobrás.

496. Até o momento não foi dada qualquer explicação por Eduardo Aparecido de Meira e de Flávio Henrique de Oliveira Macedo acerca da causa do recebimento desses aludidos R\$ 12.923.735,84, do Consórcio CMMS e há fundada suspeita, baseada inclusive em depoimento de Augusto Ribeiro de Mendonça Neto de que trata de outros repasses de propina em contratos da Petrobrás (termo de colaboração complementar nº 04, evento 1, out46).

497. Releva ainda destacar que a quebra de sigilo bancário da Credencial ainda revelou o recebimento por ela de valores milionários de diversas outras empresas, havendo também em relação a esses repasses fundada suspeita de que não dispõem de causa lícita.

- R\$ 2.932.831,27 da Isolux Projetos e Instalações, entre 07/10/2010 e 11/02/2011;

- R\$ 6.229.378,65 da Viabahia Concessionária de Rodovias, entre 03/07/2013 a 10/10/2013;

- R\$ 2.686.406,35 da PBTI Soluções Ltda. entre 29/04/2009 a 11/10/2010.

- R\$ 4.924.999,99 da Ação Informática Brasil Ltda. entre 19/04/2010 a 26/05/2010.

498. E, mais recentemente, no processo 5035133-59.2016.4.04.7000, surgiram indícios da utilização da Credencial para repasse de propinas e lavagem de dinheiro em contratos da Petróleo Brasileiro S/A - Petrobras com o Consórcio Integra Offshore para construção de duas FPSO's (Floating Production Storage Offloading) para exploração do petróleo na camada do Pré-Sal.

499. Embora parcela desses fatos ainda esteja sob investigação, são eles suficientes para indicar que a atuação ilícita de Eduardo Aparecido de Meira e de Flávio Henrique de Oliveira Macedo extravasou o estrito objeto deste processo criminal.

500. Há indícios de que se tratam de profissionais da lavagem de dinheiro e da intermediação de propinas em contratos públicos.

501. Manter a prisão preventiva em um quadro de corrupção e lavagem de dinheiro sistêmica é aplicação ortodoxa da lei processual penal (art. 312 do CPP).

502. Assim, excepcional não é a prisão cautelar, mas o grau de deterioração da coisa pública revelada pelos processos na Operação Lavajato, com prejuízos já assumidos de cerca de seis bilhões de reais somente pela Petrobrás e a possibilidade, segundo investigações em curso no Supremo Tribunal Federal, de que os desvios tenham sido utilizados para pagamento de propina a dezenas de parlamentares, comprometendo a própria qualidade de nossa democracia.

503. Tais elementos reforçam os fundamentos da preventiva, acentuando os riscos à ordem pública, razão pela qual **deverão** Eduardo Aparecido de Meira e Flávio Henrique de Oliveira Macedo permanecer presos cautelarmente

em eventual fase recursal.

504. Oportuno destacar que a prisão preventiva de ambos já foi inclusive objeto de análise pelo Egrégio Tribunal Federal da 4ª Região e pelo Egrégio Superior Tribunal de Justiça, com a manutenção, em ambas as ocasiões, da custódia cautelar decretada por este Juízo a pedido do Ministério Público Federal.

505. Em relação a Flávio Henrique de Oliveira Macedo, destaco as decisões denegatórias do Egrégio Tribunal Regional Federal da 4ª Região no HC 5025381-14.2016.404.0000 (Rel. Des. Federal João Pedro Gebran Neto, 8ª Turma do TRF4, un., j. 27/07/2016), e do Egrégio Superior Tribunal de Justiça no RHC 75.797 (Rel. Ministro Felix Fischer, 5ª Turma do STJ, un., j. 29/11/2016), conforme evento 93 da busca e apreensão nº 5022192-77.2016.404.7000.

506. E igualmente entendeu em relação a Eduardo Aparecido de Meira, o Egrégio Tribunal Federal da 4ª Região no HC 5027988-97.2016.404.0000 (Rel. Des. Federal João Pedro Gebran Neto, 8ª Turma do TRF4, un., j. 27/07/2016), e o Egrégio Superior Tribunal de Justiça no RHC 75.286 (Rel. Ministro Felix Fischer, 5ª Turma do STJ, un., j. 08/11/2016), conforme evento 91 da busca e apreensão nº 5022192-77.2016.404.7000. O saudoso Ministro Teori Zavascki indeferiu, ainda, pedido de liminar no HC 138.850, em decisão proferida na data de 05/12/2016.

507. Na fase de investigação da Operação Lavajato, foi decretada, a pedido do Ministério Público Federal, a prisão preventiva de Renato de Souza Duque no processo 5073475-13.2014.404.7000 (evento 173). A prisão, precedida por temporária, foi implementada em 14/11/2014. Em 02/12/2014, o acusado foi solto por liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal no HC 125.555. Em decorrência de fatos novos, foi novamente, a pedido do Ministério Público Federal, decretada a prisão preventiva de Renato de Souza Duque por decisão de 13/03/2015 no processo 5012012-36.2015.4.04.7000. A prisão foi implementada em 16/03/2015 e ele remanesce preso. A referida prisão cautelar é instrumental para ação penal 5012331-04.2015.4.04.7000 na qual ele já foi condenado. Foi a nova prisão cautelar em questão mantida em todas as instâncias do Poder Judiciário, inclusive quando novamente submetida ao Egrégio Supremo Tribunal Federal no HC 130.106 (Rel. Min. Teori Zavascki, 2ª Turma do STF, un., j. 23/02/2016). Transcreve-se a ementa:

"HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. PRISÃO PREVENTIVA. SUPERVENIÊNCIA DE NOVO DECRETO DE PRISÃO QUE MANTÉM BASICAMENTE OS FUNDAMENTOS DA CUSTÓDIA CAUTELAR ANTERIOR. PRESERVAÇÃO DA COMPETÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. FUNDADO RECEIO DE REITERAÇÃO DELITIVA. INDÍCIOS DA PRÁTICA DE CRIMES DE LAVAGEM DE DINHEIRO QUANDO JÁ DEFLAGRADA A INVESTIGAÇÃO CONTRA O PACIENTE. ORDEM DENEGADA. 1. Na superveniência de fatos novos, nada impede o decreto de nova prisão preventiva, como prevê, aliás, o art. 316 do Código de Processo Penal. Todavia, é incabível que eventual superveniência de novo ato construtivo concorra – mesmo involuntariamente – para limitar o exercício da competência do Supremo Tribunal Federal na apreciação de habeas corpus impetrado contra o primeiro decreto de prisão. A

perda de interesse do habeas corpus somente se justifica quando o novo título prisional invocar fundamentos indubitavelmente diversos do decreto de prisão originário. Precedentes.

2. A prisão preventiva supõe prova da existência do crime (materialidade) e indício suficiente de autoria; todavia, por mais grave que seja o ilícito apurado e por mais robusta que seja a prova de autoria, esses pressupostos, por si sós, são insuficientes para justificar o encarceramento preventivo. A eles deverá vir agregado, necessariamente, pelo menos mais um dos seguintes fundamentos, indicativos da razão determinante da medida cautelar: (a) a garantia da ordem pública, (b) a garantia da ordem econômica, (c) a conveniência da instrução criminal ou (d) a segurança da aplicação da lei penal.

3. Os fundamentos utilizados revelam-se idôneos para manter a segregação cautelar do paciente, na linha de precedentes desta Corte. Os fatos expostos nas decisões proferidas pelo magistrado de primeiro grau e na denúncia oferecida indicam a suposta prática de diversos crimes de corrupção passiva e de lavagem de dinheiro, inclusive em período recente, quando os fatos imputados ao paciente já estavam sob investigação. 4. Habeas corpus conhecido, porém denegada a ordem."

508. Com o julgamento do presente caso, mais uma vez caracterizada a prática habitual de delitos e o papel central de Renato de Souza Duque no recebimento de propinas nos contratos da Petrobrás e na solicitação dessas mesmas propinas para agentes políticos. Considerando que a nova condenação confirma o papel central de Renato de Souza Duque no esquema criminoso da Petrobrás e a prática habitual por ele de crimes de corrupção e de lavagem, estendo a prisão preventiva decretada na decisão de 13/03/2015, do processo 5012012-36.2015.4.04.7000, a este feito, remetendo também aos demais fundamentos ali expostos. Em particular, chama a atenção o fato de que Renato de Souza Duque, titular de ativos secretos milionários no exterior, realizou movimentações nas contas, buscando dissipá-los, mesmo durante as investigações.

509. Assim e com base no art. 387, §1º, do CPP, Renato de Souza Duque e Silva não poderá apelar em liberdade. **Expeça** a Secretaria novo mandado de prisão preventiva, com relação a este feito. Concomitantemente, **expeça-se** guia de execução provisória desta condenação, a fim de permitir, com a unificação da condenação na ação penal 5012331-04.2015.4.04.7000, que o condenado possa fruir dos benefícios do progressivo cumprimento das penas.

510. Na fase de investigação da Operação Lavajato, foi decretada, a pedido da autoridade policial e do Ministério Público Federal, a prisão preventiva do condenado José Dirceu de Oliveira e Silva (decisão de 27/07/2015, evento 10, do processo 5031859-24.2015.4.04.7000). A prisão foi implementada em 03/08/2015 e ele remanesce preso. A referida prisão cautelar é instrumental para a ação penal 5045241-84.2015.4.04.7000 na qual ele já foi condenado.

511. A prisão em questão foi mantida nas esferas recursais, tanto no Egrégio Tribunal Regional Federal da 4ª Região (HC 5034542-82.2015.4.04.0000, Rel. Des. Federal João Pedro Gebran Neto, 8ª Turma do TRF4, un., j. 14/10/2015), como no Egrégio Superior Tribunal de Justiça (RHC 65.616, Rel. Min. Felix Fischer, 5ª Turma do STJ, un., j. De 21/06/2016). O saudoso Ministro Teori Zavascki indeferiu, ainda, pedido de liminar da Defesa de José Dirceu de Oliveira e Silva no HC 137.728, decisão de 11/10/2016. Posteriormente, o Ministro Edson Fachin negou seguimento ao referido habeas corpus, por considerar ter havido

supressão de instância, em decisão proferida na data de 21/02/2017, agravada. Quando da manutenção da prisão preventiva na prolação da sentença na referida ação penal, restou consignado:

"917. Agrego que, em um esquema criminoso de maxipropina e maxilavagem de dinheiro, é imprescindível a prisão cautelar para proteção da ordem pública, seja pela gravidade concreta dos crimes, seja para prevenir reiteração delitiva, incluindo a prática de novos atos de lavagem do produto do crime ainda não recuperado.

918. A necessidade da prisão cautelar decorre ainda do fato de José Dirceu de Oliveira e Silva ser recorrente em escândalos criminais, já tendo sido condenado na Ação Penal 470 por corrupção no escândalo criminal denominado de "Mensalão" e agora no presente caso. Aliás, como apontado (especialmente itens 486-499), persistiu recebendo propina do esquema criminoso da Petrobrás mesmo durante o julgamento pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal da Ação Penal 470, com os últimos pagamentos recebidos em 20/10 e 13/11/2013. Se nem o fato de ter sido condenado pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal serviu para impedir que persistisse recebendo propina em outros esquemas criminosos, forçoso concluir que a prisão cautelar é meio necessário para interromper o seu estilo de vida criminoso.

919. Agregue-se que o produto do crime não foi recuperado, o que significa que está sujeito a novos esquemas de lavagem de dinheiro, e foram colhidas provas, em cognição sumária, de que José Dirceu de Oliveira e Silva teria recebido propina em outros esquemas criminosos em investigação (v.g. das empresas Hope Recursos Humanos e a Personal Service), não se tendo ainda determinado a extensão de todas as suas possíveis atividades criminosas".

512. Com o julgamento do presente caso, mais uma vez caracterizada a prática habitual de delitos e o papel central de José Dirceu de Oliveira e Silva no recebimento de propinas nos contratos da Petrobrás, eis que era considerado o responsável pela indicação e pela sustentação política de Renato de Souza Duque no cargo de Diretor de Serviços da Petrobras. Considerando que a nova condenação confirma o papel central de José Dirceu de Oliveira e Silva no esquema criminoso da Petrobrás e a prática habitual por ele de crimes de corrupção e de lavagem, estendo a prisão preventiva decretada na decisão de 27/07/2015, evento 10, do processo 5031859-24.2015.404.7000, a este feito, remetendo também aos demais fundamentos ali expostos. Em particular, chama a atenção, em relação a José Dirceu de Oliveira e Silva, o fato de que ele recebeu vantagem indevida, no presente caso, inclusive durante o ano de 2012, ou seja enquanto processado e submetido a julgamento, pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal, na Ação Penal 470, havendo registro de recebimento de propina, no presente caso, até pelo menos 23/07/2012. Em outras palavras, nem o processo e o julgamento pela mais Alta Corte do País representou fator inibidor da reiteração criminosa, embora em outro esquema ilícito.

513. Assim e com base no art. 387, §1º, do CPP, José Dirceu de Oliveira e Silva não poderá apelar em liberdade. **Expeça** a Secretaria novo mandado de prisão preventiva, com relação a este feito. Concomitantemente, **expeça-se** guia de execução provisória desta condenação, a fim de permitir, com a unificação da condenação na ação penal 5045241-84.2015.404.7000, que o condenado possa fruir dos benefícios do progressivo cumprimento das penas.

514. A propina paga no presente processo foi de R\$ 2.144.227,73 (item 333).

515. Considerando a previsão legal do art. 91, § 2º, do CP, relativamente ao confisco de bens ou valores equivalentes ao "produto ou proveito do crime quanto estes não foram encontrados ou quando se localizarem no exterior", o patrimônio dos condenados, ainda que sem origem criminosa comprovada, fica sujeito ao confisco criminal até completar o montante de R\$ 2.144.227,73. Desde logo e considerando que dinheiro é fungível, decreto o confisco dos seguintes valores bloqueados nas contas dos condenados (evento 35 do processo 5022192-77.2016.4.04.7000):

- R\$ 687.985,92 na conta da empresa Credencial no Banco Santander;

- R\$ 173.540,00 na conta de Eduardo Aparecido de Meira no Banco Santander; e

- R\$ 179.194,64 na conta de Flávio Henrique de Oliveira Macedo no Banco Santander.

516. O confisco reverterá em favor da vítima, a Petróleo Brasileiro S/A - Petrobrás.

517. Com base no art. 387, IV, do CPP, fixo em R\$ 2.144.227,73 o valor mínimo necessário para indenização dos danos decorrentes dos crimes, a serem pagos à Petrobras, o que corresponde ao montante recebido em propina e que, incluído como custo dos contratos, foi suportado pela Petrobrás. O valor deverá ser corrigido monetariamente de 01/07/2012 até o pagamento, com os juros moratórios. Do valor, deverão ser descontados o montante arrecadado com o confisco criminal.

518. Deverão os condenados também arcar com as custas processuais.

519. Independentemente do trânsito em julgado, **oficie-se**, com cópia da sentença, ao Egrégio Supremo Tribunal Federal, informando, no HC 138850, paciente Eduardo Aparecido de Meira, o julgamento do caso e a manutenção da prisão cautelar na sentença.

520. Independentemente do trânsito em julgado, **oficie-se**, com cópia da sentença, ao Egrégio Supremo Tribunal Federal, informando, no HC 137728, paciente José Dirceu de Oliveira e Silva, a nova condenação criminal exarada contra o paciente e que foi decretada nova prisão cautelar, desta feita instrumental a este feito.

521. Transitada em julgado, lancem o nome dos condenados no rol dos culpados. Procedam-se às anotações e comunicações de praxe (inclusive ao TRE, para os fins do artigo 15, III, da Constituição Federal).

Registre-se. Publique-se. Intimem-se.

Curitiba, 08 de março de 2017.

Documento eletrônico assinado por **SÉRGIO FERNANDO MORO, Juiz Federal**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 4ª Região nº 17, de 26 de março de 2010. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico <http://www.trf4.jus.br/trf4/processos/verifica.php>, mediante o preenchimento do código verificador **700002934397v533** e do código CRC **119d7076**.

Informações adicionais da assinatura:

Signatário (a): SÉRGIO FERNANDO MORO

Data e Hora: 08/03/2017 11:05:31

5030883-80.2016.4.04.7000

700002934397.V533 FRH© SFM